

**PEDRO HENRIQUE SANTOS DECANINI MARANGONI**

**A INTENCIONALIDADE VITAL NA OBRA *A ESTRUTURA DO COMPORTAMENTO*, DE MERLEAU-PONTY.**

**ASSIS**

**2017**

**PEDRO HENRIQUE SANTOS DECANINI MARANGONI**

**A INTENCIONALIDADE VITAL NA OBRA *A ESTRUTURA DO COMPORTAMENTO*, DE MERLEAU-PONTY.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis- UNESP- Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Danilo Saretta Verissimo

Bolsista: CAPES

**ASSIS**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

M311i Marangoni, Pedro Henrique Santos Decanini  
A intencionalidade vital na obra *A estrutura do comportamento*, de Merleau-Ponty / Pedro Henrique Santos Decanini Marangoni. Assis, 2017.  
139 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras  
de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr Danilo Saretta Verissimo

1. Merleau-Ponty, Maurice, 1908-1961. 2. Percepção. 3.  
Intencionalidade (Filosofia). 4. Psicologia e filosofia. 5. Gestaltismo. I. Título.

CDD 150.194

PEDRO HENRIQUE SANTOS DECANINI MARANGONI

A INTENCIONALIDADE VITAL NA OBRA "A ESTRUTURA DO  
COMPORTAMENTO", DE MERLEAU-PONTY

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Ciências e Letras – UNESP/Assis para a  
obtenção do título de Mestrado Acadêmico  
em PSICOLOGIA (Área de Conhecimento:  
PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 23/01/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

  
Presidente: Prof. Dr. DANILO SARETTA VERÍSSIMO - UNESP/ASSIS

  
Membros: Prof. Dr. REINALDO FURLAN - USP/RIBEIRÃO PRETO

  
Profa. Dra. ELIZABETH PIEMONTE CONSTANTINO - UNESP/ASSIS

## **Agradecimentos**

Primeiramente: Fora Temer!

Poupar palavras nesta hora é um desperdício e tanto. Por isso, permitam-me ir além dos cumprimentos formais a fim de ilustrar a poesia dos meus encontros, sem os quais este caminho não seria o mesmo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, sem a qual a realização desta pesquisa não seria possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e à Seção Técnica de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Assis, pelo apoio acadêmico e institucional.

Aos professores membros da banca, professor Dr. Reinaldo Furlan e professora Dra. Elizabeth Piemonte Constantino, que contribuíram enormemente para a trajetória deste trabalho. Agradeço pela atenção e generosidade.

Ao meu orientador, Danilo, presente em minha trajetória desde o começo da graduação, agradeço pela paciência solidária, pelas certeiras observações e pela genuína capacidade de respeitar e ensinar. Obrigado mestre.

Aos meus pais, Célio e Alexandra, por uma vida inteira de amor, de irreverência e de ensinamentos, pelo coração sempre aberto as minhas singularidades, pelo ouvido sempre preparado para uma escuta atenta, pelo amor construído entre acordos e desavenças. Vocês são o céu azul da minha primavera. À Isadora, minha irmã, por me ensinar que a sensibilidade é uma explosão de vida. E ao Kiko, pela recepção canina sempre amorosa.

Agradeço a todos os meus prezados amigos do “Alpendre do xadrez”, pelas belas partidas, inúmeras conversas filosóficas e pelos ensinamentos de vida. Especialmente agradeço ao Mauricinho por ser meu eterno freguês no xadrez. Aos meus amigos de Franca pelas recepções sempre calorosas e nostálgicas, envolvendo cervejas no “select”, lanches no “barba”, ranchadas indescritíveis e divagações filosóficas nas praças.

Aos colegas do grupo de pesquisa pelos importantes diálogos filosóficos e, em especial, ao Hernani, pelos encontros regados à fenomenologia, papos nerds, e elocubrações cômicas.

Ao Joaquim, “minha sombra” canina, por sempre me lembrar que o olhar é mais expressivo que o pensamento. Obrigado por me mostrar que o afeto não é feito somente de palavras.

À minha tia Mônica, pelo carinho tamanho, a preocupação sincera e o incentivo constante. À minha vó Vita, por sempre me receber em seu recanto de paz e flores, cheiro de infância que revitaliza. Ao Tio Beto, que não sabe, mas que a cada vez que conta uma história abre um mundo em mim.

Aos meus queridos Eliane, Vitor, João, Bruna, Dona Cecília (*in memoriam*), Ge, e Mike, por me acolherem sempre tão ternamente. Obrigado por tornarem meus dias em Assis mais familiares, felizes e repletos de deliciosas feijoadas.

Ao xadrez, por conservar minha sanidade. À poesia, por conservar minha loucura.

Aos amados e amadas de Assis que regeram verdadeiras melodias em minha vida: Ao Maico, meu fiel escudeiro, um ser raro e iluminado que compartilha comigo, cotidianamente, as angústias, as risadas, o gosto por flashback e o amor pelo little dirty. Ao Lucas, Mário e Roberto, senhores da argamassa e filósofos da carriola, parceiros de andança e prosa, que constantemente me ensinam a cultivar a leveza das coisas. À Emily, minha irmã separada de mim na maternidade, agradeço pela doçura, autenticidade e pelas incontáveis conversas na esquina do mercadinho. Ao Igo, pela amizade sempre sincera, pelo afeto genuíno e pelos momentos malucos compartilhados desde os primeiros dias da graduação. À Jaqueline, minha irmã de alma, companheira de construção dos caminhos, por me ensinar que amizade é uma obra conjunta. À Mayara, pela humildade, alegria, força e clareza que tanto me atravessam. Ao Danilo, pela serenidade e sabedoria. Aos companheiros de outrora, Daniel e Mateus, os primeiros tijolos do meu caminho. Ao Ricardo Rother, cantor de passarinhos, pela poesia de sua amizade. Aos magnânimos Lourenço e Claudinei, exímios bailarinos do Balé Bolshoy e co-autores de um dos meus períodos mais felizes em Assis. Aos amigos e amigas da pós, sobretudo, à Marita e ao Macgyver, por tornarem a partilha acadêmica mais leve e solidária. A todas estas pessoas, agradeço do fundo de meu coração por me lembrarem que os nossos lares não são apenas de concreto, mas andam pelo mundo e levam a gente junto.

E, principalmente, dedico esta dissertação à Paula, minha companheira, minha cantora predileta, minha grande incentivadora, agradeço pelo amor, pela paciência e carinho, pelo apoio e compreensão durante todas as fases do mestrado, pela incessante alegria que me traz e que me motiva a caminhar, pelo abraço mais apertado, pela potência incrível de sua sensibilidade e, por ser a pessoa cujo olhar possui o sorriso mais bonito que eu já vi.

*Vai ter uma festa  
que eu vou dançar  
até o sapato pedir pra parar.*

*aí eu paro  
tiro o sapato  
e danço pro resto da vida.*

*(Rápido e Rasteiro – Chacal)*

MARANGONI, PEDRO HENRIQUE SANTOS DECANINI. **A intencionalidade vital na obra *A estrutura do comportamento*, de Merleau-Ponty**. 2017. 139f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é elucidar os fundamentos de uma teoria da intencionalidade vivente, ou animal, na obra “*A estrutura do comportamento*”, de Merleau-Ponty. Realizamos uma pesquisa exegética deste livro, levando em consideração os autores lidos por Merleau-Ponty e sem descuidar da literatura crítica especializada. Tal metodologia nos possibilitou empreender uma interpretação das análises realizadas pelo filósofo em torno da percepção vivente, tendo como eixo a noção de intencionalidade, a qual não fora empregada explicitamente nesta obra. O recurso à noção de intencionalidade advém dos trabalhos de Etienne Bimbenet. Mostramos que, desde o início da obra, Merleau-Ponty preocupa-se em conceder um status ativo e significativo à experiência vivente. Esta preocupação passa por fases distintas. De início, destacamos o diálogo do autor com a psicologia científica, sobretudo com os trabalhos de Pavlov, com vistas a dar contornos mais precisos à ideia de comportamento. A crítica à reflexologia redimensiona o papel de agente passivo ocupado pelo organismo, de modo que se tem início uma série de argumentos que configuram a base para uma teoria da intencionalidade vital. Os debates em fisiologia cerebral nos remetem diretamente ao problema da ação. Esta questão é trabalhada no segundo capítulo, em que nos propomos discutir o problema da intencionalidade sob o prisma do conceito de forma. Por meio de uma descrição estrutural dos comportamentos, Merleau-Ponty reconhece a originalidade e especificidade da ordem vital. Em seguida, tratamos da percepção humana e de suas diferenças em relação à percepção animal através do conceito de multiplicidade perspectiva, elaborado por Merleau-Ponty. Neste ponto, a interrogação do sentido da percepção humana é realizada sob o pano de fundo da animalidade. A título de complementação, elencamos alguns constructos teóricos contemporâneos, pertencentes à filosofia e às ciências cognitivas, que se embasam ou foram influenciados diretamente pelas questões debatidas n’*A estrutura do comportamento*.

**Palavras-chave:** Merleau-Ponty, percepção, intencionalidade, Psicologia e Filosofia, Gestaltismo.

MARANGONI, PEDRO HENRIQUE SANTOS DECANINI. **The vital intentionality in the work *The Structure of Behavior*, of Merleau-Ponty**. 2017. 139f.

Dissertation (Master in Psychology). - Schools of Sciences and Letters, São Paulo State University, "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2017

### ABSTRACT

The aim of this study is to elucidate the foundations of a theory of living, or animal, intentionality, in the book "The Structure of Behavior", of Merleau-Ponty. We conducted an exegetical research of this book, taking into account the authors read by Merleau-Ponty and without neglecting the critic literature. This methodology has enabled us to undertake an interpretation of the analyzes performed by the philosopher around the living perception, having as axis the notion of intentionality, which was not explicitly used in his book. The use of the notion intentionality comes from Etienne Bimbenet's works. We show that since the beginning of the book, Merleau-Ponty is concerned to provide an active and significant status to the living experience. This concern goes through different phases. Initially, we highlight the author's dialogue with scientific psychology, especially with Pavlov's work, with the purpose to give more precise outlines to the idea of behavior. The criticism directed to reflexology resizes the role played by the organism as a passive agent, so that begins a series of arguments that form the basis for a theory of vital intentionality. The discussions about brain physiology send us directly to the problem of action. This question is worked in the second chapter, where we propose to discuss the problem of intentionality in the light of the concept of form. Through a structural description of behavior, Merleau-Ponty recognizes the originality and specificity of the vital order. Then, we treat the human perception and their differences in relation to animal perception through the concept of perspective multiplicity, created by Merleau-Ponty. At this point, the question of human's perception meaning is held under the background of animality. As a complement, we list some contemporary theoretical constructs belonging to philosophy and cognitive sciences that underpin or were directly influenced by the issues discussed in "The Structure of Behavior".

**Keywords:** Merleau-Ponty, perception, intentionality, Psychology and Philosophy, Gestaltism.

## Sumário

|  |            |
|--|------------|
| <b>Apresentação .....</b>  | <b>11</b>  |
| <b>Capítulo I- A noção de reflexo como paradigma de compreensão do comportamento. ....</b>         | <b>15</b>  |
| 1.1. <i>O Projeto geral d'A estrutura do comportamento .....</i>                                   | 15         |
| 1.2. <i>Comportamento e ontologia naturalista .....</i>  | 17         |
| 1.3 <i>A Psicologia científica .....</i>   | 20         |
| <b>2. A reflexologia como teoria do comportamento: apresentação e crítica .....</b>                | <b>23</b>  |
| 2.1. <i>O reflexo simples.....</i>   | 24         |
| 2.2. <i>A crítica estruturalista. ....</i>   | 27         |
| 2.2.1. <i>Estímulo e recepção: a percepção pontual. ....</i>                                       | 27         |
| 2.2.2. <i>Condução nervosa e condições interiores ao esquema reflexo.....</i>                      | 31         |
| 2.2.3. <i>Teoria da reação reflexa e intencionalidade sensório-motora. ....</i>                    | 39         |
| <b>Considerações .....</b>   | <b>45</b>  |
| <b>Capítulo II- Estrutura e intencionalidade.....</b>  | <b>47</b>  |
| <b>1ª Parte: Estrutura e funcionamento nervoso.....</b>  | <b>48</b>  |
| 1. <i>Desdobramentos dos problemas anteriores: introdução à teoria dos reflexos condicionados.</i> | 48         |
| 2. <i>Figura-fundo: funcionamento nervoso e experiência patológica .....</i>                       | 54         |
| <b>2ª Parte: Comportamento e intencionalidade.....</b>   | <b>64</b>  |
| 3. <i>Sobre a aprendizagem .....</i>   | 64         |
| 4. <i>O conceito de forma .....</i>  | 70         |
| 4.1. <i>A Gestalt Vivente: sobre a intencionalidade vital.....</i>                                 | 76         |
| 4.2. <i>Sobre as formas vitais. ....</i>   | 84         |
| <b>Considerações .....</b>   | <b>90</b>  |
| <b>Capítulo III - O perspectivismo e a questão da diferença antropológica .....</b>                | <b>92</b>  |
| <b>1ª Parte: O fenômeno humano n'A estrutura do comportamento .....</b>                            | <b>93</b>  |
| 1. <i>A multiplicidade perspectiva.....</i>  | 93         |
| <b>2ª Parte: A Atualidade d'A estrutura do comportamento .....</b>                                 | <b>106</b> |
| 2. <i>A fenomenologia de Etienne Bimbenet .....</i>  | 107        |

|   |            |
|---|------------|
| 2.1. <i>Heidegger e o animal privado-de-mundo</i> .....                 | 116        |
| 2.2 <i>A lógica do múltiplo e a questão da intersubjetividade</i> ..... | 118        |
| 2.2.1. <i>A atenção conjunta</i> .....                                  | 119        |
| 3. Merleau-Ponty e as ciências cognitivas: um breve itinerário.....     | 124        |
| <b>Referências</b> .....  | <b>136</b> |

## Apresentação

O presente trabalho integra uma trajetória de pesquisa iniciada na graduação em Psicologia cursada na Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Faculdade de ciências e Letras de Assis. Desde 2010, sob a supervisão do Professor Dr. Danilo Saretta Verissimo, desenvolvemos pesquisas voltadas à filosofia de Merleau-Ponty. Em 2011, fomos contemplados com a bolsa “Primeiros Projetos”, para desenvolver uma pesquisa relacionando a filosofia de Merleau-Ponty com a poesia de Carlos Drummond de Andrade. Posteriormente, fomos agraciados com a bolsa **FAPESP** (Processo 2012/06984-0) no final de minha graduação, nos anos de 2012 e 2013. Neste último projeto de iniciação científica, buscamos compreender o conceito de “campo pré-reflexivo” na obra *Fenomenologia da percepção* (1945), de Merleau-Ponty. De modo mais detido, entramos em contato com o universo deste livro, com alguns autores lidos pelo filósofo e com uma literatura crítica especializada. Assim, perpassamos por alguns dos eixos centrais que compõem a *Fenomenologia da percepção*, destacando principalmente o embate entre as antinomias empiristas e intelectualistas, as críticas da fenomenologia à tradição filosófica e a centralidade do corpo na descrição da experiência perceptiva. O estudo desta dimensão pré-reflexiva da experiência nos mostrou a importância da corporalidade na compreensão das relações entre o sujeito e o mundo. Em relação ao meu desenvolvimento pessoal, as problematizações abertas pela pesquisa acerca da pré-reflexividade do corpo-próprio desdobraram-se em uma preocupação particular com a questão da articulação entre percepção e ação.

Motivado por essa preocupação nascente ingressei no programa de mestrado em Psicologia com um projeto que visava articular os temas da percepção, do movimento e do desejo na filosofia de Renaud Barbaras. Nosso objetivo era mostrar como o autor integra estas três esferas a partir da noção de vida, fundamental para se pensar a dimensão pulsional e movente da experiência perceptiva. Nas leituras da obra de Barbaras, deparamo-nos com o conceito de “totalidade orgânica”, que expressa, precisamente, a comunhão formada entre o organismo e seu ambiente, por meio da ação. A ênfase nesta comunicação entre percepção e movimento, aliada à própria noção de vida, nos conduziu

à seguinte questão: Como um organismo pode se relacionar com algo fora de si? Esta elaboração conceitual, a totalidade orgânica, acrescida da preocupação incipiente com o tema da relação entre ação e percepção, fora decisiva na delimitação da presente pesquisa. Ao invés de permanecermos no âmbito das reflexões de Barbaras, decidimos retomar a filosofia primeira de Merleau-Ponty e procurar responder a questão acima a partir das ferramentas possíveis no interior de sua obra. Como a *Fenomenologia da percepção* não trata do mundo animal de modo detalhado, decidimos recorrer à primeira obra de Merleau-Ponty, objeto central deste estudo.

Neste trabalho, temos o propósito de elucidar os fundamentos de uma teoria da intencionalidade vivente na obra *A estrutura do comportamento*, de Merleau-Ponty (1942/2006a). De acordo com as análises realizadas pelo autor acerca da ordem vital, consideramos ser possível descrever a atividade vivente por meio da noção de intencionalidade. Emprestamos a utilização do termo “intencionalidade” das análises realizadas por Bimbenet (2004, 2014). Em sua interpretação da filosofia de Merleau-Ponty, Bimbenet destaca que “o comportamento manifesta uma intencionalidade de tipo funcional, uma compreensão vital do meio que o situa [...] a meio caminho da coisa e da ideia” (2004, p.55, tradução nossa)<sup>1</sup>.

O conceito de intencionalidade não se encontra formalizado n’*A estrutura do comportamento*. Vale considerar, inclusive, que referências incipientes a Husserl só aparecem no último capítulo da obra. Se não há, nessa obra, uma teoria explícita da intencionalidade vivente, nela são apresentados importantes elementos que podem ser interpretados sob o prisma da intencionalidade. Ao usarmos o termo intencionalidade estamos nos referindo, nesse contexto, a uma diretividade comportamental, no caso dos animais, mediada por processos gestálticos de seleção e atribuição de sentido. Merleau-Ponty, n’*A estrutura do comportamento*, reinterpreta o conceito herdado da tradição fenomenológica, oferecendo uma nova via de análise calcada na ideia de *Gestalt*. Em sua acepção geral, a intencionalidade é uma propriedade de referência, isto é, ela diz respeito ao fato de que toda consciência é, essencialmente, voltada para o mundo. No âmbito da subjetividade vivente, a intencionalidade vital se caracteriza como a referência a metas, ou a conjuntos de estímulos, que são selecionados pelo organismo segundo suas normas internas.

---

<sup>1</sup> “le comportement manifeste une intentionnalité de type fonctionnel, une compréhension vitale du milieu qui le situe [...] à mi-chemin de la chose et de l’idée.”

Definir o comportamento como intencional significa, pois, afirmar que a atividade vivente é instituinte e significativa. É através da ação, pautada por normas vitais, que o organismo instaura um meio significativo para si. A constituição ativa do ambiente a partir de suas próprias demandas nos indica que a essência de todo vivente é ser o centro de sua própria vida. Na primeira obra de Merleau-Ponty, o problema da intencionalidade segue os contornos das discussões realizadas com o naturalismo científico acerca do tema do comportamento. Em nosso primeiro capítulo, examinamos detalhadamente as considerações tecidas por Merleau-Ponty no tocante à teoria reflexológica de Pavlov. A nosso ver, as partes iniciais da obra, em que o filósofo se defronta com a psicologia científica e com a fisiologia mecanicista, já esboçam fundamentos para uma teoria da intencionalidade vivente. É o próprio organismo que recorta do ambiente os estímulos que o “interessam”, a partir de determinadas normas vitais. A fim de buscar a gênese deste ponto de vista intencional e entender como um organismo estabelece com seu meio relações que não são redutíveis ao mecanicismo comportamental, analisamos em nosso capítulo inicial os principais postulados da teoria do reflexo simples de Pavlov e as consequências extraídas por Merleau-Ponty deste diálogo.

No capítulo seguinte, tratamos dos comportamentos superiores, distintos dos reflexos inatos, porquanto possibilitam ao organismo a capacidade de aprendizagem. O segundo capítulo está dividido em duas partes. As discussões incluídas na primeira subdivisão dão continuidade a certos problemas levantados no capítulo anterior. Especificamente, temos em vista introduzir a teoria dos reflexos condicionados e ampliar os debates acerca do funcionamento nervoso e da experiência patológica. Neste momento, tais problemas são abordados a partir do ponto de vista dos comportamentos superiores. Estas considerações inserem na análise do comportamento vivente a noção de estrutura. Iniciamos a segunda parte do segundo capítulo com o tema da aprendizagem. Esta discussão sinaliza o momento na obra de Merleau-Ponty em que o filósofo se aproxima mais dos debates acerca da atividade propriamente dita, colocando em segundo plano as problematizações concernentes à fisiologia cerebral. Neste tópico, delineamos, de maneira mais nítida, a questão da intencionalidade como ação. Em seguida, retomamos brevemente os conceitos de estrutura e forma, ressaltando as aproximações e as disparidades das reflexões de Merleau-Ponty em relação ao pensamento da Psicologia da *Gestalt*. No final do capítulo, apresentamos a análise estrutural dos comportamentos viventes proposta pelo filósofo.

Por fim, e de acordo com o percurso indicado n'*A estrutura do comportamento*, problematizamos o aparecimento das formas simbólicas, referentes ao universo humano. O exame da ordem humana é realizado por meio da análise do conceito de multiplicidade perspectiva. Dividimos nosso último capítulo em duas etapas: 1) Discussão da ordem humana n'*A estrutura do comportamento*. A ênfase é dada à questão da diferença entre os comportamentos animais e humanos. Neste tópico, apresentamos e desenvolvemos o conceito de multiplicidade perspectiva. 2) Evidenciação da atualidade d'*A estrutura do comportamento* frente às pesquisas atuais em filosofia e ciências cognitivas. Nesta parte, tratamos de verificar as semelhanças entre alguns postulados erigidos por Merleau-Ponty em seu primeiro livro e alguns temas desenvolvidos atualmente. No que concerne à fenomenologia, o papel de destaque é para a obra "*O animal que não sou mais*", de Etienne Bimbenet (2014). O ponto central da intersecção entre os autores refere-se à temática da diferença antropológica. Tal eixo conceitual, presente no pensamento de Bimbenet, fundamenta o projeto de uma descrição do mundo animal e do mundo humano a partir da noção de perspectivismo. Além disso, ancorando-se em Merleau-Ponty, Bimbenet propõe uma interpretação fenomenológica da animalidade, descrevendo-a em termos de uma "subjetividade pura". Veremos, então, como o desenvolvimento fenomenológico realizado por Bimbenet retoma e atualiza certas questões abertas pela primeira obra de Merleau-Ponty. Em relação ao retorno à filosofia de Merleau-Ponty, tal como visto em alguns trabalhos no campo das ciências cognitivas, ressaltamos o aspecto conferido por estes estudos ao problema da ação. Priorizamos o diálogo com os seguintes trabalhos de Varela et al (1991), Thompson (2005, 2007) e Ellis (2006).

## Capítulo I- A noção de reflexo como paradigma de compreensão do comportamento

### Apresentação

Neste capítulo, apresentamos a interpretação de Merleau-Ponty da teoria do reflexo simples de Pavlov. Nosso objetivo primário consiste em mostrar como as críticas de Merleau-Ponty ao modelo científico preconizado pela noção de reflexo já fornecem elementos, desde as análises iniciais da obra, para uma teoria da intencionalidade animal. A revisão da fisiologia clássica, respaldada pela fisiologia da época de Merleau-Ponty, desvela em seu próprio movimento crítico uma definição de organismo que difere radicalmente daquela proposta pela teoria reflexológica. Compreendemos que o exame das teorias do reflexo e do reflexo condicionado aponta não somente para o aspecto negativo da obra. O programa filosófico inaugurado por Merleau-Ponty propõe a reformulação da noção de comportamento e, logo, de organismo. Em suma, ao tornar inteligível a interlocução de Merleau-Ponty com conceitos de fisiologia, buscamos mostrar qual a concepção de organismo adotada pela teoria reflexológica e como, ainda, o recurso à fisiologia contemporânea auxilia Merleau-Ponty a superar o pensamento causal rumo a uma concepção estrutural de comportamento.

#### *1.1. O Projeto geral d'A estrutura do comportamento*

A tarefa d'A *estrutura do comportamento* consiste no questionamento das possibilidades de articulação entre o que é exteriormente dado, no sentido empírico do objeto exterior e, aquilo que é propriamente da esfera ideal, pertencente ao reino consciência (MOINAT, 2012, p. 92). Este objetivo constitui-se como um programa filosófico que se estende e é complementado pelas reflexões contidas na *Fenomenologia da percepção*. Nesse sentido, as obras iniciais de Merleau-Ponty circunscrevem como problema central o tema da percepção e discutem tal questão em contraste com os dualismos metafísicos propagados pelas ciências naturais e pela filosofia reflexiva. Resulta disto uma mobilização conceitual ampla por parte de Merleau-Ponty, que abarca desde estudos em fisiologia cerebral até reflexões sobre o intelectualismo filosófico. O retorno à experiência perceptiva como solo primário de interrogação do corpo, da alma, e da natureza desdobra-se, no interior das duas primeiras obras do filósofo, em análise da

noção empírica de natureza e da concepção filosófica de consciência. Vejamos brevemente no que consistem tais posicionamentos.

As dicotomias metafísicas que envolvem sujeito e mundo constituem duas ordens de explicações acerca do fenômeno humano. Aquelas que se valem da filosofia transcendental, voltando-se para o estudo das estruturas formais da consciência, são denominadas de investigações reflexivas. No que tange ao discurso reflexivo, a crítica de Merleau-Ponty dirige-se principalmente ao pensamento neokantiano (FERRAZ, 2009). Para o neokantismo “o mundo é o conjunto de relações objetivas sustentadas pela consciência” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 1). A consciência relaciona-se apenas com o que fora estabelecido por suas propriedades cognitivas. As ciências que se apropriam deste enunciado têm como característica a modulação da realidade conforme a escolha do modelo adotado. Por exemplo, “segundo um modelo físico mecânico, a realidade aparece como conjunto de partículas em movimento, segundo um modelo dinâmico, como um conjunto de forças em interação” (FERRAZ, 2009, p.22). Em outro terreno, as investigações pautadas pelos parâmetros das ciências naturais são chamadas de explicativas. Esta espécie de investigação tem como alicerce ontológico o pensamento causal. Nesta perspectiva, considera-se que todo fenômeno pode ser explicado segundo a lógica de causa-efeito advinda do mundo físico. No âmbito d’ *A estrutura do comportamento*, este tipo de pensamento é representado pela psicologia científica, tendo na fisiologia de Pavlov o principal interlocutor de Merleau-Ponty.

Frente às posições adotadas pelo cientificismo clássico e pela filosofia reflexiva, por qual razão o filósofo adotara como linha de análise dos problemas propostos a noção de comportamento? Primeiramente, como aponta Merleau-Ponty, o comportamento impossibilita as distinções entre o fisiológico e o psíquico, pois sua dinâmica é manifesta como presença encarnada dos interesses vitais do organismo. Em segundo lugar, é importante ressaltar que o pensamento científico analisado n’ *A estrutura do comportamento* vale-se do comportamento como índice de fundação de uma ciência objetiva, calcada no observável, de modo que a análise minuciosa da noção de comportamento possibilita a crítica à exterioridade do método científico. Este ponto será analisado em detalhes neste capítulo.

É válido notar que o privilégio da noção de comportamento na primeira obra de Merleau-Ponty, em detrimento da inclinação filosófica pela “consciência”, não sinaliza uma “preferência” metodológica sem fundamentos aparentes. O tratamento do dualismo pela via do comportamento representa uma atitude preventiva, ou ainda, uma estratégia

metodológica. Ao analisar os problemas abertos pelo dualismo cartesiano partindo “de baixo”, pela noção de comportamento, Merleau-Ponty não tenciona aplicar a regra cartesiana que dita a necessidade de se começar a reflexão pelos elementos mais simples do fenômeno. Esta visão parcial compreende que a totalidade de um fenômeno é assimilável a partir do exame individual das partes que o compõem. Trata-se, para Merleau-Ponty, de ater-se ao aparecer do fenômeno. Como ressalta Geraets (1971), ao inserir a consciência como conceito-chave no estudo da percepção assume-se o risco de impor-se uma primazia da interioridade sobre o mundo percebido. Ante as definições fornecidas pelas ciências e pela filosofia reflexiva, a noção de comportamento adquire, sob a pena de Merleau-Ponty, o estatuto de “exigência metodológica”, pois tal conceito resiste às apropriações polarizantes do pensamento causal ou do pensamento criticista; o comportamento, em sua neutralidade constitutiva, “permanece fiel aos dados fornecidos pela simples descrição” (BIMBENET, 2004, p.38).

A seguir, acompanhamos o trajeto pelo qual Merleau-Ponty desenvolve sua crítica em relação à noção mecanicista de comportamento ofertada pelo naturalismo científico. Veremos as conseqüências epistemológicas e ontológicas resultantes da adoção de um paradigma realista no tratamento das relações entre o organismo e seu meio.

### *1.2. Comportamento e ontologia naturalista*

Desde o começo de seus escritos, Merleau-Ponty mostrou-se um profundo conhecedor da ciência e da psicologia de sua época. A relação do filósofo com o conhecimento científico é marcada, sobretudo, pela adoção de uma postura atenta, que visa antes uma “escuta crítica” (CARBONE, 2004) do que uma atitude de negação dos postulados científicos. Esta posição metodológica, que mais tarde o próprio Merleau-Ponty cunhará de método do espectador estrangeiro, consiste em uma incursão nos métodos e práticas científicas que têm como parâmetro filosófico a exterioridade entre os fenômenos (MERLEAU-PONTY, 2000). Nestes termos, em *A estrutura do comportamento* Merleau-Ponty afronta o naturalismo científico<sup>2</sup> partindo de uma revisão dos conceitos que sustentam a exterioridade como princípio epistemológico. A descrição destes fundamentos anuncia na prosa merleau-pontyana uma preocupação voltada para o

---

<sup>2</sup> Na *Fenomenologia da percepção*, por outro lado, Merleau-Ponty discute os problemas inerentes às abordagens que preconizam a interioridade como parâmetro epistemológico e ontológico.

tipo de ontologia que tal ciência pressupõe. No lugar de se ater somente aos fatos trazidos pela análise experimental, é preciso colocar em evidência que toda ciência pressupõe um fundo metafísico (FURLAN, 2001). A própria evolução dos modelos científicos acarreta mudanças epistemológicas, de modo que é necessário que a análise filosófica se detenha em uma revisão ontológica dos pressupostos formulados pela ciência. O estabelecimento de uma ontologia científicista, fundada propriamente em uma visão objetiva do Ser, implica a assunção, por parte do método científico, de um modo específico de compreensão e formulação das “leis da natureza” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 227). Esta forma singular de compreender a organização da realidade fundamenta-se, especialmente, no pensamento causal.

N’ *A estrutura do comportamento*, as abordagens científicas que se propõem ao estudo experimental do psíquico enfatizam o caráter predominante dos processos fisiológicos na interação do organismo com o meio. Neste ponto, o realismo assume sua aproximação com o materialismo fisiológico, que define tanto a consciência quanto a natureza como determinações intrínsecas de fenômenos físico/fisiológicos. Conforme o objetivo desta primeira obra, que consiste em “compreender as relações entre a consciência e a natureza”, é preciso esclarecer que o conceito de natureza tratado por Merleau-Ponty é justamente aquele que se encontra como pilar ontológico das ciências criticadas pelo filósofo. Nas palavras do autor: “Entendemos aqui por natureza uma multiplicidade de acontecimentos exteriores uns aos outros e ligados por relações de causalidade” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.1). Assim circunscrita, a natureza conjuga os fenômenos como determinações exteriores entre-si, elementos considerados *parte-extra-partes*. Ao mesmo tempo em que a exterioridade é inerente à composição dos fenômenos naturais, ela torna-se também exterioridade para o espírito, que se encontra apartado da dinâmica natural (BIMBENET, 2004, p.48) O oposto da perspectiva materialista, o realismo dos estados interiores, propagado pelas abordagens vitalistas, apazigua o efeito da realidade material ao formular a existência de forças interiores ao sujeito que seriam, por sua vez, a causa de seus comportamentos. Seja na crença em uma realidade material que determina a consecução dos estados psíquicos, seja, ainda, na pressuposição de uma força vital que anime a matéria, em ambos os casos os fenômenos continuam exteriores entre si e explicados por relações de causalidade (MERLEAU-PONTY, 2006a).

Para Merleau-Ponty, a reflexão sobre a neutralidade do comportamento nos revela todo prejuízo metafísico que fora legitimado pelo pensamento causal. Em seu

cerne, a causalidade a que se refere Merleau-Ponty é propriamente realista, ou seja, o causalismo adotado na psicologia prima por uma realidade em-si, à parte do observador, cujos eventos são disposições lineares e independentes do sujeito. Nesta perspectiva, como veremos mais a fundo, o comportamento e, logo, o organismo, são parcelas em uma realidade considerada como uma soma de elementos independentes. Tal como um mosaico, figura geométrica na qual a organização do todo é dada pela relação isolada de cada parte entre si, o realismo adotado pela psicologia no estudo do comportamento considera que a totalidade dos fenômenos só é passível de entendimento mediante o escrutínio dos componentes isolados. Esta ordem dos acontecimentos, respaldada na disposição linear dos eventos, delimita os conceitos de espaço e tempo segundo critérios objetivos. Sendo pré-determinado por fatores múltiplos, o comportamento não pode ser descrito em termos dialéticos. É justamente por este motivo, que tal reflexão deve conduzir-nos, necessariamente, à superação do realismo (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 284).

Para que o comportamento possa restituir seu caráter integrativo e dialético, a caracterização da natureza, ou do mundo no qual o organismo age, deve ser realizada a partir dos ambientes comportamentais que daí emergem. De outro modo, isto significa recuperar uma noção de natureza que destaque a importância do comportamento e da percepção para o aparecimento do espaço perceptivo. Somos conduzidos a uma revisão ontológica do realismo, revisão esta que deve unir-se à reestruturação da própria metodologia científica, pela qual seja viável reformular o paradigma causal rumo a uma descrição fiel e estrutural da vida. Com esta finalidade, mostraremos como a Psicologia Behaviorista, as teorias do reflexo (I Capítulo) e do reflexo condicionado<sup>3</sup> (II Capítulo) constroem modelos comportamentais que caracterizam a atividade dos organismos de forma passiva e mecânica.

Começemos por uma descrição da psicologia Behaviorista de Watson que, apesar de ser brevemente comentada n'*A estrutura do comportamento*, pode fornecer-nos elementos essenciais a fim de compreender as linhas gerais de uma teoria do organismo que emerge dos estudos científicos do comportamento.

---

<sup>3</sup> Apesar de ser discutido no segundo capítulo, o conceito de Reflexo condicionado não se constitui como o tema central a ser abordado.

### *1.3 A Psicologia científica*

Em sua primeira obra, Merleau-Ponty se dedica prontamente a revisar o estatuto de verdade das ciências psicológicas. O regime de verdade da psicologia origina-se primeiramente de sua filiação ao realismo e ao pensamento causal. Inserida no cenário das ciências naturais a psicologia torna-se o emblema de objetividade no estudo dos fenômenos comportamentais. Nota-se: fenômenos comportamentais e não conscientes. Isto porque, para alcançar o patamar de uma ciência, é necessário que a psicologia fixe como objeto de estudo fenômenos que possam ser analisados e validados pela comunidade científica, visto que a pesquisa científica só adquire sua coerência porquanto trabalhe com fenômenos observáveis. A psicologia passa a ser definida como ciência do comportamento e, se debruça sob a elaboração de um corpo teórico embasado nas ciências naturais. A filiação do Behaviorismo de Watson à fisiologia de Pavlov indica que a aproximação ontológica da psicologia com o realismo desfruta, também, de uma assimilação nos métodos empregados para o estudo do comportamento.

No célebre artigo de 1913, *Psicologia como o Behaviorista a vê*<sup>4</sup>, Watson estabelece que a coerência da pesquisa em psicologia só é alcançada mediante a exclusão de referências a estados subjetivos. Em outras palavras, trata-se de eliminar do vocabulário behaviorista toda terminologia que insinue a presença da consciência. A utilização de termos como percepção, imagem e sensação aparenta ao Behaviorista o retorno à linguagem utilizada na psicologia introspeccionista. Para Watson, um dos méritos das ciências naturais reside no princípio de generalidade sob o qual deve se apoiar qualquer hipótese científica (WATSON, 1913). A reprodução dos experimentos sob determinadas condições-chave deve resultar em dados equivalentes, independentemente das condições exteriores ao experimento. Isto possibilita uma maior aplicabilidade dos achados e, conseqüentemente, torna-se viável a discussão pelos pares. Trata-se de uma busca pela uniformidade metodológica (WATSON, 1930).

Com este intuito, e ancorando-se na reflexologia Pavloviana, Watson formula uma teoria do comportamento que torna possível o controle experimental e a

---

<sup>4</sup>WATSON, J. Psychology as the Behaviorist Views it, In: **Psychological Review**, 20, 158-177

generalização dos dados obtidos. O psicólogo americano define toda atividade comportamental em termos de estímulo e resposta. Para esta ciência do comportamento, o Behaviorismo, o estímulo define-se como a propriedade ambiental de suscitar determinadas variações no organismo, sejam comportamentais e/ou fisiológicas (WATSON, 1930). Qualquer objeto do entorno do organismo pode desempenhar o papel de estímulo. Por resposta, Watson compreende toda atividade orgânica. Deste modo, ao invés de inferir processos mentais que regeriam a dinâmica comportamental, o Behaviorismo propõe que toda resposta pode ser avaliada em termos dos estímulos ambientais. Até este ponto, o comportamento pode ser descrito como uma dialética entre organismo e ambiente.

De acordo com Merleau-Ponty, nos antípodas do behaviorismo encontrava-se semelhante definição do comportamento em termos de interação. O comportamento fora descrito como uma “*stream of activity*”; fluxo de ação que o organismo projeta ao selecionar os estímulos cujo significado vital lhe é importante, incorporando-os como resposta (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.4). Esta leitura representava caminhos outros em relação ao fisicalismo que dominava a psicologia de então. Para além de uma produção do sistema nervoso, o “comportamento” designava aquilo que acontece entre o organismo e o meio (MERLEAU-PONTY, 2006a). Esta dialética aberta e inacabada entre o indivíduo e seu ambiente fora suprimida pela adoção de uma “filosofia indigente”, que consistia, justamente, em um retorno ao realismo como base filosófica. Segundo Merleau-Ponty, tal retorno fora motivado pela crescente incredulidade dos psicólogos em relação às formulações introspeccionistas<sup>5</sup>. Contra “as trevas da intimidade psicológica” deveria opor-se uma psicologia dos fatos observáveis, que retorna ao fisicalismo e à fisiologia para evitar comprometer-se com a linguagem da consciência. Como sugere o próprio Watson, a fisiologia inscreve-se no Behaviorismo, e não difere deste senão na especificidade do estudo do comportamento<sup>6</sup>:

O Behaviorismo é [...] uma ciência natural que toma todo o campo dos ajustamentos humanos para si. Sua companhia científica mais próxima é a fisiologia. Você pode mesmo se perguntar, tal como nós fizemos, se o behaviorismo pode ser diferenciado desta ciência. Ele é

---

<sup>5</sup> Segundo Japiassu (1975, p. 65) “a introspecção consiste numa observação feita pelo psicólogo sobre os fatos de sua própria vida mental, quer dizer, sobre aquilo que se passa ou se produz no interior de sua própria consciência”

<sup>6</sup> É importante observar que Merleau-Ponty não intencionava qualificar negativamente o caráter de exterioridade no estudo do comportamento. Ao contrário, o filósofo enxerga nisto um movimento “profundo”, que se levado às últimas conseqüências, poderia buscar compreender “o modo de ser de todo o psiquismo”.

diferente da fisiologia apenas no que se refere ao agrupamento dos problemas, mas não em relação aos fundamentos ou no ponto de vista central. A fisiologia está particularmente interessada no funcionamento das partes do animal, como por exemplo, o sistema digestivo, o sistema circulatório, o sistema nervoso, o sistema excretório, e as mecânicas de resposta neural e motora. O Behaviorismo, por outro lado, à medida que se interessa no funcionamento de todas estas partes, está intrinsecamente interessado no que a totalidade do animal fará de manhã até a noite, e da noite até o amanhecer<sup>7</sup>. (WATSON, 1930, p.11, tradução nossa)

A análise da percepção visual fornece um exemplo de como a fisiologia se inscreve no campo dos fenômenos comportamentais. Na presença de um foco de luz em uma sala escura, poderíamos afirmar, conforme Merleau-Ponty, que o comportamento de dirigir os olhos à luz parece animado por uma intenção. É válido ressaltar que, para Merleau-Ponty, a filiação da Psicologia ao realismo resulta na adoção da causalidade como método explicativo dos fenômenos. Assim, este ato em direção ao mundo percebido, que poderia ser compreendido em termos de intenção, ou, ainda, de sentido do comportamento, é substituído por uma explicação que se atenha propriamente aos fenômenos externos. Identifica-se uma questão: todo evento psíquico pode ser reduzido às causas ambientais? Em sua forma realista, a ciência outorga ao mundo exterior, considerado como aglomerado de fenômenos físico-químicos, o estatuto de causa do comportamento: “se meus olhos se movem de modo que o foco luminoso vem se refletir no centro de minha retina, é nas causas ou nas condições antecedentes do movimento que devemos encontrar a razão suficiente dessa adaptação” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.6). O contato da luz com o espectador pertence ao nível dos fenômenos objetivos, explicados pela ação de mecanismos desencadeados por causas físicas. A retina, neste caso, possuiria receptores especializados que regulariam os efeitos da luz. Por sua vez, a especialização dos setores sensoriais indica um tipo estreito de relação de comunicação com os sistemas motores<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup>“Behaviorism [...] is, then, a natural science that takes the whole field of human adjustments as its own. Its closest scientific companion is physiology. Indeed you may wonder, as we proceed, whether behaviorism can be differentiated from that science. It is different from physiology only in the grouping of its problems, not in fundamentals or in central viewpoint. Physiology is particularly interested in the functioning of parts of the animal for example, its digestive system, the circulatory system, 'the nervous system, the excretory systems, the mechanics of neural and muscular response. Behaviorism, on the other hand, while it is intensely interested in all of the functioning of these parts, is intrinsically interested in what the whole animal will do from morning to night and from night to morning.”

<sup>8</sup> Este breve exemplo já ilustra que a explicação fisiológica do comportamento considera os sistemas receptores e os sistemas motores como bricolagens, sem relação intrínseca, a não ser àquela ordenada pelo circuito anatômico. Este problema será trabalhado ao longo deste capítulo.

O recurso à fisiologia exige, portanto, a decomposição do comportamento em variáveis parciais. Segundo Merleau-Ponty, este *modus operandi* das ciências naturais é herdeiro do pensamento atomista, o qual afirma que a totalidade de um fenômeno só é compreendida mediante a representação das unidades que o constituem. No caso do estudo científico do comportamento, as investigações centralizam-se na busca por um conceito fisiológico que possa exprimir, de modo objetivo, o funcionamento do sistema nervoso, visando fornecer o “quadro fisiológico, objetivo e completo da atividade superior dos animais”, e do “funcionamento normal do segmento superior do encéfalo” (PAVLOV, 1970a, p. 104–105)

A solução conceitual para estes problemas está na base da teoria comportamental Pavloviana e influencia sobremaneira a psicologia comportamental americana. São as noções de reflexo e de reflexo condicionado que fundamentam a objetividade no estudo do comportamento. Tendo em vista a aproximação da psicologia com a fisiologia e, considerando a função que a noção de reflexo cumpre no interior do saber científico, requer-se uma alteração drástica nos métodos de análise do comportamento. Se no contexto da psicologia dos estados de consciência a introspecção constituía o método de acesso ao conteúdo consciente, objeto da psicologia de então, no Behaviorismo adota-se o método dos reflexos condicionados. A partir da análise minuciosa da propriedade do estímulo, da forma dos receptores, das vias de condução do potencial de ação e da resposta, as investigações acerca do campo reflexógeno aparenta fornecer os aspectos determinantes na produção de comportamento.

Retornemos à Pavlov e às interpretações de Merleau-Ponty, com vistas a ressaltar a noção de organismo que emerge tanto das definições clássicas, quanto das análises críticas realizadas por Merleau-Ponty e outros autores estruturalistas.

## **2. A reflexologia como teoria do comportamento: apresentação e crítica**

Anteriormente, vimos que a filiação da psicologia com as ciências naturais impôs não somente uma mudança nos métodos empregados, mas produziu alterações de nível ontológico. Toda a estruturação filosófica da psicologia, até então orientada por conceitos subjetivos, é alterada em função do realismo e da causalidade inerentes às ciências naturais. Isto implica, naturalmente, que a Psicologia deva abandonar os métodos consagrados à análise dedutiva e ao pensamento lógico para adentrar na análise real. (PAVLOV, 1970b, p. 199)

Como as noções subjetivas “não têm fundamento nas coisas” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.8), é necessária a investigação fisiológica da atividade nervosa “em oposição aos dados da consciência ingênua ”(MERLEAU-PONTY, 2006a, p.5). Seria preciso, portanto, encontrar um fenômeno nervoso que fornecesse as bases da atividade comportamental sem recorrer à ideia de psiquismo (PAVLOV, 1970c, p. 128). Este “átomo” do comportamento deve tornar possível o conhecimento científico do organismo a partir do estudo sistemático dos elementos fisiológicos que o constituem. A fisiologia de Pavlov responde tais questões categoricamente: é a noção de reflexo que constitui o elemento primordial de toda atividade comportamental. A delimitação do projeto pavloviano de representar o organismo sob a via da noção de reflexo, incluindo aqui a definição de reflexo condicionado, será mediada por duas linhas diretrizes.

1) Neste primeiro capítulo apresentamos o conceito de reflexo simples na teoria de Pavlov, apontando para os desdobramentos críticos realizados por Merleau-Ponty na parte inicial d’*A estrutura do comportamento*; 2) No início do capítulo seguinte, analisaremos, em linhas gerais, a teoria dos reflexos condicionados e as conseqüências filosóficas e metodológicas resultantes da adoção do mecanicismo como parâmetro de compreensão dos comportamentos superiores.

### 2.1. *O reflexo simples*

De modo geral, a noção de reflexo pode ser definida nos seguintes termos: “O fisiólogo designa com o nome de reflexo essa reação regular do organismo animal aos fatores do mundo exterior, reação realizada por meio do segmento inferior do sistema nervoso central”(PAVLOV, 1970d, p. 65–66). Com esta constatação, Pavlov expõe o primeiro modo de constituição da atividade reflexa, formado no segmento inferior do sistema nervoso central: a medula. Segundo o autor, neste local são produzidos os denominados reflexos absolutos<sup>9</sup>. Esta espécie de reflexos representa o modo primordial de interação do organismo com seu meio, pois corresponde à atividade reflexa inata, cuja via nervosa apresenta-se consolidada de antemão a estímulos específicos. O termo “absoluto” refere-se ao caráter permanente do circuito reflexo formado. Esta atividade reflexa inata pode ser estruturalmente simples, como o ato de tossir na presença de um

---

<sup>9</sup> Também se encontra a designação: “reflexo incondicionado” (PAVLOV, 1970a, p. 106). Interessante notar que Pavlov não diferencia este tipo de reflexo daquilo que comumente os zoólogos nomeiam como instinto (PAVLOV, 1970e, p. 41).

corpo estranho nos órgãos respiratórios, ou complexa, como no caso da diversidade das respostas instintivas (PAVLOV, 1970a, p. 106). Em seu texto, “Resposta de um fisiólogo aos psicólogos”, Pavlov elege três princípios fundamentais para a compreensão científica do fenômeno reflexo (1970b). A primeira formulação postula que todo fenômeno tem sua origem em uma causa. Este é o princípio do determinismo. O segundo postulado explicita a necessidade de decompor-se a totalidade dos fenômenos observados para, então, analisar suas unidades constitutivas. Este é o “princípio da análise e da síntese”. A terceira normativa do trabalho científico que deve orientar a pesquisa reflexológica se embasa no “princípio da estruturação, isto é, de uma força que desenvolve a sua ação no espaço, ou a associação do movimento à estrutura” (PAVLOV, 1970b, p. 209). A definição do reflexo a partir da relação entre “o aparelho receptor, o nervo aferente, a estação central, e o nervo eferente, com seu órgão efetuator” (PAVLOV, 1970b, p. 211) coaduna os princípios mencionados, fornecendo um quadro geral da atividade do organismo em termos propriamente mecânicos. A fisiologia do reflexo pode ser descrita como se segue:

Um agente qualquer do mundo exterior ou do mundo interior do organismo atinge um dos aparelhos receptores do sistema nervoso, dando origem a um processo nervoso: o fenômeno de excitação. A excitação conduzida pelas fibras nervosas centrípetas chega até o sistema nervoso central, de onde parte de novo, graças a conexões estabelecidas por outros condutores, para alcançar, finalmente, o órgão efetuator onde é transformada, por sua vez, em um processo específico das células desse órgão. Desta maneira, um agente do mundo exterior entra em determinada conexão com tal ou qual função do organismo, conexão esta que é uma relação de causa a efeito (PAVLOV, 1970e, p. 39).

Esta explicação traz a lume alguns dos elementos que anteriormente apontamos como essenciais na análise científica do comportamento. Todos os princípios elencados por Pavlov são rastreados na caracterização do circuito reflexo. A ação do organismo pode ser desmembrada e descrita a partir dos elementos antecedentes à reação (princípio da análise e da síntese). A coerência funcional de todo ser, ou seja, sua capacidade de alcançar o equilíbrio é assegurada pela “ordem” da atividade reflexa. Há uma correspondência unívoca entre estímulo, lugar da excitação, condução e reação (princípio do determinismo). Estes elementos isolados fornecem a transformação de potenciais de ação em respostas locais do organismo ao meio ambiente (princípio da estruturação). Para Pavlov, esta cadeia de acontecimentos constitui o ponto de origem de toda atividade reflexa. Neste modelo, segundo Merleau-Ponty: “a atividade ‘normal’ de um organismo

nada mais é do que o funcionamento deste sistema montado pela natureza; não existem normas verdadeiras, existem apenas efeitos” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.9). Segundo estes princípios, o reflexo é um fenômeno “longitudinal” (MERLEAU-PONTY, 2006a), que determina os modos de interação do organismo através da análise das condições topográficas.

A profundidade analítica com a qual Merleau-Ponty sustenta suas investigações em torno da noção de reflexo se concretiza a partir da postura metodológica assumida pelo filósofo, a qual o permite confrontar o discurso científico, munindo-se, a seu favor, da teoria que critica. A aproximação com a ontologia cientificista instaura um verdadeiro movimento dialético, o qual permite a Merleau-Ponty estabelecer uma crítica genuína, nascida dos próprios embaraços com os quais a teoria se defronta. Esta postura tem como intuito desvelar o primado da exterioridade implícito às práticas do cientista, que o afastam da descrição concreta dos fenômenos. O núcleo da crítica dirige-se à primazia da exterioridade como fundamento ontológico, atestando o compromisso, por parte do cientista, com a fragmentação do objeto de estudo.

De fato, a análise do reflexo é levada a cabo por Merleau-Ponty, seguindo o próprio princípio de análise e síntese estabelecido por Pavlov. Esta alusão, mesmo que não seja direta, é proposital na escrita merleau-pontyana. Com efeito, a crítica à teoria reflexológica desenvolve-se como exame minucioso dos componentes do arco reflexo. As considerações levantadas acerca do estímulo, do lugar da excitação, do circuito reflexo e da reação servem para inviabilizar a proposta de um funcionamento mecânico destas operações. A revisão destas condições topográficas do esquema reflexo torna possível no texto do filósofo a própria reformulação ontológica da ideia de organismo. O autor destaca que:

[...] Assim que deixamos de nos fiar nos dados imediatos da consciência e queremos construir uma representação científica do organismo, parece que somos conduzidos à teoria clássica do reflexo-ou seja, a decompor a excitação e a reação em uma multiplicidade de processos parciais, exteriores uns aos outros tanto no tempo quanto no espaço (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 7)

Desde o primeiro capítulo da obra, a crítica à teoria dos reflexos inatos fornece elementos para uma teoria da intencionalidade que se contrapõe à interpretação atomista do comportamento. As análises realizadas por Merleau-Ponty acerca dos elementos constitutivos da mecânica comportamental do reflexo, enfatizando os comportamentos

que, para Pavlov, são considerados como simples, ou inatos, apresentam indicações a respeito de uma teoria do comportamento que restitui ao organismo o papel de protagonista, ou agente do comportamento.

## 2.2. A crítica estruturalista

De acordo com Merleau-Ponty, o reflexo consiste na “operação de um agente físico ou químico definido sobre um receptor localmente definido, que provoca, por um trajeto definido, uma resposta definida” (2006a, p.8). O encadeamento destes processos culmina na “adaptação da resposta ao estímulo e a coordenação dos movimentos parciais no gesto total” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.10). No entanto, nota-se que cada etapa da atividade reflexa- recepção, condução e resposta- corresponde, para teoria clássica, a sistemas anatômicos que não se comunicam, pois expressam por si mesmos as relações interiores e exteriores ao organismo. Por exemplo, os estímulos exteriores ao organismo são considerados como condições do arco reflexo e funcionam segundo o princípio de causa-efeito. Assim, todas as determinações internas ao organismo constituem a arquitetura da condução do estímulo, de modo que a colaboração entre os diferentes setores se efetiva apenas no sentido de tornar possível a elaboração do estímulo tomado como causa físico-química de reações orgânicas. A anatomia equivale, nesse sentido, apenas às condições topológicas que viabilizam a propagação do estímulo.

Toda a crítica estruturalista parte da ideia de que a definição do comportamento segundo os critérios de decomposição e análise elementar indica que a *experiência do isolamento constitui o fundamento do próprio conhecimento científico* (GOLDSTEIN, 1983). Sob este viés, Merleau-Ponty interroga o projeto pavloviano a partir de suas próprias subdivisões.

### 2.2.1. Estímulo e recepção: a percepção pontual

N’A *estrutura do comportamento*, a enunciação do mecanicismo presente na atividade reflexa inicia-se pela consideração do papel dos agentes externos. Para a teoria reflexológica a atividade orgânica é prescrita pelas propriedades absolutas do excitante, de forma que “é indispensável, em primeiro lugar, um agente externo que provoque a

excitação” (PAVLOV, 1970f, p. 187). A contração da pupila sob uma forte luz, a resposta defensiva frente às ameaças ambientais, a salivação intensa em contato com estímulos alimentares, representam exemplos de respostas fisiológicas precisas, determinadas por propriedades específicas dos estímulos. Conforme Pavlov (1970f, p. 188): “Não há mais lugar para o acaso. Os fenômenos estão, novamente, ligados por relações causais.” A eficácia de um determinado estímulo é averiguada segundo sua capacidade de “excitar”, por meio de propriedades físico-químicas, um determinado receptor circunscrito. Nesse sentido, fatores como o lugar da excitação, a intensidade do excitante e suas propriedades físico-químicas são determinantes na consecução da resposta.

Para Merleau-Ponty, a reelaboração do papel do estímulo é de suma importância na crítica ao modelo mecanicista da psicologia. De fato, as pesquisas experimentais da fisiologia contemporânea mostram que o estímulo influencia a resposta de acordo com suas propriedades estruturais, como a “distribuição espacial”, e o “ritmo” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.10). Na concepção clássica “a cada parte do estímulo deveria corresponder uma parte da reação” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.12). Esta correspondência unívoca entre o estímulo, tomado como entidade em-si, e os receptores, exigiria que cada diferença nas reações, frente aos mesmos estímulos, fosse explicada pela variação na combinação destes mesmos estímulos, o que implicaria, por sua vez, uma flexibilidade funcional do substrato orgânico. Por exemplo, um gato descerebrado que regurgita água em seu estado puro, inversamente, apresenta o reflexo de deglutição perante a adição de algumas gotas de álcool. Todavia, a combinação dos elementos da água com os componentes do álcool não possibilita explicar tal reflexo a partir das novas combinações químicas (GOLDSTEIN, 1983, p.60). No exemplo do reflexo rotular a resposta pode variar conforme o estado do organismo no momento do estímulo. Tais observações se inserem em uma ampla gama de experimentos sobre o campo reflexógeno, que atribuem o valor do estímulo à própria atividade do organismo, incluindo aí sua situação sensório-motora prévia. De modo negativo, tais experimentos indicam que o efeito de um determinado excitante não pode ser compreendido pela soma dos elementos que o compõem.

Esta primeira ruptura com o atomismo psicofísico é capital na compreensão de toda a avaliação subsequente da teoria reflexológica, isto porque, é no tópico relativo à

análise do estímulo que Merleau-Ponty introduz a ideia de forma ou estrutura<sup>10</sup>. O conceito de forma e estrutura origina-se da Psicologia alemã da *Gestalt* e da teoria biológica de Kurt Goldstein. Neste momento, os conceitos de forma e estrutura indicam que a organização da experiência sensorial e comportamental é fundamentada na relação do organismo com conjuntos significativos e não com estímulos isolados. Com a noção de forma impõe-se a irredutibilidade do estímulo a seus componentes elementares. A seguinte citação sintetiza o problema do estímulo para a Psicologia da Gestalt:

Nosso ponto de vista será que, em vez de reagir aos estímulos locais por meio de fenômenos locais e mutuamente independentes, o organismo reage ao padrão de estímulos aos quais está exposto,[...] essa reação é um processo unitário, um todo funcional, que oferece, na experiência, uma cena sensorial e não um mosaico de sensações locais (KÖHLER, 1968, p. 64).

No que concerne à descrição do organismo, o que significa renunciar ao atomismo em prol das noções de estrutura e forma? A alteração da perspectiva atomista para a semântica da forma permite reavaliar a função do estímulo como causa do comportamento. Isto é, a excitação não é um processo isolado da própria atividade do organismo. Entre o conjunto de estímulos atuantes e a postura do organismo frente ao mundo percebido, as relações não são de exterioridade mútua, mas de imbricação. Por outro lado, tal crítica não sugere que a organização gestáltica exija a presença de aparelho psíquico. Computadores e instrumentos musicais são exemplos de máquinas que produzem infinitas combinações de respostas a depender da configuração dos excitantes enviados. Sob este prisma, um organismo, assim como um piano, ou um teclado, reage aos excitantes tal como o instrumento responde aos comandos do pianista que o toca? Merleau-Ponty responde negativamente, pois o piano em-si não constrói a unidade melódica que só é possível graças à performance do músico e à doação daquele que escuta. Em relação ao organismo, sua coesão funcional difere dos modos de reação de um piano, sobretudo, porque o próprio organismo contribui na elaboração do ambiente externo. Assim, se é inviável considerar o comportamento como um desdobramento de ações exteriores é porque “o comportamento é a causa primeira de todas as estimulações” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.14). Não se trata de negar a

---

<sup>10</sup>Limitamo-nos a apresentar a ideia de estrutura/forma como solução às interpretações atomistas do comportamento. No segundo capítulo, buscaremos dar contornos mais precisos da relação entre o conceito de forma e o comportamento animal.

constituição físico-química dos fenômenos, trata-se, ao contrário, de superar a visão pela qual o estímulo seria uma realidade física. Ao descrever a relação dos organismos com estímulos significativos, viabiliza-se o retorno ao campo biológico, no qual os excitantes são ocasiões, e não causas, para manifestação dos comportamentos. Este “ocasionalismo” da dialética orgânica não visa restaurar, sob o véu da noção de estrutura, uma metafísica da natureza. Pelo contrário, a noção de estrutura favorece a atividade global em detrimento das produções locais, de modo que o estímulo atua apenas em conformidade com as normas orgânicas que o privilegiam. Nesta configuração, a relação entre estímulo e organismo é ditada por valores funcionais, que são prescritos de antemão pela própria situação orgânica e motora. Por exemplo, determinados organismos são mais sensíveis à *Gestalten* auditivas, enquanto outros embasam sua atividade em conjuntos visuais. Esta relação que polariza certos conjuntos de estímulos em detrimento de outros não se perfaz na suposição de uma entidade interna que organizaria o sentido, tal como uma substância pensante, sobretudo, porque o ambiente já se antecipa na atividade, ele é, para o animal, “o conjunto de coisas que interessam a sua ação” (BIMBENET, 2014, p. 104). Estas formulações, presentes nas considerações iniciais de Merleau-Ponty sobre o papel do estímulo na resposta, sinalizam, a nosso ver, que a atividade orgânica é essencialmente intencional. Nas palavras de Merleau-Ponty:

[...] a forma do excitante é criada pelo próprio organismo, por sua maneira peculiar de se oferecer às ações do exterior. Sem dúvida, para poder subsistir, ele deve encontrar um certo número de agentes físicos e químicos. Mas é ele, segundo a natureza de seus centros nervosos, segundo os movimentos dos órgãos, que escolhe no mundo físico os estímulos aos quais será sensível (2006a, p. 15).

Para além do estímulo, é preciso mostrar ainda como a crítica aos outros elementos do aparelho reflexo enseja a possibilidade de uma teoria da intencionalidade animal. Assim, ao problema da decomposição do estímulo em elementos parciais acrescenta-se outro referente ao caráter linear da recepção e da condução dos estímulos até a reação. A ideia central consiste na suposição de vias privadas de condução do estímulo, que variam conforme o lugar excitado (PAVLOV, 1970f, p. 189). No entanto, a seguinte objeção não recebe resposta satisfatória da teoria clássica: como explicar que a estimulação de receptores distintos origina reflexos idênticos e, ainda, que reflexos diferentes são produzidos por estimulações nos mesmos receptores? (MERLEAU-

PONTY, 2006a, p.18). Segundo Merleau-Ponty, a teoria clássica postula uma multiplicação das vias privadas relacionadas a cada receptor, o que acarreta uma especialização na recepção conforme o tipo de resposta envolvida. Em outras palavras, a explicação usual para o aparecimento de reflexos variados quando da excitação dos mesmos receptores embasa-se na especialização e na multiplicação das vias privadas. Neste ponto é importante retornamos às respostas de Goldstein. Conforme mostra o autor, não é o lugar da excitação que determina o aparecimento de determinado tipo de reflexo; antes, alguns reflexos são predominantes em relação aos outros em vista do *gênero da excitação* em questão (GOLDSTEIN, 1983). No cachorro uma variedade de estimulações diferentes desencadeia o reflexo de flexão da pata, como o calor, ou uma picada. Mas o toque ou a simples pressão não demonstram o mesmo efeito (GOLDSTEIN, 1983, p.61). Ante a terminologia que preconiza a recepção como “lugar da excitação”, inferindo uma relação pontual com o estímulo, Goldstein propõe que abordemos um “campo receptivo”. Desta forma, o autor visa mostrar que “a excitabilidade deste campo não é a mesma nem em cada ponto, nem em cada momento, nem em toda circunstância, nem para toda excitação”(GOLDSTEIN, 1983, p. 59, tradução nossa)<sup>11</sup>.

O isolamento artificial constitui a base dos experimentos de Pavlov e, assim, a descrição do funcionamento nervoso neste modelo obedece à lógica das condições artificiais do laboratório. Segundo a leitura de Merleau-Ponty, e as observações da fisiologia contemporânea, a teoria do reflexo torna-se inconsistente devido às hipóteses auxiliares, que, em teoria, deveriam “tornar inteligível o próprio fato”, mas que terminam por “mascarar um desacordo visível entre a teoria e a experiência” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.24).

### 2.2.2. *Condução nervosa e condições interiores ao esquema reflexo*

As observações acerca do papel do estímulo e do lugar da excitação nos fornecem elementos iniciais na consideração de que o organismo possui uma atividade orientada, que elabora o ambiente comportamental segundo normas específicas. Sob os auspícios da biologia organicista de Goldstein e da Psicologia da *Gestalt*, Merleau-Ponty descreve o comportamento dos organismos como uma estrutura entrelaçada,

---

<sup>11</sup> “l’excitabilité de ce champ n’est pas la même ni en chaque point , ni à tout moment, ni en toute circonstance, ni pour toute excitation.”

formada de fatores próprios ao organismo e de sua relação com questões ambientais. O filósofo escreve: “nossas reações menos conscientes nunca são isoláveis no conjunto da atividade nervosa, já que parecem guiadas em cada caso pela própria situação interna e externa”. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 62-63). Nesta perspectiva, além do meio geográfico, composto como um ambiente em-si, emerge da dialética vital um meio comportamental<sup>12</sup> (*Umwelt*), que significa o entorno, ou ambiente formado pela presença de uma subjetividade. O fisicalismo presente na concepção de estímulo da teoria reflexológica contribui para uma formulação essencialmente “geográfica” do meio externo. Nestes termos, prevalece o conceito físico de estímulo. As condições interiores ao organismo participariam do processo apenas a título de suporte fisiológico. Como veremos, é preciso considerar o problema das condições interiores ao organismo para além dos limites de uma teoria da condução nervosa.

A ineficácia das explicações causais no tocante ao estímulo e a insuficiência das explicações localizacionistas, no que diz respeito ao lugar da excitação, conduzem Merleau-Ponty ao questionamento das “vias privadas” de condução do estímulo. “Existiria um trajeto definido, um processo de condução isolado, quando se vai da excitação à reação?” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.20). A teoria reflexológica responde afirmativamente e sustenta sua hipótese pela crença na primazia dos estímulos exteroceptivos na formação da atividade reflexa. Em outras palavras, trata-se de postular que a existência de vias condutoras preestabelecidas está diretamente relacionada com a atuação de estímulos externos, que incidem nos receptores e são conduzidos nestas vias especializadas até a reação, de forma regular e direta. Esta afirmação ratifica a noção de organismo que se encontrava implícita já nas análises acerca do estímulo e da recepção, qual seja, a de que o organismo é um todo composto de partes que não se comunicam. Neste contexto, as condições interiores do organismo assumem funções diretivas, de simples encaminhamento, visto que é no estímulo que se deve encontrar a origem mesma da reação. Os aspectos interiores funcionam como estruturas isoladas preestabelecidas, participando do processo apenas a título de paisagem anatômica. Não há participação positiva das condições intra-orgânicas, pois estas não desempenham papéis significativos para o andamento da reação. Assim, a teoria da condução baseada somente na exteroceptividade constrói o sistema nervoso como uma estrutura em repouso. O estado de excitação do funcionamento nervoso, o

---

<sup>12</sup> A distinção entre meio comportamental e meio geográfico será realizada de forma detalhada no segundo capítulo.

qual possibilita a reação a processos intra e extra-orgânicos se daria, exclusivamente, mediante a incidência de estímulos externos. Conseqüentemente, toda operação reflexa seria desencadeada por estímulos exteroceptivos puros. De acordo com Pavlov: “uma excitação externa é necessária para que haja reflexo” (PAVLOV, 1970g, p. 55)

Em conformidade com Goldstein, Merleau-Ponty contesta que o funcionamento da atividade reflexa seja mais dependente de estímulos exteroceptivos do que das excitações advindas da própria situação orgânica. Para o filósofo “todos os reflexos exigem no organismo o concurso de uma multiplicidade de condições exteriores ao arco reflexo que têm, tanto quanto o estímulo, o direito de serem chamadas causas da reação” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.20). Goldstein (1983) destaca o aspecto ativo e dinâmico da atividade nervosa, contrariando a hipótese do “sistema em repouso”. O sistema nervoso está em estado permanente de excitação e não depende somente de estímulos exteriores; as circunstâncias internas, os estímulos proprioceptivos e interoceptivos influenciam diretamente nas respostas reflexas.

Neste âmbito, torna-se problemática a suposição de vias de condução preestabelecidas, atuando como mecanismos interiores ativados oportunamente. As observações experimentais acerca do campo reflexógeno demonstram que os aspectos anatômicos e funcionais da atividade reflexa não se desenvolvem como relações entre sistemas isolados (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.20). Depreende-se daí que as condições interiores não se resumem à condução nervosa por estruturas prévias. Prova disto reside no fato de que o reflexo pode ser alterado drasticamente em função de aspectos químicos, secretatórios e vegetativos. Conforme os exemplos de Goldstein, retomados por Merleau-Ponty, o efeito do estímulo depende de condições intra-orgânicas que, em alguns casos, acabam por inverter seu efeito original. Hormônios como a pilo carpina e a adrenalina apresentam efeitos variáveis de acordo com o estado do organismo. Em alguns casos, a adrenalina, que usualmente age na estimulação do nervo vago, passa a excitar o nervo simpático. A ação do cálcio de desacelerar o pulso em estado normal apresenta efeitos inversos em situações de insuficiência aórtica (GOLDSTEIN, 1983, p.67). A estas dinâmicas humorais é preciso acrescentar a influência de fatores posturais, cerebrais e cerebelares. A excitação dos braços de uma estrela-do-mar gera o reflexo de flexão na direção do lado estimulado, caso os braços estejam em posição horizontal. No entanto, se os braços não estiverem uniformes, o movimento de flexão ocorrerá no sentido do ponto mais tensionado (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 29). Fatores externos ao ato reflexo, como a fadiga, também podem

modificar o caráter da reação. Estes fatos reunidos advogam contra a supremacia dos dados exteroceptivos frente à vida orgânica interior. É preciso, portanto, resgatar as funções internas de colaboração e elaboração da reação. Adiante, veremos que as interações entre a dinâmica cerebral e os processos de condução permitem reavaliar o estatuto meramente negativo atribuído aos fenômenos interiores.

No que diz respeito às intervenções de nível cerebral, a teoria clássica pressupõe a existência de mecanismos reguladores da atividade reflexa. O esmagamento dos órgãos internos da rã, conhecido como fenômeno de choque, altera a atividade de todos os esquemas reflexos. Neste exemplo, as influências cerebrais aparecem na forma de mecanismos de inibição da atividade reflexa. Delimita-se o trabalho do cérebro de modo predominantemente negativo: permitir ou negar certas reações. A objeção a este modelo hierárquico da função cerebral parte da própria experiência vivida: os mesmos processos inibitórios observados no fenômeno de choque são constatados em casos de seccionamento espinal, em que não há intervenção cerebral direta. Outro exemplo mostra-se ilustrativo: em condições normais, a excitação da planta dos pés (excitação plantar) é seguida pelo reflexo de flexão dos dedos. Contudo, se o movimento de flexão for substituído por um reflexo de extensão, supor-se-ia que a liberação deste mecanismo reflexo fora causada por lesão nas vias piramidais. Este funcionamento reflexo, conhecido como fenômeno de Babinski, indica que a lesão ocasionou a liberação de um mecanismo reflexo que se encontrava inibido pelas vias piramidais. Subentende-se que as intervenções cerebrais manifestam-se a partir de processos regulatórios, dispostos como atividades inibitórias ou coordenadoras em segunda instância. Um dos problemas desta fórmula é que em ambas as funções, inibitórias ou integrativas, o cérebro permanece um centro hierárquico de controle, elevado a níveis funcionais superiores em relação à atividade reflexa. Nesta composição, os reflexos representam fenômenos de primeira ordem; ao cérebro é delegado o cargo de “governar os automatismos, de associá-los, de dissociá-los”. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.23).

Se a função cerebral se limita a operar dispositivos preestabelecidos, é preciso notar que o aparecimento de determinadas reações reflexas no lugar de outras denota o comprometimento do cérebro em efetuar tais operações. Para a teoria clássica, no fenômeno de Babinski a aparição do reflexo de extensão representa o desordenamento do esquema reflexo habitual, no qual algumas reações automáticas encontram-se inibidas. Neste prisma, a doença é expressa como um déficit da estruturação

“normal”<sup>13</sup>, o que, em outras palavras, significa dizer que a patologia é um “fenômeno negativo” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.24). Ora, como explicar, no entanto, os casos em que a lesão das vias piramidais não é seguida, necessariamente, pelo aparecimento do reflexo de extensão? Segundo a teoria reflexológica, tal fato não é suficiente para negar a presença de mecanismos preestabelecidos, à medida que se interpõe entre a ausência do reflexo e a lesão que supostamente deveria ativar seu funcionamento, um mecanismo de inibição da inibição. Aventa-se a presença de outra atividade inibitória cujo sentido é explicar a ausência “de um reflexo de extensão arbitrariamente suposto” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.24).

Para Merleau-Ponty, deve-se refutar a hipótese de circuitos preestabelecidos, a favor de uma descrição fiel da experiência, que contemple o caráter originário e significativo da condição patológica para o organismo. Isto significa “aliar a explicação fisiológica à descrição psicológica” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.25). Seja no funcionamento normal, ou seja, ainda, na reestruturação pelas vias da doença, o comportamento dos organismos, mesmo no caso dos reflexos simples tal como tratamos até agora, expressam relações irredutíveis aos dados da anatomia. Quer dizer, as patologias sinalizam alterações qualitativas do funcionamento nervoso, que não se sustentam apenas na estrutura fisiológica. Este aspecto qualitativo da conduta diz respeito aos níveis de organização e integração que são possíveis dentro das condições orgânicas e culturais dos organismos. Por isso, Merleau-Ponty destaca que os comportamentos da criança, do louco ou do primitivo, não podem ser apreendidos com base na conduta do “adulto, sadio, civilizado” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.25). Compreender o fenômeno patológico como reestruturação global do comportamento é um passo importante para descrever as intervenções cerebrais no âmbito de valores estruturais conectados com a atividade biológica do organismo. Assim, qual o novo papel a ser desempenhado pelo cérebro? Sob esta perspectiva positiva, “a intervenção das influências cerebrais teria por efeito reorganizar o comportamento, elevá-lo a um nível superior de adaptação e de vida, e não apenas associar, dissociar dispositivos preestabelecidos.” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.26-27).

Além disso, é possível constatar que o aparecimento do reflexo de extensão não se limita às lesões piramidais, sendo influenciado, inclusive, por fatores posturais. A postura ventral e a flexão dos joelhos constituem movimentos mediante os quais o

---

<sup>13</sup> Para Pavlov, o funcionamento normal é o ponto de partida de qualquer estudo sobre a atividade animal (PAVLOV, 1970a, p. 116).

reflexo de extensão não se manifesta. A partir de tais constatações, é correto afirmar que o reflexo de extensão depende mais “da situação nervosa e motora” do organismo, do que do desenrolar de processos regulatórios. Estes fatos conduzem a uma contestação dos métodos usuais de produção do conhecimento no terreno da fisiologia. Para Merleau-Ponty, na teoria reflexológica, a suposição de mecanismos inibitórios predispostos, tal como exposto no fenômeno de Babinski, não elucidada e tampouco descreve a organização da atividade nervosa. A explicação pela via do automatismo distancia-se dos fatos ao presumir mecanismos que a própria experiência revela não existirem.

Com efeito, a ideia de inibição, à qual retornaremos tardiamente, instala no seio da análise do comportamento a negatividade como uma das normas da atividade nervosa. Neste ponto, vale mencionar o princípio metodológico formulado por Goldstein, que serve de diretriz crítica às abordagens causais. O autor afirma que “não há nada de negativo na natureza” (GOLDSTEIN, 1983, p.149). A menção crítica deste enunciado reporta-se às teorias científicas que explicam os fenômenos a partir da ausência de outros supostos fenômenos. Na mesma lógica, a crítica se estende aos modelos científicos que sustentam seus corpos teóricos em hipóteses auxiliares, visando a explicação de fenômenos aparentemente anômalos. Segundo o autor, a multiplicação de hipóteses *ad hoc* camufla as insuficiências da teoria, adotando uma perspectiva de análise negativa, que cria mecanismos inexistentes com o intuito de sanar as falhas explicativas. Para Goldstein: “Todo conhecimento que visa a fatos tem sempre um caráter positivo” (GOLDSTEIN, 1983, p.149). Neste viés, as intervenções cerebrais adquirem funções positivas, participando na organização geral da atividade nervosa, sem que se pressuponha a especialização de mecanismos preestabelecidos. A investigação dos processos de condução mostra que o funcionamento do sistema nervoso não pode ser reduzido à suposição de esquemas isolados. Ao funcionamento embasado no automatismo é preciso opor que a dinâmica nervosa é um processo global e, que o comportamento exige a conjunção de condições que não são dadas *a priori*.

O problema da especialização nos conduz via direta a uma questão que será trabalhada ao longo deste trabalho: a tese da localização cerebral. A teoria reflexológica estabelece uma correspondência unívoca entre substrato e função cerebral, compreendendo que os processos patológicos representam perdas funcionais ocasionadas por lesão, tal como apresentado no fenômeno de Babinski. A incorporação das atividades cerebrais no funcionamento total do organismo provoca a necessidade de

retornar ao problema das relações entre substrato e função nervosa<sup>14</sup>. Cada núcleo da atividade total do organismo é designado em partes do sistema nervoso, que conteriam funções específicas. O comportamento passa a ser compreendido como a expressão das funções na substância nervosa; “localiza-se” o comportamento na massa cerebral. Para Merleau-Ponty, a linearidade proposta entre função e substrato é insuficiente para descrever o funcionamento nervoso e, principalmente, a atividade dos organismos. Em última instância, o problema da localização remete à questão sobre a conciliação entre as esferas da objetividade e subjetividade. Trata-se de indagar como uma atividade propriamente fenomênica, ou seja, compreendida como experiência subjetiva pode advir de interações neuroanatômicas.

Segundo Merleau-Ponty, abordar o tema da localização cerebral significa se perguntar, de outra maneira, pelo “tipo de existência” que o organismo possui (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.26). A assunção de uma correlação estreita entre substrato e função conduz a teoria do reflexo a situar o comportamento na substância nervosa. Como vimos, e como ainda veremos detalhadamente, experimentos no campo das patologias cerebrais mostram que há a possibilidade de reorganização funcional após lesão e, logo, a função não pode ser definida apenas segundo os critérios do funcionamento ótimo do substrato. Para o filósofo, isto indica a existência de uma ambivalência inerente ao funcionamento da atividade nervosa que a teoria clássica perde de vista. O organismo “é ao mesmo tempo uma máquina em que a atividade total é a soma das atividades locais e um todo em que atividades locais não são isoláveis” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.26). Esta ambivalência inerente ao funcionamento da atividade nervosa enfraquece o ponto de vista dos circuitos preestabelecidos, segundo o qual o reflexo aparece como um modo mecânico de atividade, determinado por fatores exteriores ao sujeito que age.

Se a dinâmica nervosa organiza-se segundo valores estruturais, a integração entre o dado exterior e as condições internas ao sujeito demanda uma participação ativa da totalidade do organismo. Deste modo, é preciso explicar ainda porque o organismo se comporta de tal modo, e não de outros, frente à quantidade de excitantes possíveis. O funcionamento do circuito-reflexo exige que haja uma seleção dos estímulos exteriores, do contrário, a multiplicidade dos efeitos de variados excitantes poderia atrapalhar, ou alterar o caráter da reação. Este fenômeno, conhecido como concorrência entre os

---

<sup>14</sup> Neste momento, limitamo-nos a acompanhar a exposição de Merleau-Ponty. Ao analisar a formação dos comportamentos superiores retornaremos, detalhadamente, a questão das localizações.

estímulos<sup>15</sup>, convoca a teoria clássica a fornecer uma explicação que esclareça o aparecimento de determinadas reações em detrimento de outras. Contudo, é necessário certo cuidado metodológico neste ponto. Como estamos a tratar dos comportamentos simples, ou reflexos, não é difícil recair na proposta da fisiologia mecanicista de considerar a reação a partir do encadeamento de processos automáticos. Se a resposta reflexa representa o trajeto final do estímulo, então, é necessária a intervenção de mecanismos inibitórios para os estímulos que não atuam de forma significativa no organismo. Sob esta prerrogativa, restitui-se a linguagem da negatividade e o organismo deixa de exercer um “papel positivo na elaboração dos estímulos” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.28). Para cada atividade realizada, todas as concorrentes devem ser inibidas. Este jogo flutuante entre excitação e inibição cria no sistema nervoso a incapacidade de realizar duas tarefas simultaneamente.

Conforme argumenta Merleau-Ponty, a origem da incapacidade em elaborar dois esquemas reflexos ao mesmo tempo não se explica devido ao isolamento dos centros e dos trajetos nervosos, que pressuporiam mecanismos de inibição prévios. Pelo contrário, a atividade reflexa exige que o sistema nervoso aja como um conjunto, haja vista que a elaboração dos estímulos não ocorre de modo parcial ou isolado da atividade integral do organismo. Esta noção de conjunto esclarece a necessidade da elaboração de reflexos de forma ordenada, sem pressupor a especialização das vias de condução. “É esta imagem de conjunto que comandaria a distribuição dos influxos motores, lhes daria logo de início a organização que o menor de nossos gestos testemunha, dividiria a excitação entre os flexores e os extensores” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.31).

Segundo Merleau-Ponty, esta concepção globalista<sup>16</sup>, a qual visa suprimir a suposição de circuitos preestabelecidos, também fornece uma explicação estrutural no que diz respeito ao desenvolvimento temporal das respostas. O fenômeno da irradiação, no qual há o prolongamento das excitações para áreas vizinhas, serve para ilustrar que a elaboração da resposta não acontece de modo isolado do resto do organismo, seguindo caminhos especializados. Observa-se que a variação de respostas mediante o mesmo excitante não se traduz, inteiramente, pela distribuição espacial do excitante em outros domínios nervosos. Segundo o neurologista inglês Charles Sherrington, a intensidade do excitante não figura como uma propriedade prioritária na influência dos centros motores

---

<sup>15</sup> Retornaremos a esta discussão ao abordarmos os reflexos condicionados no segundo capítulo.

<sup>16</sup> Como veremos posteriormente, a adoção do paradigma da forma na compreensão do funcionamento nervoso não significa necessariamente que a função seja indiferente ao substrato.

a seres ativados. Disto, deriva-se que a intensidade não está diretamente relacionada com a propagação do excitante para outras áreas, justamente porque “cada sistema motor exige não apenas uma certa quantidade de excitante, mas ainda um excitante de uma certa natureza” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.32). No caso do fenômeno de irradiação, é necessário perguntarmo-nos então: se o excitante não atua de acordo com um caminho anatômico próprio, que se origina em um ponto e depois se estende aos demais circuitos, como a questão do tempo de transmissão dos excitantes influi na resposta reflexa? Vejamos a resposta de Merleau-Ponty:

Enquanto o estímulo aumenta de maneira contínua, o organismo não responde pelos movimentos que exprimiriam uma difusão contínua da excitação através dos circuitos preestabelecidos: a excitação é elaborada de tal maneira que a cada aumento notável ela se traduz, nos sistemas motores, por movimentos novos e se divide entre eles para acionar um gesto dotado de sentido biológico (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.34).

Nesse sentido, por exemplo, nota-se que o fenômeno da irradiação “segue a lei dos movimentos vitais de cada animal” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 34). Enquanto a concepção clássica de funcionamento nervoso retrata as dinâmicas fisiológicas como dados puramente anatômicos, pressupondo circuitos prévios, receptores especializados, e enfatizando fenômenos de irradiação pela via da intensidade do excitante, Merleau-Ponty, por outro lado, situa-se em um novo quadro conceitual, que considera “a atividade específica do funcionamento nervoso” e as “exigências do organismo”. Este posicionamento orienta-se pela via de uma interpretação do “estado total do sistema nervoso e das intervenções ativas que são necessárias para a conservação do organismo” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.35).

### *2.2.3. Teoria da reação reflexa e intencionalidade sensório-motora*

As insuficiências do automatismo fisiológico e do realismo fisicalista conduzem Merleau-Ponty a delinear a atividade orgânica a partir de um “sentido biológico”, o qual não se define pela prescrição de parâmetros objetivos e não consiste, por outro lado, em atividade pensante. O retorno ao campo da realidade biológica circunscreve uma intencionalidade originária que é tematizada mais explicitamente no final da análise sobre o esquema reflexo. Será no âmbito da reação que as querelas assumidas anteriormente entre funcionamento interno e estimulação externa recebem um tratamento integrado. A questão se perfaz da seguinte forma: como um organismo pode

conjugar a ação dos agentes externos e a sua situação orgânica, a fim de comportar-se com mais eficiência e objetividade perante seu meio?<sup>17</sup>

Este é o problema da articulação sensório-motora, ou ainda, da adaptação do reflexo ao estímulo. Para a teoria clássica, a reação representa o componente final do arco reflexo, simbolizando a parte eminentemente “ativa” do processo. Caracteriza-se a reação como o único tipo de atividade do organismo, o que implica considerar que a recepção dos estímulos exprime uma passividade inerente ao comportamento. Em outros termos, na teoria do reflexo os processos sensório-motores são, em princípio, diferentes. Assim, ao se explicar a atividade reflexa como a soma de processos isolados, que se comunicam apenas de forma pontual, conseqüentemente, toda a reação do organismo aos agentes externos não passará de *reatividade* (BUYTENDIJK, 1952, p. 200). Ora, segundo Goldstein (1983, p.75), mesmo nos comportamentos aparentemente automáticos, desde a mão que alcança o ponto picado de forma rápida e simples, até os organismos que se encontram em situações de risco vital, o comportamento reflexo aparece como uma espécie de “fenômeno orientado”. Nestes moldes, é inevitável questionar a antiga lógica do caráter longitudinal dos reflexos:

Pode-se imaginar, no ponto coçado, tantos circuitos preestabelecidos quantas posições iniciais possíveis para a mão existem? Também não se entenderia como o influxo escolhe, entre as vias abertas, justamente aquela que provocará o movimento conveniente na situação considerada (MERLEAU-PONTY. 2006a, p.39)

A derrocada da hipótese da condução especializada se embasa no retorno ao “sentido biológico” dos acontecimentos *para* o organismo. É na conjugação da situação orgânica e do valor vital dos excitantes que a ação pode ser descrita em termos dialéticos. Deste modo, o aprimoramento sensório-motor não se constitui apenas no terreno da exteroceptividade ou da propioceptividade. Para além da espacialidade corporal ofertada pelo substrato fisiológico há um tipo de espacialidade mais original que permite que comportamentos semelhantes utilizem estruturas anatômicas totalmente distintas. Apesar de usarmos músculos diferentes para estas tarefas, nossa letra possui as mesmas particularidades, seja escrita no papel, ou no quadro negro. A transcrição de nossos atos em estímulos nervosos enfatiza o conteúdo fenomênico da experiência em detrimento da dinâmica fisiológica de cada órgão envolvido. Isto porque todo o sistema

---

<sup>17</sup> Este tópico será retomado no segundo capítulo ao discutirmos a noção de comportamento privilegiado.

contribui à medida que a ação exprime o próprio sentido biológico da interação com o meio.

A análise da reação reacende o problema da espacialidade e de sua submissão ao discurso da objetividade. Entendendo que o movimento pressupõe a abertura e a dialética entre esferas interiores e exteriores, a reflexão deve se endereçar a compreender a corporeidade como uma significação que ultrapassa o automatismo. Escreve Merleau-Ponty: “O corpo em seu funcionamento não pode se definir como um mecanismo cego, um mosaico de seqüências causais independentes” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.42). Nem a proprioceptividade e, tampouco, a exteroceptividade consideradas como fenômenos isolados dão conta do problema. No caso da teoria das imagens cinestésicas, por exemplo, o movimento é definido como um conjunto de imagens dos atos corporais que seriam justapostas ao longo da experiência e formariam reminiscências motoras. Entretanto, conforme os experimentos de Lashley, ratos que tiveram o cerebelo extirpado continuaram a escolher os caminhos corretos em um labirinto que fora percorrido anteriormente. Esta adaptação corporal ao espaço concreto atesta que:

Os movimentos do corpo próprio são naturalmente investidos de certa significação perceptiva, e eles formam, com os fenômenos exteriores, um sistema tão bem ligado que a percepção externa "leva em conta" o deslocamento dos órgãos perceptivos, encontra neles, senão a *explicação expressa*, pelo menos o *motivo* das mudanças que intervieram no espetáculo, e assim pode compreendê-las imediatamente (MERLEAU-PONTY, 2006b, p. 79)

Por outro lado, a negação do automatismo não conduz a uma concepção inversa, pela qual a inteligência seria a diretriz fundamental do movimento. Para Merleau-Ponty, a intermediação da inteligência não representaria um avanço e, sim, uma dificuldade, haja vista que cada movimento teria que ser pensado a partir de sua posição em relação aos outros, logo, cada nova ação alteraria todo o sistema de cálculos.

Na criança, por exemplo, o movimento já é a expressão de uma unidade entre as influências proprioceptivas e exteroceptivas. A lógica corporal que orienta o movimento rumo ao objeto encarrega-se de estruturar os dados sensoriais e os dados motores como um conjunto significativo. A proprioceptividade coaduna-se com as impressões visuais e táteis, originando reações motoras intencionais.

Para que os movimentos vitais tenham imediatamente a precisão e a leveza que neles são tão impressionantes, ou que pelo menos possam se corrigir pela experiência é preciso que a inervação motora seja regulada a cada momento e em cada caso considerando-se as particularidades da situação (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.49)

A questão da adaptação da resposta frente às mudanças impostas pelo meio é visível nos casos em que o organismo sofre amputações ou lesões graves. Vislumbra-se, nestas ocasiões, o que Merleau-Ponty chama de fenômeno de suplência, que consiste em um processo de “reorganização do funcionamento” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.56), em que as funções de órgãos debilitados são compensadas pela atividade integralizada entre outros setores. Ante a teoria clássica que postula a ativação de mecanismos prontos a funcionar, é preciso objetar que a atuação dos fenômenos de suplência “se produz de uma maneira característica apenas se um interesse vital está em jogo, e não quando se trata de um ato encomendado” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.56). A amputação das falanges de um escarabeídeo, espécie de besouro, não é suficiente para que este deixe de se locomover. Em um primeiro momento, somos levados a pensar que a extirpação desencadeia processos automáticos de reorganização. No entanto, a geografia do terreno participa de forma crucial na função: mantêm-se a similitude com o caminhar normal em solos irregulares, nos quais há a possibilidade de variar os pontos de apoio, mas o mesmo não se sucede se o terreno for liso (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.55). O exemplo trazido por Merleau-Ponty ilustra a possibilidade de se pensar a adaptação a partir de uma normatividade interna que dialoga com o espaço geográfico. Em outros casos, que não envolvem propriamente amputação, e sim imobilização, os fenômenos de suplência são substituídos pelo esforço total do organismo em liberar-se, o que, eventualmente, desencadeia um “comportamento desordenado”.

O fenômeno da reorganização funcional instaura-se sob o fundo da ambivalência do espaço corporal. Nesse sentido, a suposição de que a atividade orgânica é “orientada” equivale a afirmar que o equilíbrio funcional não pode ser explicado como atividade mecânica e, tampouco, como uso da inteligência. Neste ponto, a obra de Goldstein é o parâmetro segundo o qual Merleau-Ponty se apóia para caracterizar uma atividade global do organismo, que está além do comportamento mecânico e aquém da construção simbólica.

Para Goldstein (1983), é necessário negar a ideia de que o organismo seria um amontoado de instintos prontos a funcionar. De acordo com o autor, todas as modalidades de interação do organismo podem ser descritas a partir de uma atividade

mais primordial, pela qual o organismo busca “uma atualização de si”. O conceito de atualização deve ser compreendido como o movimento interior próprio a toda forma de vida que se esforça em realizar a sua essência. Isto significa que a conservação-de-si não diz respeito apenas à manutenção da existência, mas ela visa primeiramente um mundo de significados para o organismo. Já nos quadros patológicos, os sujeitos estão restritos a estados de conservação corporal, visto que para eles não é mais possível agir a fim de realizar sua essência individual. Na imobilização da busca pela atualização da essência desponta o processo de regressão à conservação da existência, descrita como “um signo de vida anormal, de vida em declínio” (GOLDSTEIN, 1983, p.170).

Eis o ponto crítico das análises realizadas por Merleau-Ponty no primeiro capítulo de sua obra. É preciso afirmar que *o reflexo não representa a atividade normal do organismo*, ele expressa, ao contrário, “a reação que se obtém de um organismo quando o obrigamos a trabalhar, por assim dizer, por peças isoladas, a responder, não a situações complexas, mas a estímulos isolados” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.63). Segundo Goldstein, o reflexo pode ser descrito “como uma operação do organismo total alterado pela doença, ou pela intervenção experimental”(GOLDSTEIN, 1983, p. 134, tradução nossa)<sup>18</sup>. Como já foi dito, o princípio epistêmico que alicerça a teoria do reflexo refere-se ao pressuposto de que todo fenômeno deve ser estudado isoladamente, e que apenas posteriormente, a soma destes elementos pode compor o todo. Para Merleau-Ponty, assim como para Goldstein, no lugar de ser o fundamento de toda a atividade possível, o reflexo expressa um tipo de compromisso particular entre organismo e meio, pelo qual os organismos são obrigados a ofertar respostas isoladas. Tanto na patologia como na experimentação clássica o isolamento está na origem da dinâmica nervosa. (GOLDSTEIN, 1983).

Os experimentos reflexos, tal como vemos em Pavlov, têm como objetivo fornecer leis de funcionamento do organismo, embasadas, sobretudo, em hipóteses acerca da atividade nervosa. As inferências produzidas pela teoria clássica generalizam a atividade do organismo a partir de comportamentos observados em contextos controlados. De acordo com Merleau-Ponty (2006a), tais tipos de inferência descontextualizam a realidade biológica em prol de uma fundamentação anatômica que se embasa na relação do organismo com estímulos artificiais. Assim como nos estados patológicos, o comportamento do organismo antevisto em condições experimentais

---

<sup>18</sup> “comme une opération de l’organisme total altéré par la maladie ou l’intervention experimental”.

encontra-se desordenado, principalmente em vista da artificialidade dos estímulos, que são destituídos de um valor vital para o animal. Ademais, Merleau-Ponty localiza nas práticas de isolamento artificial uma “situação antropomórfica” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.64). A significação funcional que adquire o comportamento animal em seu meio natural perde-se no contexto do laboratório dado o caráter pontual das estimulações às quais o organismo deve reagir. Os estímulos deixam de portar o sentido implícito de uma ação inteiramente implicada e dialética em relação ao seu ambiente para serem caracterizados a partir de seus componentes físico-químicos.

Segundo Goldstein, o reflexo não consiste no mecanismo fundamental de interação das formas inferiores de vida. O nível de adaptação do organismo é inversamente proporcional ao uso de atividades reflexas. Quanto mais o organismo encontra-se “centrado” e “adaptado” ao seu meio, menor será a frequência de respostas reflexas. Em níveis superiores da escala zoológica, as ações devem adaptar-se a ambientes potencialmente mais complexos. Além disso, Goldstein pontua que a presença de reflexos, ou fenômenos semelhantes, em seres de comportamento mais integrado atesta a capacidade de “produzir no próprio organismo isolamentos artificiais” (GOLDSTEIN, 1983, p.146) É o caso, por exemplo, do reflexo pupilar, observado mediante a iluminação dos olhos. Neste procedimento, o sujeito examinado “abandona” a função do olhar, e “empresta” o olho ao examinador. Apesar de constatar-se uma variação normal do diâmetro da pupila na atividade habitual do organismo, nota-se que em relação ao olhar artificial que se deve emprestar aos exames médicos, e sob a mesma intensidade luminosa, a contração produzida é diferente caso a visão direcione-se a um objeto de interesse (GOLDSTEIN, 1983, p.146).

A definição fisiológica do comportamento estabelece o privilégio dos fatos fisiológicos sob os dados comportamentais. Bimbenet (2004) assevera que tal posição constitui uma fragilidade teórica, visto que os fatos fisiológicos tornam-se suposições de eventos cerebrais que acarretariam, de modo causal, o acionamento dos esquemas motores. A partir de outro princípio metodológico, verifica-se que a fisiologia moderna diverge sistematicamente da lógica mecanicista. Ao invés de caracterizar negativamente os fenômenos nervosos, pressupondo assim a existência de entidades não-verificáveis, a fisiologia moderna erige sua metodologia partindo de uma concepção estrutural do organismo, na qual a atividade nervosa está em sintonia com o valor biológico das ações, de modo que a topografia fisiológica por si só não é determinante da atividade biológica.

Há uma inversão metodológica a ser notada: se na fisiologia clássica a divisão dos fenômenos em núcleos isolados guiava a compreensão dos comportamentos, por outro lado, a fisiologia moderna busca ater-se aos fenômenos por meio da descrição genuína de seu aparecer, sem recorrer a hipóteses auxiliares. Como explicita Bimbenet (2004), neste momento da análise o ponto de vista do espectador estrangeiro revela uma preocupação ontológica com o estudo do comportamento. Trata-se de trazer à tona o sentido de ser de um organismo que se comporta que não pode ser buscado em lugar algum, senão na própria atividade. Por isso, Merleau-Ponty acentua sua crítica ao afirmar que o método fisiológico empregado por Pavlov consiste em uma “fisiologia imaginária” (2006a, p.89).

É necessário opor ao atomismo a análise estrutural. Ancorando-se na Psicologia da forma, a transição entre os dois primeiros capítulos antecipa a problemática da estrutura, que será desenvolvida a fundo a partir do exame dos comportamentos superiores. A insuficiência da teoria do reflexo simples conduz-nos à descrição dos fenômenos orgânicos a partir de um paradigma estrutural, que esteja de acordo “com as articulações naturais dos fenômenos” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.63). Faz-se necessário destacar que a noção de organismo, ou de ser-vivo, tal como definido pela própria ciência biológica deve ser alterada. Novamente, a antinomia entre o mecanicismo e o vitalismo cede lugar na biologia à compreensão do ser-vivo enquanto “uma estrutura indecomponível de comportamentos” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.67). A introdução do conceito de forma sinaliza, no final do capítulo, para uma nova definição da reação, ou do comportamento. Nestes termos:

[...] deveríamos considerar o setor aferente do sistema nervoso como um campo de forças as quais exprimem simultaneamente o estado intra-orgânico e a influência dos agentes externos; essas forças tendem a se equilibrar de acordo com certos modos de distribuição privilegiados e obtêm das partes móveis do corpo os movimentos próprios para isso. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.68)

### **Considerações**

A reavaliação das relações entre consciência e natureza, pela via do comportamento, representa em Merleau-Ponty a aproximação da consciência à esfera mesma da vida. Trata-se aqui de retomar o sentido de ser do comportamento, pois “dizemos de um homem ou de um animal que tem um comportamento, o que não

dizemos de um ácido, de um elétron, de um cascalho ou de uma nuvem senão por metáfora” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.3). É por isto que Merleau-Ponty afirma que o animal é uma outra existência. É isto que nos indica um comportamento; o organismo vivo é, antes de tudo, um vivente, sua atividade se perfaz na intersecção entre seus modos próprios de existência, que abarcam a singularidade de suas capacidades orgânicas, e o aparecimento de um meio-ambiente configurado pelas capacidades vitais de cada ser. Com esta ideia, o presente capítulo teve como objetivo expor e discutir a questão da atividade orgânica tal como entendida pelo naturalismo científico. O foco deste debate recaiu sobre a noção de reflexo simples, cuja crítica, a nosso ver, já representa na filosofia de Merleau-Ponty a emergência de uma preocupação conceitual em relação aos viventes. Em nossa leitura, desde o capítulo inicial d’*A estrutura do comportamento* a atividade vivente deve ser descrita a partir de si, na confluência da dialética que ela estabelece a cada momento entre as normas internas do organismo e o ambiente que o cerca.

No capítulo seguinte abordamos a formação dos comportamentos superiores, tendo em vista ressaltar a importância que a noção de *Gestalt*, ou forma, adquire ao longo da obra de Merleau-Ponty. Por isso, em um primeiro momento, retornaremos ao problema das localizações cerebrais, do estímulo, e da reorganização funcional em casos patológicos. O avanço em tais quesitos representa a consolidação de uma perspectiva intencional de análise do comportamento. Por fim, trataremos de explicitar a interpretação estrutural de Merleau-Ponty no que concerne a vida, a matéria, e o espírito.

## Capítulo II- Estrutura e intencionalidade

### Apresentação

No capítulo anterior, vimos que Merleau-Ponty inicia seu percurso argumentativo em torno da noção de comportamento partindo da crítica às abordagens mecanicistas da psicologia e da fisiologia. Em geral, tratamos de avaliar as repercussões do realismo científico, com o intuito mais específico de apontar a derrocada do atomismo psicofísico como paradigma dominante de compreensão do comportamento vivente. Nesse cenário, a reformulação da noção de comportamento exige, também, uma reavaliação do papel do organismo nos processos comportamentais. Tal projeto é levado adiante, no interior da obra de Merleau-Ponty, a partir da adoção do ponto de vista estrutural.

Neste capítulo, apresentamos a interpretação da atividade vital realizada por Merleau-Ponty por meio da semântica da forma. A caracterização do comportamento segundo o conceito de forma, ou estrutura, nos permite entrever, no texto merleau-pontyano, a possibilidade de definir a ação vivente como uma intencionalidade motora. Dividimos este capítulo em duas etapas. O primeiro estágio consiste em uma análise das implicações do conceito de forma no tocante ao funcionamento nervoso. Nesse sentido, apresentamos a ampliação do debate de alguns temas circunscritos no primeiro capítulo. Iniciamos a discussão delineando, em linhas gerais, certos aspectos da teoria dos reflexos condicionados. No segundo momento desta primeira parte, elucidamos a importância das problematizações acerca da experiência patológica como via de inserção do tema da forma. Estes tópicos constituem a primeira etapa deste capítulo. Posteriormente, na segunda etapa, abordamos a forma a partir de considerações sobre a atividade dos organismos. A questão da aprendizagem emerge como importante ferramenta conceitual e, por isso, atribuímos o papel de tópico inicial do desenvolvimento desta etapa. Amparados por esta discussão, delimitamos, em seguida, as análises estruturais levadas a cabo por Merleau-Ponty. Destacamos as divergências e as proximidades com a Psicologia da *Gestalt*, propomos um tópico de discussão acerca da noção de intencionalidade vital e, por fim, acompanhamos a exposição do filósofo acerca das ordens comportamentais.

Desde as discussões acerca do funcionamento nervoso, Merleau-Ponty fornece uma via de análise do comportamento que apreende a atividade vivente segundo sua capacidade de estruturar, a partir de si, formas significativas de relação com o mundo.

## **1ª Parte: Estrutura e funcionamento nervoso**

### **1. Desdobramentos dos problemas anteriores: introdução à teoria dos reflexos condicionados**

Apesar de partilharem dos mesmos princípios epistemológicos, as teorias do reflexo simples e do reflexo condicionado apresentam diferenças fundamentais. Enquanto a primeira trata dos comportamentos reflexos, ou inatos, a segunda configura-se como uma verdadeira teoria comportamental<sup>19</sup>, cujo objetivo consiste em explicar os processos de formação dos comportamentos superiores. A mecânica nervosa envolvida em cada caso é essencialmente distinta. Mesmo que em ambas as teorias a causalidade seja o método explicativo dos fenômenos, é notável que a constituição dos modos de interação do organismo com o meio se realiza mediante a utilização de diferentes aparatos nervosos.

A teoria do reflexo simples não é suficiente como teoria do comportamento, pois resta compreender ainda como um comportamento pode visar o mundo, adaptar-se, e construir mecanismos de interação que não são dados na aparelhagem inata do organismo. Acompanhemos o desenvolvimento deste problema, orientando-nos conforme as discussões realizadas por Merleau-Ponty acerca dos chamados comportamentos superiores. A principal característica deste gênero de comportamento é a capacidade de aprendizagem. Este problema está no cerne da teoria dos reflexos condicionados de Pavlov e o exame empreendido por Merleau-Ponty nos confere a oportunidade de redefinir o sentido de ser de um vivente a partir da noção de estrutura.

Em linhas gerais, a teoria dos reflexos condicionados compreende um modelo teórico-experimental, que consiste em explicar os modos de interação temporária do organismo com o ambiente. As conexões temporárias, ou os reflexos condicionados, referem-se às tentativas do organismo de se ajustar ao meio circundante, presentes tanto nos animais superiores quanto nos seres humanos. Eis uma síntese desta ideia:

Por exemplo, não é suficiente que o animal se limite a comer somente o alimento que se acha a sua frente, porque se assim fosse poderia morrer

---

<sup>19</sup> “A conduta geral dos animais superiores e do homem em estado normal (não falamos senão de organismo sãos) é comandada pelo segmento superior do sistema nervoso central, os grandes hemisférios e a região subcortical subjacente” (PAVLOV, 1970h, p. 160). Outra citação importante: “O domínio do reflexo condicionado é domínio de uma atividade superior, relacionada com os mais elevados centros do sistema nervoso, ao passo que os reflexos inatos estão em função dos níveis inferiores do sistema nervoso central”(PAVLOV, 1970f, p. 190).

de fome; deve, também, procurar comida e descobri-la por indícios diversos, que estimulam os movimentos do animal em direção à comida e à apreensão desta, isto é, são sinais que, no seu conjunto, provocam um reflexo alimentar condicionado (PAVLOV, 1970a, p. 107)

Os experimentos realizados por Pavlov com cães são exemplos clássicos de processos de elaboração de reflexos condicionados. Tomemos o fenômeno da salivação, considerado um reflexo inato no cão. O processo de excitação causado pela percepção do alimento resulta na liberação de um ácido que ativa a produção de saliva. A carne representa o estímulo incondicionado da reação de salivação. Após algumas apresentações de um estímulo neutro, como um som, junto ao estímulo incondicionado, observa-se que o estímulo neutro adquire os poderes reflexógenos do estímulo incondicionado. Elabora-se um esquema reflexo no animal que associa o estímulo incondicionado (som) às reações previstas frente ao estímulo condicionado (carne).

A complexidade das demandas ambientais exige do organismo a criação de mecanismos comportamentais temporários, que cumprem a função de ampliar o espectro de respostas em relação aos mecanismos inatos. No que concerne à teoria dos reflexos condicionados, Pavlov mantém os mesmos princípios<sup>20</sup> metodológicos utilizados em sua caracterização do reflexo simples. Com efeito, há conseqüências metodológicas e epistemológicas em tal atitude, visto que “a essência da atividade nervosa permanece a mesma: é um processo decomponível em partes reais” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.78). A manutenção do atomismo psicofísico no âmbito dos comportamentos superiores resulta na conservação de uma concepção mecânica da ação. Lembremos que, para Merleau-Ponty, “uma ação mecânica, quer tomemos a palavra no sentido restrito quer no sentido amplo, é aquela em que a causa e o efeito são decomponíveis em elementos reais que se correspondem um a um” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.250). Neste modelo, as condutas adaptativas são expressas como o resultado de uma soma entre os estímulos proprioceptivos, advindos do próprio organismo e os estímulos exteroceptivos, provenientes de agente externos.

É preciso explicar, todavia, como determinados estímulos tornam-se condicionais de certas reações. Em outras palavras, cumpre entender por que alguns excitantes se destacam e são selecionados pelo organismo, enquanto outros não. Pavlov formula um conjunto de leis da atividade nervosa superior, com vistas a esclarecer a questão da seletividade dos estímulos condicionados. Em um primeiro momento, afirma

---

<sup>20</sup> Princípio da análise, da síntese, e princípio da estruturação. Ver capítulo I, pgs. 23-24.

o fisiologista, a elaboração de reflexos condicionados se dá perante processos de generalização dos estímulos. Os estímulos neutros tendem a adquirir capacidades reflexógenas à medida que são acompanhados por estímulos incondicionados<sup>21</sup> (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.78). Conforme mostra Pavlov, a formação de um reflexo condicionado, empregando-se como estímulo central um determinado tom, é caracterizada pela intervenção de outros estímulos ambientais, ruídos inclusive, que também adquirem capacidades reflexógenas (1970a). Esta generalização do reflexo condicionado ocorre devido a processos de irradiação destas excitações pelo córtex (PAVLOV, 1970a, p. 109).

Vejamos como Pavlov determina a dinâmica de seleção do estímulo, tecendo a seguinte pergunta: em determinadas situações, como é possível manter o equilíbrio do organismo, visto que, segundo o processo de irradiação, inúmeras possibilidades de respostas desordenadas seriam possíveis? É preciso encontrar um mecanismo que impeça “um estímulo qualquer de provocar uma das reações com as quais foi associado” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.78)

A estratégia do fisiologista russo consiste em propor um mecanismo de compensação da irradiação, que evite uma propagação desordenada do estímulo. É por meio da ideia de inibição que se supõe no organismo engrenagens funcionalmente ativadas para evitar falhas ou complicações<sup>22</sup>. Tratar um estímulo como inibidor significa afirmar que em toda e qualquer situação ele agirá como despotealizador do estímulo condicionado. Ora, como Merleau-Ponty mostra, ao analisar os experimentos de condicionamento em cães realizados por Pavlov, é possível observar alterações funcionais dos estímulos, a depender do conjunto nos quais eles se aplicam. Deste modo, estímulos inibidores em contato com estímulos condicionados não desempenham, necessariamente, inibições completas. Para Merleau-Ponty, isto ocorre porque o valor individual de cada estímulo é dado na sua interação com o agrupamento. Se um conjunto com estímulos X,Y,Z possui propriedade reflexógenas, isto não quer dizer que seus subconjuntos XY,XZ,YZ, possuirão a mesma característica (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 82). Assim, o caráter inibitório ou excitatório do estímulo vincula-se, primeiramente, à “estrutura precisa da situação” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.84).

---

<sup>21</sup> Em resumo, um estímulo incondicionado é responsável pela produção de respostas automáticas, ou inatas.

<sup>22</sup> “A inibição participa do funcionamento dos grandes hemisférios de uma maneira tão incessante, precisa e completa, como o processo de excitação” (PAVLOV, 1970a, p. 110)

De fato, o privilégio de uma análise que leve em consideração a totalidade da situação consiste em sua atitude de descrição dos efeitos dos estímulos a partir de parâmetros qualitativos. Sob esta perspectiva, os processos de inibição e excitação não seriam propriedades exclusivas e absolutas de cada estímulo considerado em-si e, tampouco, seriam processos produzidos por dispositivos locais no sistema nervoso. Sob o viés da forma, observa-se que a explicação acerca da complexidade dos processos nervosos não se restringe à consideração dos efeitos dos estímulos isoladamente. Ao contrário, “o verdadeiro estímulo é o conjunto como tal” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.83).

Tanto na teoria dos reflexos simples como na teoria dos reflexos condicionados a definição do estímulo permanece no terreno da causalidade linear. A manutenção de alguns conceitos da teoria do reflexo simples nos indica que a própria concepção de organismo permanece inalterada na teoria dos reflexos condicionados. A seguinte crítica, realizada por Merleau-Ponty, é aplicável para as duas teorias do reflexo:

Há um princípio assumido desde o início, o de admitir que, no organismo, uma excitação complexa contém, a título de partes reais, os processos que seriam acionados por cada um dos estímulos elementares, ou ainda que cada estímulo parcial possui uma eficácia própria. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.82)

O pano de fundo destas questões reside em um problema metodológico, presente na teoria fisiológica de Pavlov, que deve ser notado. Segundo Cazabon (1969), para Watson, e por contigüidade poderíamos incluir aqui Pavlov, a fisiologia é a base explicativa do comportamento. Ou seja, a atividade vivente só pode ser descrita como o desdobramento de processos fisiológicos determinados, além do que, é função do cientista descobrir essa mecânica comportamental. No entanto, de acordo com Merleau-Ponty, o próprio método fisiológico de Pavlov é construído pautando-se em elementos fornecidos pelos dados comportamentais. Observemos que por si só essa atitude não se constitui como um problema. Mas, tendo em vista que Pavlov e Watson advogam pela primazia do fisiológico sobre o comportamento, o recurso direto aos dados comportamentais, ao invés de constituir-se como uma metodologia fiel aos dados da experiência, revela a dificuldade encontrada pelas abordagens mecanicistas em tratar o sistema nervoso como uma entidade em-si, funcionando como conjunto isolado. Em suma, a apropriação dos dados comportamentais, sob o viés da primazia do

funcionamento cerebral na explicação do mundo fenomenal, resulta em tentativas forçadas de ajustamento da teoria à prática.

Vide, por exemplo, os conceitos de inibição e indução recíproca (a criação de respostas inibitórias perante estímulos excitatórios), os quais exercem funções auxiliares, cujo objetivo é deixar “intacta a noção de reflexo condicionado” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.88). A incorporação de mecanismos teóricos adicionais, que não têm correlato na experiência vivida, evidencia a construção de uma “fisiologia imaginária” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.89). Os critérios de objetividade, que regem o método dos reflexos condicionados, embasam-se em fenômenos nervosos inferidos da atividade dos organismos. Conseqüentemente, a atividade vital é derivada da atividade fisiológica. Para Merleau-Ponty, os obstáculos resultantes de uma metodologia que parta da apreensão do comportamento a partir dos fenômenos nervosos, cujo conhecimento ainda nos é restrito, representam sinais de que a fisiologia, antes de ser uma determinação intrínseca das condutas do organismo, participa nelas de forma indireta. Nesse sentido, o filósofo afirma que “somente podemos conhecer a fisiologia viva do sistema nervoso partindo dos dados fenomenais” (2006a, p.139).

De acordo com Goldstein (1983), figura notável da fisiologia contemporânea a Merleau-Ponty, é inviável empreender um estudo do funcionamento nervoso sob bases realistas, visto que a atividade nervosa não se restringe a um aparelho isolado da atividade total do organismo. O autor ressalta que o sistema nervoso deve ser descrito a partir de inferências coletadas de observações sobre as operações dos sujeitos analisados. Integrando o método experimental com as descrições fenomenológicas, Goldstein (1983) problematiza a teoria do reflexo condicionado a partir dos próprios dados experimentais fornecidos pelos relatos clássicos. Por exemplo, a secreção salivar varia de acordo com o tipo de excitante empregado. Estímulos luminosos ou sonoros acarretam níveis diferentes de secreção. Em casos nos quais os animais são submetidos a privações de alimentos e água, as secreções salivares geradas pelos estados de fome e sede são contrárias às reações observadas no animal em seu habitat natural. Em situação natural, a secreção salivar aumenta nos estados de fome e diminui nos experimentos condicionados (GOLDSTEIN, 1983, p.151). Disto Goldstein depreende que “o estado total do organismo deve ser *fundamentalmente diferente* nos dois fenômenos”<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> “doit être fondamentalement différent dans les deux phénomènes”.

(GOLDSTEIN, 1983, p.151, grifos do autor, tradução nossa). Os comportamentos dos cães submetidos a tais experiências demonstram que os animais encontravam-se orientados em direção ao estímulo; sua conduta dirigia-se unicamente ao recipiente que continha o alimento. É por isso que em vários experimentos Pavlov se depara com condutas “neuróticas” dos cães. Em um de seus relatos, Pavlov descreve o caso de um experimento de condicionamento alimentar no qual o estímulo incondicionado, ao invés de ser um estímulo indiferente, como um som, era um estímulo destrutivo, uma corrente elétrica (PAVLOV, 1970i). Considerava-se que o condicionamento era realizado no momento em que os estímulos destrutivos não causavam mais reações defensivas e, sim, apenas respostas “nutritivas”, como a salivação. Contudo, a aplicação de estímulos destrutivos em áreas além da pele causava reações de aversão dos animais, que se exprimiam por atitudes defensivas. As reações de resposta ao alimento foram suprimidas e o animal, que até então aparentava tranquilidade, assumia um estado de superexcitação.

O fenômeno da desorganização funcional acarretada pela relação com estímulos isolados também é visível no seguinte exemplo. Alguns cães foram submetidos a processos de elaboração de reflexos alimentares. O estímulo neutro adicionado à apresentação do alimento era um círculo luminoso projetado em uma tela. Após o condicionamento, foram realizados experimentos de diferenciação entre o círculo e uma elipse, também luminosa. Perante o círculo, apresentava-se o alimento, perante a elipse, não. O cerne do experimento consistia em condicionar o reflexo alimentar apenas na presença do círculo. Foram exibidas diversas elipses, cujas formas assemelhavam-se cada vez mais a um círculo. A discriminação tornou-se difícil e, com isso, observou-se que os animais entraram em estados de extrema agitação, além do fato de que os esquemas reflexos obtidos anteriormente desapareceram (PAVLOV, 1970i).

Na experiência comum, há uma espécie de performance do animal frente ao estímulo que, no entanto, não se limita ao excitante em-si. Trata-se de um arranjo estrutural da situação, pelo qual o estímulo adquire o valor de ocasião e não de causa dos comportamentos (MERLEAU-PONTY, 2006a). No caso das reações artificiais, a resposta emerge do organismo como um fenômeno isolado, cujo objetivo é apaziguar ou anular a intensidade do estímulo. Esta “aderência anormal”<sup>24</sup> (GOLDSTEIN, 1983, p.151, tradução nossa) ao estímulo não se encontra na atitude normal, devido,

---

<sup>24</sup> “adhérence anormale”.

sobretudo, ao fato de que o estado de inquietação do animal tem a função de ser uma resposta global do organismo à necessidade de suprimir uma forma (GOLDSTEIN, 1983, p.152).

## **2. Figura-fundo: funcionamento nervoso e experiência patológica**

De acordo com Pavlov<sup>25</sup>, a condição anatômica *sine qua non* para a existência de reflexos condicionados é a presença de córtex cerebral. Nesse sentido, o córtex seria o lugar de formação dos processos nervosos temporários (PAVLOV, 1970j, p.140). A principal função dos hemisférios cerebrais consistiria em incorporar ao aparato reflexo inato “excitantes-sinais condicionados”(PAVLOV, 1970c, p. 126–127). É a partir desta atividade de integração dos sinais exteriores que o organismo pode ampliar seu escopo de respostas comportamentais (não-reflexas). Amparando-se nos estudos de Buytendijk, Plessner, Piéron e, principalmente, Goldstein, Merleau-Ponty afirma que organismos que não possuem córtex cerebral podem apresentar reações condicionadas (2006a, p. 93). É válido notar, entretanto, que o caráter das respostas difere sistematicamente entre os organismos com o córtex intacto e os organismos lesionados. A presença de reações condicionadas em organismos que não possuem córtex é experimentalmente significativa. De modo geral, ela nos indica que os comportamentos superiores<sup>26</sup> não se referem a conteúdos anexados ao substrato nervoso. A partir desta afirmação, torna-se necessário retornar ao tema das localizações cerebrais.

Este problema fora abordado pela psicopatologia clássica a partir de uma perspectiva que assumia a correspondência entre lesões no substrato nervoso e determinados déficits funcionais. Assim, a perda de funções como linguagem, comportamento sexual e coordenação motora, por exemplo, era explicada a partir de lesões circunscritas a determinadas áreas do tecido cerebral (VERISSIMO, 2012, p. 71). Este modelo encontra certas dificuldades oriundas do desenvolvimento das pesquisas em psicopatologia. Ancorando-se nestes estudos, Merleau-Ponty identifica três lacunas

---

<sup>25</sup> “O fato essencial, constantemente presente no curso destes sete anos, e sempre confirmado por numerosos colaboradores em um grande número de animais, é que o córtex é o lugar de formação dos reflexos condicionados temporários, e que uma das funções fundamentais dos grandes hemisférios consiste em elaborar reflexos condicionados” (PAVLOV, 1970j, p. 140).

<sup>26</sup> Entendamos por comportamentos superiores aqueles que exigem do organismo a constituição de um meio comportamental para além dos esquemas reflexos inatos.

principais no programa localizacionista tradicional (2006a, p.94). O primeiro obstáculo da teoria consiste em se localizar, precisamente, a lesão. De fato, a lesão pode se estender para além das áreas nitidamente observáveis. Isto nos conduz a outro problema: o da localização da função. Este ponto relaciona-se diretamente com a questão da delimitação das áreas lesionadas. Certas funções podem ser alteradas sem que as identifiquemos como funções dos tecidos lesionados. Ademais, lesões focais em áreas distintas do tecido cerebral podem afetar a mesma função. O terceiro quesito refere-se à definição da patologia e de seu correlato no funcionamento normal. Vejamos como tais dificuldades compõem uma rede argumentativa, pela qual Merleau-Ponty reformula as relações entre comportamento e funcionamento nervoso.

Em patologia geral, a metodologia empregada para a compreensão do quadro nosológico prevê uma enumeração das reações conservadas e das reações afetadas ou abolidas. Todos os sintomas passam a ser a expressão de um distúrbio fundamental. Observa-se que dos sintomas ao distúrbio há “um encadeamento real de efeitos e de causas” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 95). Aplicando-se os princípios de patologia geral no terreno da patologia mental, a análise da doença parte do preceito de que “o distúrbio afeta certos fragmentos reais do comportamento” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.95). Isto é evidente nos estudos sobre os fenômenos afásicos e agnósicos. De acordo com Merleau-Ponty, as explicações destes quadros patológicos eram orientadas, inicialmente, pela hipótese de lesões circunscritas que resultavam na “ausência de certos conteúdos do comportamento” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.95).

Entretanto, os trabalhos de psicopatologia contemporânea utilizados por Merleau-Ponty apresentam outra interpretação destes dados, em decorrência de uma mudança metodológica notável. O princípio norteador das teorias localizacionistas consiste em transpor para a dimensão psicológica um modo de análise próprio das ciências naturais. Esta “análise real”, tal como praticada por Pavlov, estrutura o mundo fenomenal, ou subjetivo, sob o mundo real, regido por fenômenos físico-químicos.

Para a fisiologia moderna, por outro lado, as pesquisas acerca do funcionamento nervoso estão vinculadas a uma teoria do conhecimento biológico (GOLDSTEIN, 1983). Esta filiação indica que o conhecimento fisiológico não pode prescindir da experiência vivida. O saber estritamente fisiológico não permite entrever os movimentos de adequação que um organismo realiza em seu meio. Quando andamos de bicicleta, o procedimento ideal para que possamos usufruir ao máximo desta atividade não advém da soma dos movimentos anteriores, ou movimentos falsos. Para Goldstein

(1983), o conhecimento do procedimento está no ato mesmo, e o conhecimento biológico é, justamente, aquele que se detém sobre as atividades que emergem dos processos de adequação do organismo ao seu ambiente. Por isso, ante a análise real é preciso opor uma descrição concreta, calcada na experiência vivida. Essa modificação metodológica possibilita uma reinterpretação dos dados patológicos. Nesse sentido, observa-se, por exemplo, que “as lesões do córtex raramente provocam distúrbios eletivos que afetariam isoladamente certos fragmentos do comportamento” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.96).

Ao comungar desta nova proposta de análise do funcionamento nervoso, Merleau-Ponty intenciona “conhecer o ‘setor central’ do comportamento e entender sua inserção no corpo”<sup>27</sup> (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.94). A contraposição às propostas localizacionistas se constitui, portanto, a partir de um redimensionamento teórico e metodológico que culmina em uma “atitude globalista” a respeito dos fenômenos nervosos (VERISSIMO, 2012, p.79). O caso das afasias anamnésicas é emblemático para compreendermos esta transição paradigmática entre análise real e análise ideal. Para uma teoria localizacionista, a incapacidade apresentada por pacientes com lesão cortical em nomear certas palavras corresponde a uma perda de estoque léxico, causada por lesão circunscrita. Nesta explicação, o sujeito não consegue utilizar determinadas palavras porque a lesão afetou a área responsável pelo armazenamento de imagens verbais. Em outra perspectiva<sup>28</sup>, e apoiando-se nos estudos de Gelb e Goldstein, Merleau-Ponty sublinha o fato de que o paciente consegue empregar determinadas palavras que, até então, parecia não ser mais capaz de utilizar. Por meio de observações clínicas, constatou-se que tal capacidade não era aleatória, mas que emergia dentro de contextos específicos. Segundo Gelb e Goldstein, o distúrbio original não se refere à perda de determinadas imagens verbais, mas a uma reestruturação de níveis globais de atividade.

[...] o sujeito não perdeu propriamente as *palavras*, que continua capaz de empregar em linguagem automática; perdeu o poder de nomear, porque, no ato da denominação, o objeto e a palavra são tomados como representantes de uma categoria, considerados portanto de um certo “ponto de vista” escolhido por aquele que nomeia, e essa “atitude categorial” não é mais possível em um sujeito reduzido à experiência concreta e imediata. *O que é inacessível não é pois certo estoque de*

<sup>27</sup> Referência fundamental para entendermos a importância das correlações entre funcionamento nervoso e atividade.

<sup>28</sup> Deve-se a Jackson uma primeira interpretação da afasia em termos de alteração global do uso da linguagem. A ampliação da hipótese de Jackson para o campo da ação fora realizada por Henry Head (BIMBENET, 2004, p.64).

*movimentos, mas certo tipo de ato, certo nível de ação* (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.97, grifos nossos)

De acordo com este “novo gênero de análise” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.99), as patologias corticais afetam um campo de atitudes, e não de funções resguardadas em localizações precisas. O sistema nervoso é descrito segundo uma dinâmica estrutural e intercomunicante. Deste modo, a experiência patológica assume uma dimensão outra em relação à definição clássica, a qual concebe a doença como uma subtração de conteúdos comportamentais em relação aos estados de normalidade. No viés da forma, a patologia não seria uma perda, mas uma reestruturação da atividade total do organismo. Explica Merleau-Ponty: “A transformação patológica acontece no sentido de um comportamento menos diferenciado, menos organizado, mais global, mais amorfo” (2006a, p.98). Isto implica uma releitura da própria noção de sintoma. Conforme a interpretação estrutural do funcionamento nervoso, a correspondência entre sintoma e distúrbio não se efetiva segundo as categorias de “causa/efeito, mas [segundo] a relação lógica de princípio/conseqüência ou de significado/signo” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.99). Nesse sentido, as observações clínicas de pacientes com lesão cortical derivadas dos trabalhos de Head, Woerkom, Goldstein e Gelb atestam a possibilidade de uma definição estrutural do fenômeno patológico. Para estes autores a lesão cortical causa uma *modificação fundamental* no comportamento. A nomenclatura utilizada por Merleau-Ponty para indicar este distúrbio elementar é emprestada de Goldstein, e refere-se à experiência patológica como uma perturbação da *atitude categorial, ou da função simbólica* (GOLDSTEIN, 1983).

Se adotarmos o enunciado de Guillaume, o qual afirma que “a distinção entre o eu e o mundo é *um fato de organização do campo total*” (1960, p.96, grifos do autor), nos deparamos com a definição goldsteineana do distúrbio enquanto “a incapacidade de separar si e o mundo”<sup>29</sup> (GOLDSTEIN, 1983, p.28, tradução nossa). Somos conduzidos, logicamente, a delinear a experiência patológica como uma reorganização menos diferenciada do campo. A perturbação da atitude categorial afeta a “faculdade de adotar a perspectiva do possível”<sup>30</sup> (GOLDSTEIN, 1983, p.28, tradução nossa). Em ambos os sentidos delimitados por Goldstein sobressai-se uma caracterização do distúrbio enquanto incapacidade de aderir ou criar situações abstratas. Com efeito, os comportamentos de pacientes com lesões corticais, analisados por Goldstein,

<sup>29</sup> “L’incapacité de séparer soi et le monde”

<sup>30</sup> “la faculté de adopter la perspective du possible”

apresentavam uma ambigüidade notável. Eles atendiam sempre a demanda de situações concretas e, ao mesmo tempo, pareciam desordenados frente a problemas que exigiam soluções virtuais. O distúrbio fundamental evidencia uma reestruturação do campo comportamental, que passa a ser definido pela incapacidade do paciente em se dirigir ao “possível” das situações. O caso Schneider, analisado por Gelb e Goldstein, representa um exemplo clássico de perda de função simbólica.

O paciente em questão fora atingido por estilhaços de ôbus durante a guerra. Diversas categorias de seu comportamento foram afetadas, tais como a percepção visual, a memória e a linguagem. Pelo viés de uma interpretação localizacionista, poder-se-ia afirmar que a diversidade dos distúrbios origina-se, justamente, de uma multiplicidade de áreas lesionadas. Como resultado, para cada área atingida uma função correspondente seria prejudicada. No entanto, conforme pontua Merleau-Ponty, lesões múltiplas deveriam acarretar, minimamente, alterações severas no comportamento sensório-motor. A observação revela, ao contrário, que a conservação da integridade sensório-motora corresponde à “aparência normal do comportamento”. Ademais, o paciente ainda apresenta comportamentos que possuem uma ligação estreita com as demandas ambientais presentes. Não obstante, ele demonstra dificuldades em realizar movimentos que exijam uma relação potencial, ou virtual com certos problemas. Quando picado por um mosquito, Schneider não hesita em levar a mão ao ponto picado. Em contrapartida, ao receber uma ordem para que faça um quadrado no ar, ele traça aleatoriamente repetidos esboços até que enfim o movimento requisitado “apareça”. Para Schneider, torna-se problemática a conciliação entre os atos de mostrar (*Zeigen*) com as ações que visam pegar (*Greifen*) alguma coisa. Ao ser requisitado para que mostre seu nariz só lhe é possibilitada tal atividade se ele puder tocá-lo (MERLEAU-PONTY, 2006b). É possível afirmar que estas dificuldades derivam de alguma deficiência específica, como por exemplo, uma deformação da percepção visual? De acordo com a teoria localizacionista, a resposta é afirmativa. Nesta interpretação, todos os outros distúrbios seriam derivados de uma perturbação do campo visual.

Em contrapartida, o ponto de vista adotado por Merleau-Ponty como parâmetro descritivo da experiência patológica tem em vista “a elaboração de uma representação do funcionamento nervoso adequada à ambigüidade do lugar na substância nervosa” (VERISSIMO, 2012, p.83). Isto significa que o caso Schneider nos indica um “distúrbio de estrutura determinado por lesão circunscrita” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.101). A ambigüidade da localização se refere à ideia de que o lugar no substrato nervoso

conserva certa relação com determinada função, mas que esta relação também se envolve no conjunto da atividade nervosa. A lesão não afeta conteúdos isolados, mas opera pela via de uma “desintegração sistemática”, na medida em que há uma reorganização da totalidade do sistema e não apenas do lugar afetado (GOLDSTEIN, 1983, p.29).

Este processo de desdiferenciação<sup>31</sup> do comportamento, ocasionado por lesão, fora observado em experimentos com animais. Merleau-Ponty retoma os estudos de Lashley, que relatam casos de ratos com lesões nos setores centrais do córtex apresentando dificuldades análogas ao pacientes de Goldstein. Os experimentos revelam que o animal não perdeu a habilidade de executar movimentos essenciais- como andar, comer, pular. É notável, contudo, que a lesão alterou a estrutura geral do movimento, tornando-o desajeitado, rígido e lento (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.104). Colocado para caminhar numa prancha estreita, o animal não consegue ajustar seus movimentos em relação ao espaço ofertado. Ele freqüentemente cai, ou escorrega. Em experimentos envolvendo a transferência de hábitos em ratos, a situação demandava aos animais percorrer o labirinto em busca do objetivo, que não era mantido muito tempo no mesmo lugar. Os ratos operados mostraram dificuldades em alterar os caminhos escolhidos nas primeiras vezes. Ratos normais, ao serem posicionados em labirintos em formato de T, tendem a escolher o caminho que os levará ao ninho e, rapidamente, mudam seu trajeto se o ninho não estiver no lugar esperado. Em ratos operados, por outro lado, os hábitos ligam-se “às propriedades particulares concretas”, dificultando a mudança nas ações habituais. Ainda assim, é importante perguntarmo-nos como os ratos não operados conseguem, tão facilmente, desvincilhar-se dos elementos próprios à situação e buscar novas soluções? De acordo com Merleau-Ponty, a dependência em relação à estrutura atual da situação, no caso dos ratos operados, é diferente nos animais sem lesões, pois estes se adaptam a “uma certa estrutura típica” (2006a, p.105). Poderíamos resumir essas observações afirmando que o rato operado, tal como o homem com lesão cerebral, deixa de regular seu comportamento a partir daquilo que existe de essencial numa situação. Com efeito, “o distúrbio geral das funções consiste numa percepção reduzida

---

<sup>31</sup> Conceito formulado por Goldstein (1983) referente ao processo de isolamento de certas capacidades funcionais em relação à atividade total do sistema.

dos conjuntos (*Gestalten*) e numa diferenciação reduzida das ações” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.106).<sup>32</sup>

Todas as observações anteriores conduzem Merleau-Ponty à negação da ideia de que os comportamentos superiores estejam armazenados no tecido cerebral. Uma definição fisicalista do comportamento depara-se com o problema de explicar como o mundo fenomenal, constituído pela experiência subjetiva, emerge de conexões neurais regidas por leis físicas.<sup>33</sup> Nesse sentido, Merleau-Ponty considera que “uma lesão na região central do córtex produz os efeitos observados não quando destrói algumas células, algumas conexões, mas quando compromete certo tipo de funcionamento ou certo nível de conduta” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.114).

No entanto, a crítica à noção de localização clássica levada a cabo por uma atitude globalista não resulta em uma concepção indiferenciada de atividade nervosa, onde tudo dependeria de tudo? Este é um ponto que demanda cuidado, pois as críticas tecidas à teoria localizacionista não visam dirimir completamente as relações entre substrato e função. Desta forma, “os fatos que obrigam a admitir uma especialização das regiões cerebrais não suprimem a relação dessas regiões com o conjunto *no funcionamento*” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.110).

Por exemplo, em casos de lesão na área occipital, o que determina a função a ser alterada (visão de cores, visão de formas, visão de luzes) não é o ferimento de um *locus* específico que conteria uma função correspondente. Segundo a proposta de Merleau-Ponty, é possível compreender a dinâmica nervosa sem a necessidade de sobrepor a cada área do córtex um centro funcionalmente isolado. Isto significa, por exemplo, que no déficit visual ocasionado por lesão occipital observa-se uma desintegração ordenada da função, que atinge, primeiramente, as funções mais frágeis. Goldstein (1983, p.31) ressalta que o processo de desintegração funcional é hierárquico, mas que esta hierarquia não é composta por uma justaposição de comportamentos ou funções. Neste modelo de funcionamento integrado do substrato nervoso, contrário à clássica ideia da repartição em áreas sub-especializadas, a desintegração, ou a conservação de certas funções está diretamente vinculada aos parâmetros impostos pela normatividade vital

---

<sup>32</sup> Conforme assinala Merleau-Ponty em nota de rodapé (2006a, p.106), abordar a questão da reorganização funcional em animais operados não significa adotar o ponto de vista da consciência. Não se trata de afirmar que os animais possuem atividade simbólica – abstrata – tal como os seres humanos. A referência à reorganização do comportamento tem o intuito de mostrar que, mesmo nos animais, a lesão não opera mediante perda, mas causando reestruturações globais.

<sup>33</sup> Atualmente, este problema ocupa grande parte das pesquisas em filosofia da mente e ciências cognitivas. Segundo Chalmers, em seu livro *The Conscious Mind* (1996), este é o *hard problem* dos estudos da consciência.

dos organismos. A readaptação da atividade nervosa frente a qualquer perturbação se constitui como um processo de manutenção das funções que possuem *importância vital* para o organismo (GOLDSTEIN, 1983, p.31). O autor assinala que “quando um domínio funcional é alterado, as operações mais importantes são preservadas por mais tempo, e são restabelecidas da forma mais perfeita”<sup>34</sup> (GOLDSTEIN, 1983, p.43, tradução nossa).

Merleau-Ponty enfatiza que os fenômenos de readaptação nervosa orientam-se para o equilíbrio funcional da atividade. O autor destaca como um caso emblemático de equilíbrio funcional a experiência patológica da hemiopia. Em linhas gerais, a hemiopia caracteriza-se como um distúrbio visual causado por lesão total na calcarina- área dos hemisférios em que se localizam terminações de vias ópticas. Exames que determinam a amplitude do campo visual revelam que os pacientes hemiópticos apresentam sensibilidade à luz em apenas metades de suas retinas. Conseqüentemente, a destruição da calcarina deveria acarretar uma redução do campo visual pela metade. No entanto, os pacientes relatam que enxergam mal, mas não mencionam nenhuma espécie de redução brusca do campo percebido (GOLDSTEIN, 1983). Além disso, encontra-se conservada a capacidade de explorar os lados de um ponto central do campo visual, habilidade esta que é fundamental na experiência normal. Mas, de que modo se dá a reorganização do campo visual?

O processo de readaptação funcional na hemiopia inicia-se a partir de uma reorganização muscular do globo ocular. O deslocamento do globo ocular visa expor as partes não-lesionadas da retina à influência de excitações luminosas. É importante notar que esta movimentação é acompanhada por uma “redistribuição das funções nos elementos retinianos e nos elementos da calcarina” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.59). Esta redistribuição é notável em virtude do aparecimento de novas estruturas de acuidade visual. A região da fóvea cumpre esta função em sujeitos que não apresentam lesão na calcarina. Por outro lado, em pacientes que sofrem hemiopia, identifica-se o surgimento de uma pseudo-fóvea que substitui funcionalmente a fóvea normal. A experiência de reorganização das funções visuais na hemiopia constitui-se como um exemplo de fenômeno estrutural. De acordo com Verissimo: “A lesão ocasiona um fenômeno de isolamento das partes intactas, que, assim, constituirão uma nova estrutura nervosa que pode ser capaz de manter a atividade” (2012, p.90). Outros casos, como a

---

<sup>34</sup> “Lorsq’um domaine fonctionnel est altéré, ce sont les opérations les plus importantes qui sont préservées le plus longtemps et sont rétablies de la façon la plus parfaite”

percepção cromática e a percepção espacial também podem ser interpretados desta forma. Em todas as experiências mencionadas, a composição do campo percebido não é dedutível pelas leis que regem a excitação na retina. Analisemos brevemente a percepção de cores.

O colorido total do campo percebido fora descrito pela teoria clássica a partir de uma concepção somatória dos valores cromáticos individuais. A recepção visual dos estímulos seria distribuída conforme áreas especializadas na retina. Esta topografia faz corresponder para cada neurônio cromático uma nuance de luz. Supõe-se, desta maneira, a existência de um teclado cromático no córtex, que seleciona os valores cromáticos dos estímulos a partir de estruturas especializadas. A partir da coleta destas nuances pelos neurônios cromáticos, poder-se-ia, seguindo parâmetros somatórios, ofertar uma visão total de acordo com os valores individuais de cada estímulo captado. Para uma perspectiva de compreensão estrutural não é a dimensão física do estímulo que determina uma correspondente percepção cromática. Se não há mais essa relação de linearidade entre estímulo e recepção, não se faz mais necessária a suposição de um teclado cromático. Pode-se objetar que “as determinações cromáticas e espaciais são os momentos de uma estrutura dinâmica do conjunto que atribui um certo coeficiente a cada parte da excitação total” (MERLEAU-PONTY, 2006a,p.134).

Eis o momento de delimitarmos os resultados das análises empreendidas anteriormente, relacionando-as com a noção de forma. Em uma organização gestáltica “cada momento é determinado pelo conjunto dos outros e seu valor respectivo depende de um estado de equilíbrio total “(MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 144). Os casos da percepção cromática e da hemiopia nos servem como exemplos de fenômenos estruturais. Tais situações revelam os esforços do organismo em manter uma organização funcionalmente significativa. Os processos de reorganização da atividade total do organismo demonstram, ainda, que a ruptura do funcionamento gestáltico ocasionada por lesão não se configura nos moldes de uma subtração de determinados conteúdos enraizados no substrato tecido cerebral. A lesão afeta níveis de expressão, correlacionados com a capacidade de orientarmo-nos para além dos aspectos concretos da situação. De acordo com Goldstein (1983), em um organismo intacto, cada reação desempenha um papel específico em relação ao resto do sistema.

A partir deste quadro geral, e informado pela noção de estrutura, Merleau-Ponty leva a cabo uma definição da atividade vivente em termos de figura-fundo (2006a, p.144). O funcionamento normal do sistema é garantido pela dialética entre processos

de primeiro plano e processos de segundo plano (GOLDSTEIN, 1983). É importante frisar que, se para Pavlov “o conjunto dos reflexos constitui o fundamento principal da atividade nervosa do homem e do animal.”(PAVLOV, 1970e, p. 43), por outro lado, Goldstein afirma sua predileção em “considerar esta configuração de excitação, a relação figura-fundo, como a forma básica do funcionamento nervoso” (GOLDSTEIN, 1983, p.93). A dimensão figural da atividade nervosa consiste nos processos que se destacam em relação às tarefas atuais do organismo. A percepção visual, por exemplo, necessita que determinadas funções assumam o caráter de figura, como os processos envolvendo os centros óticos, enquanto a linguagem, por sua vez, requer dimensões figurais ligadas a outras prioridades.

A descrição do funcionamento nervoso na perspectiva de processos figura-fundo altera drasticamente os papéis assumidos pelas funções e pelo substrato nervoso. Nas palavras de Merleau-Ponty:

*A função tem pois uma realidade positiva e própria, não é uma simples consequência da existência dos órgãos ou do substrato. O processo de excitação forma uma unidade indecomponível e não é feito da soma dos processos locais. A cor ou a posição que serão efetivamente percebidas por causa dessas excitações retinianas não dependem apenas das propriedades destas últimas, mas das leis próprias do funcionamento nervoso. Não são os estímulos que fazem as reações ou que determinam o conteúdo da percepção. Não é o mundo real que faz o mundo percebido. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.139, grifos nossos)*

O estudo das relações entre comportamento e funcionamento nervoso nos mostra que a atividade orgânica é uma totalidade orientada por significações vitais. N’*A estrutura do comportamento*, desde as considerações iniciais sobre o problema das localizações, Merleau-Ponty preocupa-se com a questão da ambivalência do espaço corporal (VERISSIMO, 2012). A noção de *Gestalt* possibilita, nesse sentido, uma interpretação do funcionamento nervoso calcada na dimensão biológica da atividade. A inserção do paradigma da forma nos debates acerca do funcionamento nervoso tem implicações notórias no que concerne à definição da ação vivente. Precavendo-se por uma atitude globalista torna-se possível descrever a aquisição de comportamentos sem a necessidade de se recorrer à noção de reflexo.

## 2ª Parte: Comportamento e intencionalidade

### 3. Sobre a aprendizagem

Após as discussões acerca do funcionamento nervoso nos comportamentos superiores, Merleau-Ponty questiona os métodos de análise comportamental aplicados pela fisiologia e psicologia clássicas. Para tanto, o filósofo adverte que, neste momento, o tratamento dos problemas inerentes às abordagens mecanicistas deve ocorrer sem “implicar, nessa discussão, nenhuma hipótese de fisiologia cerebral” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.147).<sup>35</sup>

O percurso crítico realizado por Merleau-Ponty em seus dois primeiros capítulos, ao expor as lacunas do método fisiológico, deságua em uma descrição do comportamento a partir da noção de estrutura. Nestes termos, se o tema da intencionalidade<sup>36</sup> aparece lateralmente no início da obra, desde as primeiras referências de Merleau-Ponty à noção de organismo, é a partir da ênfase na dimensão da aprendizagem que emerge uma caracterização estrutural dos comportamentos superiores.

No âmbito das teorias científicas do comportamento, o interesse pela questão da aprendizagem decorre do desenvolvimento de pesquisas acerca da ampliação do campo reflexógeno. A própria formulação da teoria do reflexo condicionado, em Pavlov, tem como intuito compreender as infra-estruturas nervosas da aprendizagem (CHAUCHARD, 1961, p. 116). Nesta perspectiva fisiológica, procura-se entender como os hemisférios cerebrais incorporam novos sinais condicionados e aumentam, desta forma, o campo reflexógeno do organismo. Como vimos anteriormente, a fisiologia deve recorrer à análise comportamental antes de implicar-se em estudos eminentemente fisiológicos.

Por meio dos experimentos de condicionamento clássico os cientistas do comportamento afirmam que a aprendizagem se estabelece segundo o método de tentativa e erro. Sob este prisma de análise, a fixação dos comportamentos profícuos é explicada devido a seu sucesso e a eliminação das outras condutas ocorre por sua

---

<sup>35</sup> Este tópico representa uma passagem das discussões acerca do funcionamento nervoso para um debate mais próximo ao tema da ação orientada. Destacamos que as questões sobre a aprendizagem não se limitam a este tópico. Elas retornarão adiante.

<sup>36</sup> A filiação entre os temas da intencionalidade e da estrutura adquire um sentido positivo, de renovação conceitual, a partir do terceiro capítulo d'*A estrutura do comportamento*: “A Ordem física, A Ordem Vital, A Ordem Humana”

inaplicabilidade em determinadas situações. Trata-se de esquemas de reforço positivo e negativo. Tomemos como exemplo os movimentos que um animal confinado em sua jaula realiza a fim de obter o alimento que está fora de seu alcance. De acordo com a perspectiva clássica, pautada nos trabalhos de Pavlov, a aprendizagem é efetivada mediante uma série de gestos aleatórios, que culminam, acidentalmente, na resolução do problema. Para Merleau-Ponty, este gênero de explicação é problemático, porquanto os impasses e as situações novas vividas pelo organismo não revelam “nenhum caráter intencional” na ação do animal, nenhuma “relação interna com a situação” (2006a, p.147).

Em primeiro lugar, se não há coerência interna entre ação e percepção, como o animal continuaria a empreender diferentes esforços, caso a situação o fizesse fracassar repetidamente? Em seguida, como ocorreria o processo de fixação de determinados comportamentos?

Para Pavlov, a mecânica nervosa deve seu funcionamento graças às ações de duas propriedades antagônicas do sistema nervoso: a excitação e a inibição (PAVLOV, 1970a). Apesar de suas funções serem distintas, os processos de excitação e inibição são dialéticos, e caracterizam o sistema nervoso como uma busca pelo equilíbrio. A preponderância de uma propriedade sobre a outra é suficiente para que o fisiologista estabeleça tipos nosológicos baseados em características inibitórias ou excitatórias (1970a). Por exemplo, sujeitos com tendências agressivas são analisados sob o diagnóstico da dominância dos processos excitatórios. Sujeitos esquizofrênicos, por outro lado, devido a seus traços introvertidos, são descritos como tipos nervosos inibidos.

No que concerne à questão da aprendizagem, a explicação para a persistência dos organismos em realizar tarefas demasiado complicadas apresenta, como pano de fundo, uma concepção de funcionamento nervoso pautada pela interação entre processos excitatórios e inibitórios. Nestes termos, a inibição do fracasso cede lugar à excitação. A repetição e o “prazer” pelo sucesso têm a função de fixar os comportamentos bem sucedidos, ao atuarem como processos excitatórios. Deste modo, determinados estímulos ambientais cumprem papéis de excitação, assumindo funções condicionais positivas, enquanto outros estímulos, como por exemplo, as barras da jaula que separam os animais da comida, tornam-se estímulos condicionados inibitórios. A respeito desta hipótese, Merleau-Ponty comenta:

O aprendizado e o desenvolvimento do comportamento não realizam propriamente nada de novo. Apenas transferem a certos estímulos o poder de acionar certos movimentos cujas condições motoras são consideradas como dadas de antemão. O desenvolvimento da conduta nada mais faz do que associar de modo diferente elementos preexistentes (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.148).

Além disso, o autor afirma que determinadas variáveis experimentais, como a frequência dos comportamentos, ou o número de comportamentos mal-sucedidos antecedendo as boas reações não devem ser considerados como causas explicativas fundamentais, sem que se possa entender, a partir do próprio valor do comportamento, o porquê destas variáveis apresentarem tais resultados. O problema em explicar a fixação do comportamento segundo as categorias de tentativa e erro se amplia conforme outros dados são mostrados. Observa-se que alguns comportamentos podem ser fixados depois de apenas uma tentativa bem-sucedida. Este fato é notável em situações de readaptação funcional do organismo, como por exemplo, em casos de amputação. Um cachorro que teve as patas dianteiras amputadas reajusta o seu movimento, e passa a se locomover com o auxílio das patas traseiras, como um canguru. De acordo com Katz (1951), tal aprendizagem não resulta de condicionamento, e sim, de uma reestruturação imediata de toda a atividade nervosa. Há, segundo o autor, um princípio de auto-regulação orgânica que não se estabelece no âmbito das tentativas e erros. Não se trataria, neste caso, de um fenômeno de aprendizagem propriamente dito. Outro dado importante mostra que a eliminação dos comportamentos “falhos” não é pontual e permanente, e que a repetição do fracasso é muitas vezes necessária para que o animal se disponha a utilizar de outros meios. Este conjunto de informações respalda a ideia de que a fixação de determinadas condutas advêm da interação entre os significados emergentes do campo percebido e a estrutura própria do vivente.

A capacidade de imitação dos símios antropóides é um exemplo de aprendizagem que não se limita à reprodução automática dos movimentos vistos, mas que emerge do organismo como o poder de conferir uma coesão interna à situação. Analisemos o seguinte exemplo. Em um experimento com chimpanzés (KÖHLER, 1957) envolvendo a manipulação de caixas, o alimento foi pendurado no teto da jaula, e o animal não fora alimentado por um período de algumas horas. Em um primeiro momento, a visão do objetivo instiga o chimpanzé, e este executa uma série de saltos sem recorrer à caixa. Após muitas horas sem apresentar indícios de resolução do problema, o experimentador posicionou a caixa debaixo do alimento, e tocou a comida

com as mãos. A caixa fora deslocada para longe do objetivo, e o experimentador deixou a sala. Rapidamente, o animal pôs em prática todo o esquema percebido, apoderando-se do alimento. Neste caso, a imitação parece-nos um fenômeno automático, uma espécie de aprendizagem por analogia. Outra situação nos oferece um contraste interessante. Trata-se da observação, também realizada por Köhler, dos comportamentos de um chimpanzé “menos inteligente” em relação aos seus companheiros. A situação era semelhante a do caso anterior. Mesmo atentando-se para as ações dos outros animais, que subiam nas caixas e pegavam os alimentos, este chimpanzé continuava a realizar movimentos inúteis. Sua imitação apenas recortava dos atos totais dos companheiros alguns movimentos, e não se constituía como uma boa forma. Os deslocamentos da caixa eram feitos de modo fortuito, sem relação com o alimento. Conforme as análises de Köhler, para um chimpanzé “inteligente”, a caixa e o alimento convergem para um mesmo momento, fazem parte do mesmo ato. Há uma coerência interna entre a percepção da caixa, a percepção do alimento e os movimentos necessários para se alcançar o objetivo. De maneira distinta, no caso do “animal menos inteligente”, “ele verá fases isoladas do desempenho todo, não as percebendo como partes relacionadas com a estrutura essencial da situação, como partes da solução” (KÖHLER, 1978, p. 54). Estas considerações acerca da imitação ilustram a importância de um método descritivo que se atenha aos significados comportamentais advindos das situações-problema vividas pelo organismo.

Voltemos ao exemplo de um símio em sua jaula, atento para o alimento fora dela. Para que este consiga alcançar o objetivo, é necessário que haja a manipulação de uma tranca, que levará à abertura da porta. Segundo o Behaviorismo, a fixação do comportamento “manipular a tranca e abrir a porta” explica-se pela assunção de que a tranca tornara-se estímulo condicionado positivo. Após a acidental resolução do problema, as consequentes respostas do animal, incluindo suas ações preparatórias, são antecipadas no estímulo condicional “tranca”. O reforço positivo da obtenção do alimento, ocasionado pela solução acidental, fixa os movimentos anteriores, que são desencadeados a partir da percepção da tranca. Para Merleau-Ponty, a teoria do reflexo condicionado apresenta as excitações e as reações que se sucedem num organismo como uma série de acontecimentos exteriores uns aos outros, e entre os quais não se podem

estabelecer outras relações além das de contigüidade<sup>37</sup> temporal imediata. De acordo com Merleau-Ponty, neste modelo:

Suprime-se toda relação prospectiva entre as atitudes preparatórias e o objetivo, e espera-se que, por um efeito retroativo, ele possa restaurar as condições que permitiram atingi-lo. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.150)

A teoria da aprendizagem clássica inverte o papel do estímulo condicionado. Isto significa que ele se torna a razão de ser das condutas precedentes. Ao invés de ser considerado em sua inerência a um campo de problemas aberto pelas demandas do organismo, o estímulo é concebido como a causa dos comportamentos precedentes e posteriores. Esta cisão entre o objetivo e as ações preparatórias, que desempenham o papel de situar no campo perceptivo-motor do animal o problema a ser resolvido, tem como consequência uma noção de aprendizagem na qual todas as ações anteriores ao ato decisivo só adquirem sentido à medida que se reportam ao estímulo desencadeador (condicionado). As condutas anteriores à resolução do problema aparecem, para o Behaviorismo, como movimentos inferiores, cuja única função se restringe à resolução da tensão criada pelo estímulo condicionado. Entretanto, antes de encontrar no estímulo condicionado o ponto convergente de todas as ações, e antes de procurar no estímulo condicionado a razão suficiente da conduta, é preciso considerar que os movimentos preparatórios representam uma totalidade, “um ato no sentido próprio do termo, uma criação inédita a partir da qual a história do comportamento é qualitativamente modificada” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.151). Nesse sentido, para Merleau-Ponty, a aprendizagem não é a fixação de um quadro motor ativado na presença de determinado estímulo. Definir-se-ia, primordialmente, “como uma alteração geral do comportamento que se exprime numa multiplicidade de ações cujo conteúdo é variável e o significado constante” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.151).

Em contrapartida, por meio da dinâmica de tentativa e erro, a fixação ocorre a partir das primeiras condutas bem-sucedidas, de modo que toda aprendizagem seria uma retomada sensório-motora das ações precedentes. No entanto, de acordo com Psicologia da *Gestalt*, a aprendizagem representa a capacidade de responder ao sentido geral da situação através de um amplo espectro de formas de ação. Alterando o ângulo

---

<sup>37</sup> Se eu abrir minha janela e, ao mesmo tempo, cair um raio, não posso dizer que houve uma relação de causalidade entre os acontecimentos. Este encontro fortuito dos eventos é o que designamos por contigüidade.

conceitual – do elemento para a estrutura- a aprendizagem passa a ser descrita como um fenômeno total, expressão das possibilidades do organismo em adaptar-se a determinados problemas, usando diferentes meios. Sendo uma adaptação global e engajada, a aprendizagem configura-se como um fenômeno de apreensão de sentidos, e não unicamente de conteúdos, conforme as hipóteses behavioristas. Nessa medida, permanece problemática a maneira como a explicação Behaviorista lida com a relação entre os gestos preparatórios e o objetivo.

A partir do momento em que há aprendizado, é preciso que se estabeleça entre o sinal, as reações preparatórias e o acesso ao objetivo uma relação que faça do conjunto mais do que uma sucessão objetiva de acontecimentos físicos. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.156)

Perante o Behaviorismo, é preciso destacar que a relação dos organismos com situações-problema se desenvolve segundo parâmetros de organização gestáltica, e não por meio da aquisição de respostas precisas<sup>38</sup>. A fim de obter comida, um gato que puxa o barbante conectado ao alimento, o faz na primeira vez com a boca, e na segunda com as patas. Ratos treinados a escolher o maior entre dois círculos procedem da mesma forma caso lhes sejam apresentados triângulos. (BIMBENET, 2014, p.136).

Na psicologia da criança, por exemplo, a aquisição da cores e a capacidade de distingui-las não acontece de acordo com uma lógica de classificação que consideraria cada cor individualmente e, que, posteriormente, realizaria a diferenciação. Aprender a distinguir verde e vermelho não significa, para a criança, que esta aprendeu a diferir os respectivos correlatos sensuais- sensação de verde e sensação de vermelho. Para Merleau-Ponty, a criança aprendeu uma aptidão para discriminar cores no geral, e não conteúdos. É certo gênero das relações que é posto em questão nesta aprendizagem. Os exemplos de Buytendijk<sup>39</sup> (1928 *apud* MERLEAU-PONTY, 2006a, p.152) apontam para esta mesma capacidade de discriminação geral nos animais. Peixes habituados a comer pão branco e pão preto confundem, em um primeiro momento, os pedaços de pão com pedaços de giz e borracha preta jogados no aquário. A confusão inicial é logo substituída por uma espécie de orientação rumo ao alimento, cujo objetivo é evitar os estímulos indesejados. Tratar-se-ia, somente, de uma adaptação visual? Ou ainda, a

<sup>38</sup>Importante ter cautela: “É verdade que a teoria do reflexo condicionado não supõe necessariamente que a aprendizagem se dirija aos caracteres individuais dos estímulos e se traduza pela repetição exata dos movimentos propiciados pela primeira experiência bem-sucedida” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.153)

<sup>39</sup>BUYTENDIJK, F. **Psychologie des animaux**. (H. Bredo, Trad.). Paris: Payot

aprendizagem, neste caso, ocorre como associação entre os pedaços de giz e borracha com a experiência negativa? Tal como nas análises em psicologia da criança, a interpretação de Merleau-Ponty é a de que a aprendizagem não se efetiva como discriminação de conteúdo, mas como ‘método de seleção’. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.152)

Todas as considerações precedentes resultam em uma concepção estrutural e intencional de aprendizagem. Merleau-Ponty a formula nos seguintes termos: “Aprender, nunca é, pois, tornar-se capaz de repetir o mesmo gesto, mas de fornecer à situação uma resposta adaptada por diferentes meios” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.151). A conexão entre as ações preparatórias e a percepção do objetivo é um fenômeno estrutural. A interpretação da aprendizagem em termos de uma sucessão de acontecimentos físicos perde de vista que a situação é organizada a partir de certos sentidos emergentes, os quais se desenvolvem como esquemas de ação orientados para um aspecto global do problema. O fenômeno da aprendizagem nos auxilia, portanto, a compreender como um comportamento pode ser intencional, isto é, orientar-se para um mundo de significados. Por meio do conceito de estrutura cumpre descrever a situação organismo/meio como uma totalidade orgânica.

A seguir, mostramos como a Psicologia alemã desenvolve seu conceito de *Gestalt*, propondo uma interpretação do comportamento em termos de estrutura. Veremos ainda, qual concepção de estrutura emerge do posicionamento de Merleau-Ponty frente à Psicologia da *Gestalt*. Esta reformulação dos pressupostos da escola alemã permite a Merleau-Ponty aprofundar a descrição dos comportamentos viventes segundo critérios intencionais.

#### **4. O conceito de forma**

A estratégia metodológica adotada por Merleau-Ponty, como já vimos, consiste em aproximar-se do discurso científico visando trazer a lume as conseqüências filosóficas de se descrever o comportamento em uma perspectiva naturalista. Crítico do projeto naturalista, Merleau-Ponty recorre ao conceito de forma com vistas a reformular a própria ideia de *cogito* que sustenta a consciência científica.

No naturalismo científico, a análise detalhada dos processos moleculares que compõem a conduta é priorizada frente a uma descrição do aspecto fenomênico do

corpo vivo. Para uma teoria ancorada nos princípios da forma, por outro lado, deve-se retomar a prioridade do mundo fenomenal por meio de métodos descritivos, o que conduz a redefinir a consciência, antes concebida segundo o *cogito* cartesiano, como consciência perceptiva. O mundo que se doa para a consciência é primeiramente mundo de estruturas, de conjuntos significativos e não de representações ou estímulos físicos.

Nestes termos, a forma resgata a primazia da realidade fenomenal sob o mundo físico, atestando que a fenomenalidade é indiscernível da existência bruta (BARBARAS, 2001, p. 156). O sentido do percebido é indissociável do material pelo qual se expressa. Trata-se de uma constituição originária do campo perceptivo, que antecede à análise intelectual e que não se manifesta por meio de excitações físicas. Esta reflexão conduz a uma revisão profunda do problema da constituição do objeto. O objeto percebido não é redutível a uma soma de elementos sensoriais, cuja organização seria dada por processos associativos. Conforme mostramos nas discussões acerca do funcionamento nervoso, a noção de *Gestalt* representa uma via de explicação que tematiza a relação entre substrato/função sem aderir ao localizacionismo clássico. Preconiza-se a ambigüidade inerente entre a estrutura e suas partes. Em outros termos, afirmar a totalidade da estrutura em detrimento da soma de suas partes não equivale dizer que as partes seriam indiferentes em relação ao todo.

De acordo com as teorias localizacionistas, a percepção é explicada a partir de uma correspondência entre o estímulo físico e determinadas estruturas orgânicas de recepção. Obtém-se um mosaico de estimulações isoladas, sem relação intrínseca entre si. Por exemplo, para a psicologia experimental das sensações, a impressão do gosto que se tem ao tomar um sorvete de chocolate pode ser desmembrada em diversas outras sensações menores, e ser entendida a partir da soma entre elas. Considera-se que o sorvete tal como eu o experimento representa para meus órgãos a adição entre a sensação térmica de frio, a sensação de “doçura”, o aroma, e a consistência da massa. Todas essas impressões afetam linearmente cada respectivo órgão sensorial (paladar, olfato, tato, e visão), criando uma fórmula cujo resultado será o gosto peculiar que tanto apreciamos (KATZ, 1951). Outros exemplos de experiência sensorial revelam que os estímulos locais exprimem-se de acordo com condições fornecidas pela totalidade da situação. O brilho em um objeto varia conforme os graus de iluminação e brilho do campo que o circunscreve (KÖHLER, 1968, p.73). Em contrapartida, não se trata de considerar que a forma é um elemento eminentemente psicológico, fruto de uma coleção de qualidades e estados subjetivos. Deste modo:

[...] o que é peculiar ao ponto de vista da psicologia da Gestalt é a consideração imanente do campo perceptivo, a determinação de uma estrutura que atua na própria percepção e nela encontra sua motivação. O próprio campo sensorial não é, assim, um mosaico de estímulos, mas é originariamente organizado, estruturado desde o início. (BONOMI, 1973, p. 72)

Se a concepção de *Gestalt*, tal como difundida pela escola alemã<sup>40</sup>, se atém à formação do campo perceptivo na experiência concreta e, portanto, não advoga a favor de uma definição da *Gestalt* como elemento psicológico, devemos nos perguntar: 1) qual é, então, a gênese do conceito de campo utilizado desta maneira? Em quais referenciais a escola alemã sustenta sua noção de campo e de *Gestalt*? Acrescentemos outra pergunta: 2) qual a solução possível para a disparidade aparente entre a estruturação do campo perceptivo, dado ao sujeito como uma totalidade cujo sentido é autóctone e o funcionamento nervoso, entendido como um mosaico de processos isolados, ligados por relações causais? Como podemos abordar a percepção em termos de estrutura e totalidade, se o próprio funcionamento nervoso aparenta ser regido segundo processos moleculares?<sup>41</sup>

1) No que concerne à questão da gênese da estrutura, ilustremos o problema pensando a partir da música. A estruturação harmoniosa de uma melodia ocorre devido à relação diacrítica entre as notas, totalizando um sentido que não é redutível à consideração isolada das partes. Se acrescentarmos ou removermos uma nota, isto é suficiente para que toda a estrutura do conjunto se altere. No entanto, é possível conservar a forma de uma melodia mesmo que mudemos seu tom. O que se percebe, por fim, não é uma justaposição de notas, ou uma seqüência linear onde cada momento seria delimitado e separado do restante. Acontece o mesmo em um condutor elétrico. Observa-se que qualquer alteração em um ponto do campo é suficiente para que todo o conjunto se altere. Ambos os exemplos são fenômenos físicos.

A Psicologia da *Gestalt* desenvolve sua teoria da percepção embasando-se nos postulados da física contemporânea. É a partir das estruturas notadas no mundo físico que se pode abordar as estruturas fenomenais. “Em nossas explicações finais, só

<sup>40</sup> Ao referirmo-nos à escola Alemã, temos em vista, principalmente, os nomes de Köhler, Koffka e Wertheimer.

<sup>41</sup> Os comportamentos moleculares referem-se à processos internos ao organismo, ligados por relações de causalidade. Em contrapartida, para a Psicologia da *Gestalt* o comportamento, propriamente dito, é eminentemente molar. Isto é, ele se realiza para além dos estímulos físicos, e visa à constituição de um meio para o organismo.

podemos ter *um* universo de discurso, e que deve ser aquele sobre o qual a física nos ensinou tanto” (KOFFKA, 1975, p.60). Contudo, se para a física clássica cada processo físico tem suas causas finais na soma das propriedades individuais de seus componentes, na física contemporânea, por sua vez, os fenômenos são descritos como estruturas de distribuição dinâmica e auto-regulatória. Esta última definição do mundo físico é o solo pelo qual a Psicologia da *Gestalt* constitui sua noção de forma:

A noção de forma que nos foi imposta pelos fatos se definia como a de um sistema físico, ou seja, de um conjunto de forças em estado de equilíbrio ou de mudança constante, tal que nenhuma lei seja formulável para cada parte isolada e que cada vetor seja determinado em grandeza e direção por todos os outros (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.213)

2) Somos conduzidos ao segundo rol de questões, que nos permitem avaliar as relações entre funcionamento nervoso e mundo percebido. Analisemo-nas por intermédio da noção de comportamento. Ora, se há primazia das *Gestalten* físicas em relação a qualquer outro tipo de organização gestáltica, seja ela vital ou fisiológica, como definir o comportamento? De acordo com Koffka, o comportamento se realiza em dois meios distintos, mas relacionados entre si. Primeiramente, há o meio geográfico, e este se refere à topologia física do entorno do organismo. É o ambiente considerado em-si. Por outro lado, o comportamento acontece em um meio comportamental, indicando que a conduta modula para si um meio próprio, que ultrapassa as limitações geográficas do ambiente. Para o autor “só devem ser chamados comportamento aqueles movimentos dos organismos que ocorrem num meio comportamental” (KOFFKA, 1975, p.43). Adiante voltaremos à distinção meio comportamental/meio geográfico. No momento, é suficiente mostrar que, na Psicologia da *Gestalt*, a predominância das explicações físicas entra em vigor como teoria comportamental. A descrição do meio comportamental realizada por Koffka não parece delimitar o comportamento segundo processos físicos, porém, o reconhecimento da primazia das *Gestalten* físicas opera uma alteração considerável na ideia de comportamento. Para Koffka (1975), a noção de meio comportamental torna-se secundária. Ela não é suficiente na delimitação de um campo psicológico, visto que não se pode abordar o comportamento a partir de um *locus* comportamental porque, justamente, não se sabe *onde* se situa o mundo comportamental. Resulta desta lógica a afirmação realizada pelo autor de que “O *locus* do comportamento é o mundo físico” (KOFFKA, 1975, p. 60).

O objetivo geral de Koffka é criar um único universo de discurso que dê conta de todos os fenômenos. Uma vez adotada a perspectiva unitária de discurso, o dualismo torna-se um problema ultrapassado. Em suma, a teoria comportamental da Psicologia da *Gestalt* embasa os dados da experiência fenomenal, a experiência direta, no terreno dos fenômenos psicofísicos. Este monismo, que identifica as estruturas fenomenais e estruturas físicas, recebe o nome de *Isomorfismo Psicofísico*. Eis uma definição mais detalhada:

Para a teoria da forma, a organização psíquica traduz a de um processo cerebral da mesma estrutura. Os sentimentos de passagem, de causalidade, de unidade, de continuidade, são a expressão de caracteres dinâmicos fundamentais desse processo cerebral (GUILLAUME, 1960, p. 122)

Estas considerações nos informam, portanto, que se o mundo fenomenal embasa-se, primordialmente, em categorias físicas, será preciso encontrar um modo de unificar o aparecimento de *Gestalten* fenomenais, com a dinâmica de funcionamento nervosa. Como um mundo subjetivo emerge de *Gestalten* físicas?

A hipótese fisiológica da Psicologia da *Gestalt* é a de que os processos nervosos, assim como os estados conscientes, são fenômenos molares. Os processos fisiológicos molares “não são uma soma ou combinação de processos de nervos independentes e locais, mas processos nervosos em tal extensão que cada processo local depende de todos os outros processos locais, dentro da distribuição molar” (KOFFKA, 1975, p. 70–71). Ao situar os estados conscientes, assim como os processos nervosos, em uma perspectiva de funcionamento molar, a Psicologia da *Gestalt* garante a possibilidade de estudar a fisiologia a partir dos dados comportamentais. E, ainda, é garantida a correspondência entre o físico e o subjetivo.

Para Merleau-Ponty, o desenvolvimento do conceito de forma por intermédio do isomorfismo psicofísico é insuficiente. Tal hipótese incorre em uma espécie de naturalização da forma, à medida que alicerça as estruturas vitais e simbólicas sobre estruturas físicas. O mundo fenomenal, que fora amplamente enriquecido pela descrição gestáltica, torna-se correlato do mundo físico. Assim, os problemas advindos do pressuposto de um isomorfismo psicofísico têm sua origem no fato de que a Psicologia da *Gestalt* permaneceu fiel ao substancialismo. Conforme explica Koffka, os universos da matéria, da vida e do espírito são compreendidos, respectivamente, segundo as categorias de quantidade, ordem e significado. A questão, para o autor, consiste em

compreender como tais categorias, que indicam planos de realidade distintos, podem se integrar e formar um único universo discursivo. Como vimos, a Psicologia da *Gestalt* retorna ao campo físico como solo fundamental do campo comportamental. Entretanto, em uma filosofia que não leva às últimas conseqüências a noção de forma, as categorias inerentes à vida e ao espírito tornam-se “condições adicionais que vêm complementar as determinantes físicas insuficientes” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.207). O projeto de integração do universo das formas, fazendo-as repousar em *Gestalten* físicas, resulta em uma naturalização da vida e do espírito. Segundo Merleau-Ponty, a integração entre as formas (físicas, vitais e espirituais) não é única e acabada; antes, ela deve encontrar seu modo de ser a partir do universo próprio e singular ao qual cada forma se refere. Assim, ao invés de propor “uma” integração das formas, orbitando em torno de um único universo de discurso, Merleau-Ponty aborda o problema das ordens segundo diferentes níveis de integração possíveis. Trata-se de estabelecer uma hierarquia entre matéria, vida e espírito, na qual cada nível apresenta modos diferentes de manifestação das ordens anteriores. É por isso, por exemplo, que a constituição da ordem vital, pela qual surgem os comportamentos vivos, diferencia-se em diversos quesitos da composição dos sistemas físicos.

Merleau-Ponty salienta que este retorno ao naturalismo, por parte da Psicologia da *Gestalt*, transforma a significação inerente ao campo da vida, expressa como uma constante dialética entre ação e meio percebido, em uma simples questão de linguagem. A referência ao sentido de um comportamento reduz-se a um instrumento expressivo humano de tradução das dinâmicas nervosas. A única linguagem acessível ao estudo do comportamento é o jargão dos processos físicos. “A integração da matéria, da vida, e do espírito é obtida pela sua redução ao denominador comum das formas físicas” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.210)

A prioridade do campo físico parece embaraçar uma descrição das formas vitais, e simbólicas, que leve em consideração sua originalidade imanente. Observa-se que tal problema nos conduz a considerar a total impotência do psíquico e do fisiológico frente ao físico, o que equivale dizer que o campo psicofisiológico é apenas um aspecto do campo físico. Inevitavelmente, uma conclusão deste porte parece incluir a consciência como um epifenômeno do cérebro. Ela seria, portanto, um resquício da atividade dos processos nervosos, que não exerceria ação causal sobre o campo psicofisiológico. Visualiza-se esta crítica na seguinte passagem escrita por Merleau-Ponty: “A tomada de

consciência nada acrescenta às estruturas físicas, é somente o índice de estruturas físicas particularmente complexas” (2006a, p.212). O filósofo complementa:

[...] se pensarmos em termos de estrutura, dizer que formas físicas dão conta em última análise do comportamento humano equivale a dizer que existem sozinhas. Se não existem mais diferenças de estrutura entre o psíquico, o fisiológico e o físico, não existe mais nenhuma diferença. Então, a consciência *será* o que acontece no cérebro[...] (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 211, grifos do autor)

Com efeito, a fim de restaurar a originalidade aberta pelas categorias da vida, da matéria, e do espírito, Merleau-Ponty avança no programa da Psicologia da *Gestalt* e propõe uma filosofia da forma. Esta ruptura com a escola alemã representa, mais especificamente, a necessidade de superação do realismo materialista como base filosófica. De fato, enquanto a forma permanecer descrita como uma realidade em-si, todo o universo gestáltico será uma complementação do universo físico. Por isso, Merleau-Ponty assinala que “a forma é pois não uma realidade física, mas um objeto de percepção, sem o qual, aliás, a ciência física não teria sentido, já que é construída em função dele e para coordená-lo” (2006a, p.224). Mediante o programa de uma filosofia da forma, Merleau-Ponty leva a cabo uma interpretação estrutural da vida, concebendo a integração entre as diferentes ordens de fenômenos sem recorrer aos prejuízos naturalistas imputados pelo Isomorfismo psicofísico.

#### *4.1. A Gestalt Vivente: sobre a intencionalidade vital*

No âmbito dos fenômenos físicos, o equilíbrio do sistema é alcançado a partir da interação entre as forças externas e as forças internas. Se tanto os sistemas físicos, quanto os sistemas vitais estruturam-se em torno da noção de equilíbrio, qual seria a diferença fundamental entre um sistema físico e um sistema orgânico? Para Merleau-Ponty, os agentes externos desempenham funções distintas nos dois casos. Em um sistema físico, as forças externas intervêm no sentido de apaziguar o estado de tensão, tendo em vista criar condições de repouso do sistema. Deste modo, as configurações possíveis de um sistema físico são engendradas a partir de condições presentes e reais, que cumprem o papel de estímulos regulatórios da organização interna (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.227). Por outro lado, a peculiaridade de toda estrutura orgânica reside no fato de que o equilíbrio a ser alcançado não é derivado de uma imposição das forças

ambientais. A singularidade de um organismo está em sua capacidade de apresentar comportamento e, assim sendo, as condições de equilíbrio são criadas segundo as próprias normas vitais do organismo. A força externa não é uma entidade alheia ao sistema. O que se encontra exterior ao organismo só é constituído como objeto de atenção ou como força influente a partir das próprias normas<sup>42</sup> internas que regulam a atividade sensível.

As necessidades do organismo como um todo devem, primeiramente, motivar o ato de prestar atenção para os tipos de estímulos ambientais que talvez sejam importantes para os propósitos do organismo, antes mesmo de se ter processado visualmente o objeto (ELLIS, 2006,p.40, tradução nossa)<sup>43</sup>

Os esforços dos comentadores de Merleau-Ponty em esclarecer conceitualmente esta questão- a constituição do meio pelo próprio organismo- oferecem-nos uma espécie de vocabulário da intencionalidade. Atentemo-nos para dois exemplos. Donald Landes, em seu *The Merleau-Ponty Dictionary*, refere-se ao que chamaríamos de intencionalidade do seguinte modo:

Há uma relação dialética na experiência entre o organismo e seu meio, à medida que as capacidades do organismo moldam [*shape*] o aparecimento de um meio, o meio solicita as capacidades do organismo e contribui para remoldá-las<sup>44</sup> (LANDES, 2013, p. 66, tradução nossa)

Na citação acima, a intencionalidade pode ser identificada pelo uso do termo *to shape*, o qual delimita a constituição da relação dialética, tendo como ponto de partida o organismo. De acordo com outro importante comentador da obra de Merleau-Ponty, Etienne Bimbenet<sup>45</sup>, a referência às capacidades intencionais do organismo é dada mediante o uso do verbo “concernir”.

---

<sup>42</sup> “Não entendemos aqui por norma um dever ser que *faria* o ser; é a simples constatação de uma atitude privilegiada, estatisticamente mais frequente, que dá ao comportamento uma unidade de um novo gênero” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.249)

<sup>43</sup> “The needs of the organism as a whole must first motivate the paying of attention to kinds of environmental stimuli that *might* be important for the organism’s purposes, before we have even visually processed the object”

<sup>44</sup> “[...] there is a dialectical relationship within experience between the organism and the milieu, insofar as the organism’s capacities **shape** the appearance of the milieu, and the milieu solicits the organism’s capacities and contributes to **reshaping** them.”

<sup>45</sup> No próximo capítulo, veremos as definições da vida animal específicas às reflexões de Bimbenet. Trataremos de analisar o percurso realizado pelo autor em sua obra “*L’animal que je ne suis plus*”, a qual nos apresenta uma inovação conceitual acerca do problema da animalidade e da diferença antropológica, embasando-se, também, na filosofia de Merleau-Ponty.

Este [o animal] percebe apenas o que lhe concerne e aquilo a que se aplicam seus a priori específicos; ele não “vê” o restante, ou o ignora como se diz de alguém que ignora quem é seu vizinho. Ver, para um animal, é valorizar algum aspecto da coisa em detrimento de outros, é ver a coisa a partir de alguma intenção prática, fazendo abstração do que não interessa a essa intenção (BIMBENET, 2012, p. 258).

Nestes moldes, o autor define a “intencionalidade funcional”<sup>46</sup> em conformidade com uma espécie de “compreensão vital do meio” (BIMBENET, 2004, p.55). O ambiente não é o dado absoluto do comportamento, mas o comportamento é a expressão sensível do ambiente. O ambiente é “concernido” pelo organismo. A atividade sensório-motora de um organismo é uma verdadeira *Gestalt* regida por normas vitais, cujas capacidades de equilibração não visam somente à manutenção de uma determinada ordem orgânica, concebida apenas como a existência material; pelo contrário, a preservação da existência a qualquer custo indica traços de desorganização funcional. Neste ponto é válido retornarmos a Goldstein (1983), pois o autor considera que o organismo está sempre em busca de atualizar sua essência. Ao ser impossibilitado de dar seguimento às normas vitais que privilegiam sua essência, o organismo depara-se com um desarranjo estrutural, pelo qual se encontra limitado à manutenção de sua existência corporal.

A intencionalidade refere-se, portanto, à ideia de que os perceptos do animal são *Gestalten* organizados segundo determinados valores funcionais inerentes ao organismo. Ou seja, a visada de um organismo ao mundo pode ser definida como *intencional* enquanto atua na modulação do meio conforme significações vitais próprias. N’A *estrutura do comportamento*, a gênese deste problema remete diretamente à distinção realizada por Koffka (1975)<sup>47</sup> entre meio comportamental e meio geográfico. Para este psicólogo da *Gestalt*, os espaços nos quais ocorrem as ações de um organismo não se limitam apenas à topografia geográfica das situações. A atividade não se desdobra somente em um ambiente físico. Os modos peculiares que cada organismo apresenta ao selecionar os estímulos ambientais constituem-se como níveis de ação que

---

<sup>46</sup>O uso do termo “funcional” não deve ser remetido, em nenhuma parte deste trabalho, ao funcionalismo de William James. Não há nenhuma relação direta a ser feita entre Merleau-Ponty e o psicólogo americano. Por “funcional” designamos as capacidades próprias aos organismos. Este caráter “funcional” da intencionalidade animal diz respeito a esta polarização radical do meio a partir de suas normas específicas. É evidente que as capacidades cognitivas variam de espécie a espécie e isto possibilita diversas maneiras de interação com o meio. Os grandes símios, por exemplo, apresentam habilidades cognitivas não observadas em outras espécies animais. No quadro do problema da animalidade, entendamos por “intencionalidade funcional” uma percepção que seleciona seus objetos a partir da totalidade de suas possibilidades orgânicas.

<sup>47</sup>Como vimos, o autor não leva às últimas conseqüências esse quadro teórico por conta do privilégio que é conferido ao meio geográfico segundo as formulações do isomorfismo psicofísico.

não são dedutíveis da relação do organismo com uma realidade substancial (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.202). Entre o meio geográfico e o comportamento estabelece-se outro plano de ação que é, sem dúvida, dependente do campo geográfico, mas que não se limita ao escopo de suas determinações. Este outro *locus* do comportamento é o meio comportamental. Koffka (1975) ilustra esta ideia com a seguinte história. Um viajante atravessa uma planície coberta de neve, em uma tenebrosa noite de inverno, e chega a uma estalagem depois de muito tempo desorientado. O dono do estabelecimento lhe pergunta de onde viera, e perante a resposta do forasteiro, o homem diz “Sabe que estive cavalgando todo o tempo em cima do lago de Constança?” Após esta revelação, o viajante cai morto.

De acordo com Koffka (1975), apesar de estar cavalgando em cima de um lago, o comportamento do forasteiro fora o de cavalgar na planície. Se esta informação lhe tivesse aparecido antes, provavelmente seu comportamento teria sido muito diferente. Mormente a importância do meio geográfico, Koffka determina que uma atividade só pode receber a alcunha de “comportamento”, se ela realizar-se em um meio comportamental (1975, p.43). Nessa medida, a essência intencional dos atos animais se atualiza a partir da constituição de meios comportamentais que estão conforme as exigências estruturais do organismo. Escreve Merleau-Ponty:

As relações eficazes em cada nível, na hierarquia das espécies, definem um a priori dessa espécie, uma maneira que lhe é própria de elaborar os estímulos, e assim o organismo tem uma realidade distinta, não substancial, mas estrutural (2006a, p.202)

A noção de meio comportamental afronta o naturalismo científico, porquanto postula uma multiplicidade de realidades comportamentais, peculiares a cada espécie, e que não se deixam explicar a partir da suposição de um mundo previamente determinado. De acordo com Bimbenet (2014), ao objetivar-se o mundo, determinando-o como entidade única para todos os seres, perde-se de vista que cada animal constitui o “seu” mundo, a partir de suas próprias significações vitais. É por isso que o autor afirma que: “a tentação maior e o erro original de toda zoologia é o de postular em primeiro lugar o mundo em sua objetividade para em seguida explicar a partir daí o comportamento animal” (BIMBENET, 2014, p. 125). A seguinte citação de Merleau-Ponty sintetiza o problema:

A ciência não trata pois os organismos como os modos acabados de um mundo (*Welt*) único, como as partes abstratas de um todo que

evidentemente as conteria. Lida com uma série de “ambientes” e de “meios” (*Umwelt, Merkwelt, Gegenwelt*), em que os estímulos intervêm segundo o que significam e valem para a atividade típica da espécie considerada. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.202)

Não é, portanto, através de processos mecânicos, ou geográficos, que o animal abstrai do ambiente os estímulos aos quais será sensível. O dado sensível é vivido, desde o começo, como modelo prático, ou esquema funcional; reação de fuga, de ataque, ou de procriação. (BIMBENET, 2014). A atividade orgânica é gestáltica porquanto cada comportamento exprime uma ‘inteligibilidade imanente’. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.203). Situação e reação são expressões singulares da estrutura própria de um vivente. Por isso, toda explicação que fundamenta a relação entre estes momentos apoiando-se em critérios de causalidade linear acaba por ignorar o aspecto global da experiência.

No entanto, ao adentrarmos o âmbito da normatividade vital para tratar do tema da intencionalidade, que assume o caráter de abstração e seleção dos estímulos, não se pretende afirmar que a interioridade normativa seria equivalente à consciência reflexiva. Para Merleau-Ponty o termo interior designa “o conjunto de relações originais que definem o comportamento” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.203). Por exemplo, de acordo com Guillaume, a inteligência animal não deve ser concebida segundo modelos de recepção e de interpretação do mundo exterior. De fato, o uso da memória, ou de um possível raciocínio, não se constitui como fator único de resolução de problemas. Para o autor, a inteligência, ou a capacidade de resolver situações-problema está estreitamente conectada aos processos de organização perceptiva. Deve-se considerar como linhas diretrizes da percepção “vetores especiais provenientes do problema”. Os aspectos estruturais da percepção, que emergem do campo perceptivo situacional e os caracteres funcionais do organismo, seus *a priori*<sup>48</sup> orgânicos, conjugam-se originando uma forma própria de conceber o ambiente. Guillaume comenta:

Os efeitos dos atos do animal podem instruí-lo, mas contribuindo a estruturar a percepção; um movimento acidental do instrumento para o objeto pode fazer aparecer no campo uma direção, um caminho. O

---

<sup>48</sup>Devemos esclarecer o significado pretendido com o uso da expressão “*a priori*”. Ao referirmo-nos aos *a priori* orgânicos, ou vitais, não estamos aqui advogando a favor de um inatismo comportamental que nortearia a estrutura perceptiva. Conforme Merleau-Ponty “O *a priori* não é o inato ou o primitivo e, se todo conhecimento começa com a experiência, ele manifesta nesta última leis e uma necessidade que não vêm da experiência. Mas a própria psicologia aprendeu a definir o inato não como o que está presente desde o nascimento, mas como o que o sujeito tira de sua própria bagagem e projeta no exterior (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 258)

êxito e o fracasso não agem por si mesmos, mas a medida em que revelam ou sublinham um aspecto da situação” (1960, p.146)

Outro ponto fundamental para entendermos a intencionalidade vital diz respeito ao conceito de comportamento privilegiado, o qual Merleau-Ponty empresta de Goldstein. Começemos pela seguinte questão. Considerando-se que cada organismo manifesta um leque comportamental amplo, como explicar a prevalência de alguns comportamentos em relação a outros? Por que certas condutas aparentam ser mais “naturais” e mais adequadas para o organismo do que outras? Tratar-se-ia de uma questão de economia de energia expressa pela busca ao equilíbrio do modo mais simples possível? Ou, ainda, poderíamos retornar aos esquemas rígidos oriundos da teoria reflexológica e sustentar a hipótese de que alguns comportamentos possuem mecanismos reflexos mais bem demarcados no sistema nervoso? Por fim, o que confere aos comportamentos privilegiados seu privilégio, sua naturalidade para o organismo?

De acordo com Merleau-Ponty (2006a), os comportamentos privilegiados referem-se às respostas mais naturais e simples que um organismo pode oferecer às tarefas vitais. No entanto, isto não significa tratar o organismo somente segundo os princípios de conservação energética. Para Merleau-Ponty, tanto como para Goldstein, é imprescindível considerar que tais níveis ótimos de conduta não são dados físicos isolados da atividade global. Nessa medida, cada comportamento relaciona-se com os aspectos formais da situação. Como dissemos acima, a estrutura do campo perceptivo está em correlação direta com os *a priori* funcionais específicos a cada organismo. É por isso que:

[...] a maior parte do tempo o comportamento privilegiado é mais simples e mais econômico *considerando-se a tarefa na qual o organismo está envolvido*, e suas formas de atividade fundamentais, o aspecto de sua ação possível são supostos na definição das estruturas que serão as mais simples *para ele*, privilegiadas *nele*” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.230).

Segundo Goldstein (1983, p.286), todo o organismo “conserva uma constância relativa”, mediante o bom funcionamento de sua estrutura vital. O comportamento privilegiado designa a dimensão pela qual se torna possível ao organismo adaptar-se e criar ambientes de interesse a partir de uma multiplicidade de normas e variáveis internas. Por exemplo, toda modificação corporal que culmina em um desajuste da estrutura ótima é reorganizada pelo conjunto do organismo através de compensações posturais, que visam restabelecer a conduta mais favorável. A teoria reflexa poderia

intervir neste ponto e argumentar que a capacidade do organismo em encontrar “posições privilegiadas” consiste em um sistema de mecanismos reflexos, cuja finalidade seria a de manter o equilíbrio postural.

Um paciente com lesão cortical adquire o equilíbrio e o funcionamento perfeito de sua atividade sensório-motora, contanto que sua cabeça se mantenha inclinada para o lado lesado. A substituição desta postura privilegiada, verdadeira “solução” encontrada pelo paciente, por uma postura de endireitamento “normal” da cabeça, causa o retorno de todas as complicações sensório-motoras antes vistas. Como compreender que este movimento de cabeça produziu uma verdadeira reestruturação postural? Onde está o privilégio do comportamento, que assegura ao organismo uma adaptação funcional? Para Merleau-Ponty, nesta situação, o privilégio é expresso pelo novo conjunto postural formado pela inclinação da cabeça e pelo tônus muscular.

Ora, o comportamento privilegiado é aquele que permite a ação mais simples e mais adaptada: por exemplo, as designações espaciais mais exatas, as discriminações sensoriais mais finas. Cada organismo tem, pois, na presença de um meio dado, suas condições ótimas de atividade, sua própria maneira de realizar o equilíbrio, e as determinantes interiores desse equilíbrio não são dadas por uma pluralidade de vetores, mas por uma atitude geral com relação ao mundo. (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.232)

As considerações acerca do comportamento privilegiado delimitam uma zona de especificidade própria ao vivente. A lei física cede lugar às normas vitais. O vivente delimita fronteiras de sentido segundo seus *a priori* vitais. Esta dimensão ativa e significativa da experiência, aberta pela presença de uma subjetividade vital, desenha a vida a partir de uma dialética, que não é observada nos processos físicos e tampouco é dedutível somente da anatomia, ou da fisiologia. De acordo com Merleau-Ponty, “o valor biológico de um comportamento não se reconhece pura e simplesmente pelos órgãos que utiliza, não pode ser entendido na linguagem da anatomia” (2006a, p.234).

Tal é o caso do funcionamento da anatomia muscular. O antagonismo dos músculos usados em movimentos de flexão e extensão, por exemplo, não se configura como um aparelho anatômico isolado. Não se constata a execução de funções rígidas, expressas segundo leis de uma física orgânica. Ao contrário, a dinâmica muscular evidencia uma relação estreita entre os conjuntos anatômicos e o sentido global da tarefa a ser realizada. Os comportamentos de flexão indicam atitudes convergentes, pelas quais o organismo se direciona ao mundo. Os gestos de extensão, por outro lado,

caracterizam-se segundo atitudes passivas, de afastamento e abandono das situações. As reações “não podem ser classificadas [...] segundo os sistemas nos quais se realizam, mas segundo seu significado vital” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.233).

Se a redução dos processos vitais ao seu substrato anatômico se faz problemática, tampouco uma descrição da vida que se ampare na física será suficiente. Entretanto, à primeira vista, parece possível apontar alguns casos de processos orgânicos que se assemelham ao funcionamento de sistemas físicos. Consideremos, por exemplo, o fenômeno do tropismo, presente em organismos unicelulares e em certas espécies marinhas e insetos. O tropismo é identificado como a capacidade que tais seres têm de movimentar-se em direção a estímulos externos, como a luz, ou excitantes químicos. O discurso científico adota como explicação basal desta espécie de movimento orientado a influência impositiva de certos estímulos físicos e químicos. Sob este princípio, o tropismo é descrito como um fenômeno comportamental ocasionado por influências ambientais. Isto é, o comportamento, neste caso, assume uma função meramente adaptativa, manifesta como efeito de causas externas. A traça, que possui uma tendência fototrópica, todavia, afasta-se da luz em direção a um lugar escuro para botar seus ovos. Buytendijk observara alterações drásticas no fototropismo de certos seres marinhos, como os solhos e alguns crustáceos. Dentre outros casos, observa-se, pois, que o tropismo não representa uma adesão irrestrita dos animais às condições exteriores; antes, ele evidencia “vários instintos complicados de acordo com os objetivos” (BUYTENDIJK, 1928 *apud* VERISSIMO, 2012, p.116).<sup>49</sup>

As tentativas da biologia tradicional em definir o tropismo como um fenômeno impositivo foram colocadas à prova pelo fato de que os comportamentos naturais não se assemelham aos comportamentos analisados em laboratório. Anteriormente, durante o tratamento da teoria reflexológica, vimos que as condutas que se orientam em direção a estímulos isolados exprimem uma desorganização da atividade total do organismo. Esta atitude automática não é vista no fenômeno do tropismo, que até então era definido por sua simplicidade mecânica. Ao invés disto, o tropismo já nos indica os traços de comportamento intencional, visto que “o próprio organismo coloca as condições de seu equilíbrio” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.235). Mais importante ainda, as análises acerca do tropismo evidenciam que o registro intencional do comportamento encontra-se em toda a escala zoológica.

---

<sup>49</sup>BUYTENDIJK, F. **Psychologie des animaux**. Tradução: H. Bredo. Paris: Payot, 1928.

A irreduzibilidade dos fenômenos orgânicos aos processos físicos culmina em um retorno ao vitalismo, à existência de um élan vital que fornece um princípio ativo à matéria orgânica? Ao que tudo indica, não. A necessidade de instituir a atividade orgânica sob os auspícios de uma força vital não aparenta ser uma alternativa ao mecanicismo. Na verdade, tal suposição incorre no mesmo erro desta ordem de conhecimento, ao supor como força motriz da vida fatores que se encontram fora dela. Do mesmo modo, o comportamento só pode ser comparado a um fenômeno físico mediante a intervenção de fatores que exijam da conduta uma interação destituída de sentido em relação ao estímulo visado. Em situações experimentais, nas quais o organismo deve responder a contextos desprovidos de nexos vital, o comportamento pode ser equiparado a um sistema físico. Isto ocorre porque “tudo o que pode acontecer a um organismo em laboratório não é uma realidade biológica” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.237).

O conhecimento aplicado sobre a vida, na perspectiva naturalista, não visa à própria vida, mas antes, ele se direciona a processos físico-químicos que, ao invés de constituírem a lei primordial de toda ação, participam do organismo a título de patamares sensíveis, estruturas gerais do comportamento que adquirem sentido apenas se inseridas na dialética que as faz emergir como atividade biológica. Perde-se de vista, nesta atitude naturalista, o fundo intencional de todo comportamento, o qual consiste, precisamente na “propriedade que ele [o organismo] tem de estabelecer, por si mesmo, as condições de seu equilíbrio” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.240). O vivente não busca diminuir o estado de tensão a qualquer custo; o organismo é “unidade de significado”, as correlações que este estabelece com seu ambiente não são mediadas por gradientes físicos, são antes “coordenações de sentido” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.243).

#### *4.2. Sobre as formas vitais*

A apropriação do fundamento estrutural na descrição da ordem vital conduz Merleau-Ponty a propor uma organização da natureza vivente segundo níveis de integração comportamental. Trata-se de delimitar a experiência vivente a partir do conceito de ordem. Esta estratégia é a maneira pela qual o filósofo evita recair em prejuízos ontológicos que se limitam a explicar a vida através de fatores externos a ela. Assim, o viés da estrutura permite descrever a dimensão vivente como “um modo de ser que somente pode ser conhecido adequadamente a partir de si mesmo”. (BIMBENET,

2014, p.108). De acordo com a taxonomia de Merleau-Ponty, a classificação das ordens comportamentais compreende três estilos de expressão da vida: as formas sincréticas, as formas amovíveis e as formas simbólicas. Elas representam níveis diferenciados de assimilação e interpretação das relações com o ambiente circundante e não designam apenas três espécies de animais. Vislumbra-se, em cada ordem, uma espécie nova de relação com o espaço e o tempo, que se vincula às estruturas orgânicas de cada ser. Analisaremos, neste momento, as duas primeiras. A ordem humana será discutida no último capítulo.

No primeiro nível, denominado sincrético, Merleau-Ponty delimita os comportamentos cujas capacidades de abstração, ou orientação rumo aos aspectos globais da situação, não ultrapassam as normas prescritas pelo instinto. O organismo “está aprisionado no quadro de suas condições naturais e não trata as situações inéditas senão como alusões às situações vitais que lhe são prescritas.” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p. 163) O comportamento de um sapo que persevera em atirar sua língua no vidro de um recipiente, dentro do qual se encontra uma minhoca, é regido por esquemas instintivos que não o permitem uma abstração dos contextos vividos. Por outro lado, observam-se também comportamentos inibitórios em situações as quais o mesmo animal mastiga um inseto com gosto ruim. De acordo com Merleau-Ponty, a presença de comportamentos aparentemente desajeitados, como no caso da minhoca, assim como o aparecimento de fenômenos de frenagem, como no caso do inseto, compõe um quadro de condutas prescritas pelas normas vitais do organismo. Não são as “particularidades físicas da situação presente” que delimitam o espectro de condutas possíveis, antes, são “as leis biológicas do comportamento” que orientam a ação. O autor explica: “Devemos chamar instintivo um comportamento que responde literalmente a um complexo de estímulos mais que a certos traços essenciais da situação.” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.164). Neste nível, a aprendizagem pelo condicionamento torna-se um processo complicado, visto que a conduta orienta-se segundo determinados *a priori* estabelecidos pelo aparelho instintivo.

O segundo nível de integração comportamental é representado pela ordem amovível. São observados alguns desenvolvimentos de estratégias comportamentais não vistos no nível anterior. No que se referem ao conteúdo da situação, as condutas não são estritamente determinadas pelo aparelho instintivo, podendo operar conforme aspectos abstratos das situações. As formas amovíveis relacionam-se com determinados sinais, ou categorias, que não são dependentes, *stricto sensu*, do material visual

apresentado. Após a cor mais clara ter se tornado reflexógena, o experimentador troca a nuance mais escura por uma ainda mais clara que a primeira. Ao repetir-se o experimento de condicionamento, percebe-se então que o animal escolhe a cor mais clara do novo par de cinzas e não a nuance antes reflexógena (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.166). O conteúdo aprendido não é tanto um conteúdo, “este cinza”, ou “aquele cinza”, mas uma categoria – “mais claro”. Na perspectiva da teoria do condicionamento, a associação entre o estímulo incondicionado e o estímulo condicionado se efetiva pela via de uma contigüidade imediata. Seria, em outras palavras, retornar à ideia de um condicionamento de conteúdos. Conforme as discussões relativas ao tópico sobre a aprendizagem, vimos que a associação entre estímulos não é um processo linear. “O adestramento não introduz no comportamento uma contigüidade de fato. O sinal é uma configuração (*Sign-Gestalt*)” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.166). Deste modo, a emergência do sentido só pode ser considerada retroativa à medida que a relação entre o objetivo e a estrutura da situação não são concebidos como dados linearmente dispostos no tempo. Merleau-Ponty explica esta ideia recorrendo a uma metáfora musical<sup>50</sup>:

A atividade do organismo seria literalmente comparável a uma melodia cinética, já que toda mudança no fim de uma melodia modifica qualitativamente seu início e a fisionomia do conjunto (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.168)

A ordem amovível manifesta uma ampliação do campo espaço-temporal, o que permite aos organismos deste nível lidarem com sinais, e não apenas com objetos definidos pelo instinto. Por exemplo, imaginemos uma parede, ou uma lona, que possui duas aberturas circulares, suficientemente grandes para que um animal possa perceber algo dentro delas. Dentro da primeira abertura há um objeto móvel, que se movimenta do primeiro ao segundo círculo, e que é percebido por um cachorro. Em um primeiro

---

<sup>50</sup>A referência à melodia como metáfora explicativa da atividade vivente não é fortuita. Tal formulação encontra pleno desenvolvimento nos trabalhos do biólogo Jacob Von Uexküll. A presença deste pensador na obra inicial de Merleau-Ponty não é explícita. No entanto, é válido citá-lo brevemente, sobretudo porque sua aparente marginalidade esconde a profundidade de suas contribuições à filosofia de Merleau-Ponty. Em *A estrutura do comportamento*, Merleau-Ponty limita-se a citar Uexküll por meio de Buytendjik. Nestas citações, o organismo é comparado a uma melodia, cujo ritmo e totalidade se constituem no fluxo das interações com o ambiente. Tal como uma forma melódica, um organismo representa uma conjunção das partes em um todo irreduzível. Nota-se, no entanto, que esta noção de coordenação, necessária às formulações que visam descrever totalidades, ou conjuntos, não se assemelha à proposta de coordenação das partes por uma força vital, ou por aglomerados de processos mecânicos. Em uma melodia, o sentido que emerge do fluxo do conjunto não é dedutível de uma soma das notas isoladamente.

momento, o animal se dirige constantemente para este primeiro círculo, o qual representa o ponto de partida do objeto. Posteriormente, o animal começa a acompanhar o movimento do objeto ao longo da lona, chegando à segunda abertura a tempo de apanhar o objeto. O refinamento do comportamento do cachorro o leva a um terceiro tipo de comportamento, pelo qual, desde o começo do experimento, o animal se direciona rumo ao segundo ponto, com vistas a esperar o objeto.

Outro experimento ilustra este gênero de comportamento adaptado ao espaço. Em uma situação montada por Buytendijk, com sujeitos ratos, o problema demanda dos animais decidirem entre um caminho que esteja na direção do objetivo, porém mais lento, ou outro caminho, mais rápido, que necessita, no entanto, da realização de um desvio, afastando momentaneamente o animal do objetivo. A escolha decisiva pelo caminho mais curto acontece, em todos os animais, após a realização de menos de 10 tentativas. Todas as precauções foram tomadas para que não se concluísse por um tipo de escolha embasada unicamente no sentido espacial (direita-esquerda). A teoria do condicionamento nos conduz a pensar que o caminho mais longo transformara-se em estímulo inibidor do objetivo. Diante desta interpretação, Merleau-Ponty afirma que em nenhum momento o caminho mais longo é inibidor, pois ele ainda torna possível alcançar o objetivo. Trata-se de considerar que na aprendizagem o caminho mais longo tornara-se uma espécie de categoria -“caminho menos rápido”-, e tal categoria só pode ser considerada inibitória porquanto exprime um comportamento orientado para uma boa-forma das relações espaço-temporais. “Se admitirmos isso, reconheceremos que o estímulo condicionado não é um elemento real do mundo físico, mas uma relação, uma estrutura temporal” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.175)

Experimentos com símios inferiores e antropóides revelam um tipo de integração do campo espaço-temporal que não é observado em outros animais. Isto é visível em situações às quais os animais devem manipular objetos intermediários. Esta interação assume a forma de uma busca por objetos no ambiente que cumpram a função de auxiliar no alcance do objetivo. Observa-se, ainda, a possibilidade de manipular o objetivo através de estruturas estáticas acopladas, como por exemplo, um barbante que é amarrado à comida. A aparição deste tipo de comportamento orientado perante objetos intermediários é evidente nos símios inferiores. Apesar do interesse de Merleau-Ponty nesta nova dinâmica inaugurada pela manipulação de objetos estáticos, concede-se especial atenção às “lacunas e insuficiências das relações mecânicas e estáticas” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.177). Este gênero de análise, como veremos, resulta em

uma cadeia argumentativa cujo principal intuito é elucidar a passagem da ordem vital para a ordem humana. Tais lacunas, manifestas em certas inaptidões dos símios inferiores e antropóides, representam elementos argumentativos fundamentais para o traçado de diferenças comportamentais entre o animal e o humano.

Para Merleau-Ponty, a percepção animal não se funda em “relações geométricas e físicas”. Em outras palavras, a fim de se considerar o estímulo físico como reflexógeno, seria preciso que os chimpanzés, por exemplo, percebessem as semelhanças geométricas entre os objetos, sendo possível, desta forma, manipular outros objetos de modo funcionalmente igual. Não é isto o que acontece. Em um experimento de Köhler (1957), um chimpanzé é deixado em sua jaula sendo acompanhado apenas de uma árvore com os galhos secos, enquanto o alimento permanece do lado de fora. As primeiras condutas do animal, após a percepção do alimento, são marcadas pela busca de utensílios que o auxiliem na tarefa. Não há um interesse pela árvore. Suas tentativas focalizam-se na exploração da jaula, e resultam em esforços para arrancar pedaços de ferro da porta. O animal desiste deste ato, encontra uma pedra, e com ela tenta alcançar o alimento, de modo infrutífero. A ação de pegar um galho seco apenas ocorre depois que o animal não encontra nenhuma outra solução para o problema (KÖHLER 1927<sup>51</sup>, apud VERISSIMO, 2012, p.106). Assim, mormente as semelhanças físicas entre o galho seco e um bastão, o animal apresenta dificuldades em considerar o galho seco como uma figura destacada no campo perceptivo. Em outra situação, um animal tenta alcançar o alimento fora de sua jaula com um bastão, e ao não obter êxito, passa a buscar alternativas dentro de seu ambiente. Ele usa a maioria dos instrumentos manejáveis, como um chapéu, um tênis, seu pote de água. Como o campo visual dos chimpanzés é bastante integrado e complexo, a hipótese de que o animal não diferencia fisicamente os objetos utilizados e, portanto, “acredita” que eles tenham a mesma função torna-se insuficiente. Segundo Köhler, o problema a ser resolvido exige que o animal considere não tanto a semelhança dos objetos com um bastão, mas que estes objetos sejam “funcionalmente” válidos para a tarefa. Puxar os objetos para si é uma ação que não se restringe à imagem do bastão ou da vara. Contudo, há uma questão mais importante do que as diferenças entre um bastão e os outros objetos. Para além da função do instrumento, sua localização pode vir a ser um fator decisivo para o cumprimento da tarefa. Köhler (1957) relata que ao posicionar bastões ou varas atrás do

---

<sup>51</sup>KÖHLER, W. *L'intelligence des singes supérieurs*. Trad. Paul Guillaume. Paris: Félix Alcan, 1927.

animal, de modo que ao virar-se para o instrumento o animal perderia de vista o objetivo, nota-se que o instrumento passa a ser ignorado. Não se trata apenas de um problema de distância. Antes, o que está em jogo é a capacidade do animal em criar conexões entre o instrumento e o objetivo a ser alcançado. Merleau-Ponty comenta que “O valor instrumental do objeto diminui à medida que ele está mais afastado do objetivo, ou seja, que este valor não é feito de propriedades mecânicas precisas que seriam independentes de sua posição” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.179). Assim, a própria ideia de instrumento precisa ser reformulada no que concerne à descrição do mundo animal. “As estruturas mecânicas podem pois tornar-se reflexógenas apenas se estruturas mais fortes, que atribuem um valor de uso aos objetos, são inicialmente reorganizadas” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.178).

A dimensão funcional do objeto não emerge da percepção do objeto físico. O clássico exemplo da caixa ilustra bem a invariabilidade funcional do comportamento dos símios. Chimpanzés previamente treinados com caixas, utilizadas como apoios para alcançar alimentos pendurados na jaula, não demonstram interesse no instrumento se, por exemplo, algum outro animal a estiver usando como banco. Pode-se dizer que, neste momento, a percepção visual da caixa não desperta a percepção da “caixa-enquanto-apoio”. Alterada a função do objeto, alteram-se, ou perdem-se as funções prévias.<sup>52</sup>

Para o filósofo, a principal questão que emerge de tais exemplos refere-se à incapacidade do animal em perceber o mesmo objeto sob funções diferentes. É como se tratasse, a cada mudança de função, de objetos diferentes. Merleau-Ponty destaca que: “O animal não pode adotar com relação aos objetos um ponto de vista escolhido com discricção, mas o objeto aparece revestido de um ‘vetor’, investido de um ‘valor funcional’ que dependem da composição efetiva do campo.” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.183.)

Por fim, chegamos aos limites da ordem amovível. Essas discussões indicam um ponto fronteiro na obra, que nos conduzirá via direta à conceituação das formas simbólicas. Trata-se do problema da continuidade ou ruptura entre os comportamentos humanos e animais. Tocamos no tema da diferença antropológica. A seguinte citação é

---

<sup>52</sup> Uma das formas de abordar o problema das insuficiências ou lacunas na manipulação e percepção de objetos consiste em analisar os dados experimentais a partir de uma atitude antropomórfica, por meio da qual se atribui a tais déficits características humanas. Na visão de Köhler (1978, p.46), a discriminação realizada pelo experimentador, ao elencar determinados objetos enquanto estímulos, não é idêntica à organização do campo perceptivo no animal.

fundamental na obra de Merleau-Ponty. Ela cumpre o papel de indicar, em primeira mão, a posição do filósofo em face desta questão:

O que falta ao animal é exatamente o comportamento simbólico que lhe seria necessário para encontrar no objeto exterior, sob a diversidade de seus aspectos, uma invariante comparável à invariante imediatamente dada do corpo, e para tratar reciprocamente seu próprio corpo como um objeto entre os objetos (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.185)

### **Considerações**

Após um desenvolvimento lateral do conceito de forma, realizado nos dois primeiros capítulos, Merleau-Ponty retoma a categoria de estrutura com o intuito de redefinir as relações entre consciência e natureza. O filósofo oferece um quadro estrutural da natureza que permite uma reavaliação das relações entre matéria, vida e espírito. Este pensamento é explicitado por Koffka (1975), e acolhido por Merleau-Ponty como um novo modelo de hierarquização da natureza. A escala hierárquica preconizada pela noção de ordem visa sublinhar que cada campo, seja ele físico, vital ou humano, apresenta níveis de integração e autonomia próprios. Cada ordem assimila características das ordens precedentes, sem, contudo, limitar-se a elas. Assim, desde um sistema físico podemos observar um tipo de organização gestáltica, que se manifesta no modo como a dinâmica interna do sistema relaciona-se de modo circular, e não linear, com as forças exteriores. Por isso, como mostra Merleau-Ponty, um sistema físico é um indivíduo- o equilíbrio do sistema não depende somente de ações externas, mas a configuração final é resultado da interação destas forças com leis de equilíbrio internas.

Importante notar, portanto, que as ordens físicas constituem-se como sistemas estruturais à medida que as leis que regem as distribuições de forças não são leis causais. Um sistema físico representa o exemplo primeiro de uma organização gestáltica: as interações acontecem a partir de uma circularidade entre meio interno e meio externo. Esta ideia torna-se evidente no momento em que passamos a abordar as ordens vitais. A dinâmica orgânica não se restringe aos jogos de equilíbrio entre as forças internas e os ditames ambientais, isto porque um organismo apresenta níveis de conduta em relação ao ambiente que não são encontrados em estruturas físicas. Seu comportamento não é derivado de uma síntese interna das imposições externas, justamente pela razão de que um organismo só responde a padrões de estímulos que lhe

tenham um valor vital. “Um organismo não responde senão aos estímulos que estão em conformidade com suas próprias necessidades”<sup>53</sup>(BIMBENET, 2004, p. 56, tradução nossa).

A ordem vital inaugura *Gestalten* amparadas na ideia de significado. Se, por um lado, a ordem física sustenta-se a partir da categoria de quantidade, por outro, a vida se expressa como imanência ao significado. Ser um vivente denota uma originalidade na relação com o fora, pois um vivente subjetiva o mundo a partir de significados vitais que lhe são inerentes. A normatividade vital diferencia-se da lei física no momento em que um vivente estabelece, a partir de sua atividade, núcleos de sentido, que são vividos como manifestações práticas de seu direcionamento ao mundo. Entretanto, a dialética inaugurada pela presença de um vivente, a dialética ação/meio percebido, possui determinadas restrições em relação à ordem humana. O nascimento da percepção vivente dispõe, na escala da vida, diferentes níveis, ou graus, de integração do campo perceptivo-comportamental. Como dissemos, em comportamentos de símios pode-se observar que a ação não é mediada jamais pelo estímulo considerado como entidade física. Em contrapartida, essa ampliação do campo perceptivo encontra limites, que não são vistos na ordem humana. Estes limites são expressos, principalmente, pela incapacidade dos organismos não-humanos em variar seus “meios de vida”. A espécie humana, ao mesmo tempo em que integra certos tópicos da ordem vital, distancia-se dela ao estabelecer uma nova dialética, embasada na noção de trabalho. A atividade orgânica permanece limitada aos *a priori* impostos pelo instinto, enquanto a atividade humana liberta-se da natureza, para se enveredar em um mundo de objetos culturais. O trabalho, entendido aqui segundo as palavras de Bimbenet como “a capacidade de variar indefinidamente os meios de vida”, representa a gênese da singularidade humana, o ponto de ruptura com os comportamentos vitais. Este esquema aberto pela noção de ordem responde ao problema da hierarquia simples-complexo ao equalizar a necessidade de continuidades e rupturas ao longo da escala natural. Como veremos, o humano sintetiza e desenvolve certos temas inaugurados pelas ordens anteriores, sem, no entanto, tratar-se de uma simples continuação, ou um mero refinamento cognitivo. A questão será mostrar que “O espírito não é uma diferença específica que viria se juntar ao ser vital ou psíquico para dele fazer um homem. O homem não é um animal racional” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.282).

---

<sup>53</sup> “Un organisme ne répond qu’aux stimuli qui sont conformes à ses propres besoins”

### Capítulo III - O perspectivismo e a questão da diferença antropológica

#### Apresentação

Nosso capítulo final está dividido em duas partes. A primeira parte representa uma continuação das discussões realizadas anteriormente. Os questionamentos acerca da intencionalidade vital nos endereçam à interrogação do estatuto próprio à percepção humana. Seguindo as reflexões de Merleau-Ponty, temos em vista elucidar a importância do conceito de multiplicidade perspectiva como marcador da diferença antropológica. Assim, tratamos de conferir contornos precisos à noção de ordem simbólica, através da qual adentramos o terreno da comparação entre os comportamentos animais e humanos. Terminada a análise detalhada da primeira obra de Merleau-Ponty, na segunda etapa explicitamos a relevância das ideias do filósofo para o cenário científico-filosófico atual. Traçamos as linhas gerais de dois programas teóricos que retomam e aperfeiçoam as reflexões contidas n' *A estrutura do comportamento*. São eles: 1) A fenomenologia da diferença antropológica e 2) A abordagem enativa das ciências cognitivas. Começamos a exposição das questões relativas à atualidade d' *A estrutura do comportamento* pela apresentação da filosofia de Bimbenet, cuja problemática consiste em uma compreensão fenomenológica da diferença antropológica. Neste contexto, destacamos, brevemente, o modo como Heidegger tematiza a vida animal pelo viés da privação de mundo. O caminho apontado por Bimbenet nos conduz aos debates contemporâneos que cercam o tema da intersubjetividade, comentado no tópico sobre atenção conjunta. Por fim, realizamos uma breve descrição dos paradigmas cognitivistas e apresentamos como contraponto às noções tradicionais de cognição pautadas na representação alguns pressupostos fundamentais da abordagem enativa da consciência. A ênfase sobre a ação, em detrimento das concepções intelectualistas de cognição, é herdada da atitude merleau-pontyana de considerar o corpo como sujeito cognoscente.

## **1ª Parte: O fenômeno humano n'A estrutura do comportamento**

### **1. A multiplicidade perspectiva**

A tematização do fenômeno humano constitui o auge das análises empreendidas por Merleau-Ponty n'A *estrutura do comportamento*. A proposta de redefinição das relações entre consciência e natureza, levada a cabo por meio de uma classificação estrutural dos fenômenos físicos e viventes, adquire um novo estatuto em vista do aparecimento da ordem humana. Se, por um lado, as análises empreendidas por Merleau-Ponty não desconsideram o entrelaçamento entre consciência e natureza, por outro, a função simbólica indica uma estrutura mais integrada de comportamentos. Estamos situados na fronteira entre a animalidade e a humanidade<sup>54</sup>. Tal questão antropológica aparece nesta primeira obra reintegrada e desenvolvida sob o véu de uma filosofia da natureza. Por isso, deve-se observar, conforme Bimbenet (2012) que “em *La Structure du comportement*, o ponto de vista adotado a respeito da percepção é, com efeito, o do animal” (p.254). Não se trata, porém, de segregar o fenômeno humano em “dois setores”: um pertencente ao domínio da consciência, representante de uma vida propriamente humana e, inversamente, um setor correspondente à materialidade animal (BIMBENET, 2004, p.28). Apesar de Merleau-Ponty ser por vezes identificado à tradição racionalista, o filósofo constrói sua descrição da percepção humana tendo como ponto de partida a percepção animal (BIMBENET, 2004).

Esta estratégia arqueológica frustra duas atitudes filosóficas correntes acerca da percepção: o intelectualismo filosófico e o empirismo. Ao reposicionar a consciência, tendo como pano de fundo sua origem vital, evita-se categorizar a percepção como uma das modalidades do pensamento reflexivo. Resulta disto que a percepção não pode mais ser tratada como uma atitude de sobrevôo perante o mundo percebido. Frente à tradição racionalista da filosofia, que conceitua a experiência perceptiva como um ato de um sujeito desencarnado, espécie de “ponto de vista de Deus” (BIMBENET, 2012, p.253), Merleau-Ponty enfatiza a necessidade de se ocupar do ponto de vista do animal, por intermédio de uma reflexão comprometida com o irrefletido da experiência. Além disso, esta estratégia “naturalista”, explica Bimbenet, interroga a veracidade da atitude natural,

---

<sup>54</sup> De acordo com Merleau-Ponty, “a palavra vida não tem o mesmo sentido na animalidade e na humanidade, e as condições da vida são definidas pela essência própria da espécie” (2006a, p.271)

“a crença fundamental segundo a qual percebemos o próprio ser, e não o ser para nós” (BIMBENET, 2012, p.252).

Nessa direção, identifica-se n<sup>o</sup> *A Estrutura do comportamento* uma gradação conceitual notável no que diz respeito ao tema da natureza. Nos capítulos iniciais da obra, a ideia pressuposta de natureza refere-se propriamente à natureza vivente— tema específico de nosso questionamento acerca da intencionalidade. Posteriormente, ao retratar o surgimento da ordem humana, Merleau-Ponty faz referência a um “campo sensível pré-objetivo” (2006a, p.259), solo de aparecimento do fenômeno humano. Conforme já dito, o critério de hierarquização da natureza utilizado por Merleau-Ponty não é compatível com a classificação utilizada pela biologia clássica. Para esta última, o parâmetro fundamental de ordenação da natureza consiste em categorizar os fenômenos a partir da distinção simples/complexo. Apesar de permanecer em uma esfera de classificação hierárquica, a noção de forma permite a Merleau-Ponty reconhecer a originalidade inerente a cada estrutura do comportamento. Em outras palavras, a descrição da natureza como uma série de ordens culmina, necessariamente, no reconhecimento de uma diferença estrutural entre os comportamentos humanos e animais.<sup>55</sup> Até o momento, nossas discussões permearam o campo de problemas específicos à natureza vivente. As ordens amovível e sincrética encontram-se nesta primeira delimitação da natureza.

As formas simbólicas designam as estruturas de comportamento próprias aos seres humanos. Escreve o filósofo: “No comportamento animal os signos permanecem sempre sinais e nunca se tornam símbolos” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.189). Um cachorro treinado para pular em cadeiras ao comando do adestrador mostra-se incapaz de realizar a tarefa caso as cadeiras sejam substituídas por poltronas, ou banquinhos. De modo inverso, observa-se que esta possibilidade de tematização do signo está na base da aptidão humana em formar hábitos. Por exemplo, ao digitar este texto me dirijo prontamente às teclas do computador em função de um hábito adquirido. Todavia, o hábito de digitar um texto não se resume à correspondência pontual entre os estímulos visuais do teclado e os movimentos que eles suscitam. Toda atividade, ou hábito, exige uma ordenação funcional que está diretamente em sintonia com a tarefa realizada. A habilidade em digitar este texto é facilmente colocada de lado se a mim for pedido

---

<sup>55</sup>Lembremos que o nosso problema é o da intencionalidade vital. Com isto em mente, destacamos que a questão da diferença entre os comportamentos humanos e animais deve ser entendida, nesse trabalho, como uma discussão necessária, cuja função é situar o problema da intencionalidade animal em relação à percepção humana.

pressionar teclas aleatórias. Em diversos casos é notável o fato de que o hábito emerge como atividade integrada, ou como tematização dos signos locais. Segundo Merleau-Ponty, não podemos supor uma construção rígida entre estímulo e movimento que oriente a formação dos hábitos. Um músico, que improvisa em outros instrumentos que não os seus, possui, justamente, uma habilidade passível de ser transposta à nova situação, organizando-se em formas ou estruturas, e não como montagens rígidas. É por isso que um músico experiente não busca a consecução de notas isoladas, mas uma harmonia do conjunto.

O símbolo, diferente do sinal, faz referência a um conjunto de relações, cujo sentido é transponível e independe dos materiais concretos da situação. Deste modo, a percepção humana difere da percepção animal por não se restringir às demandas do instinto, ou aos estímulos concretos presentes. Perceber, para um ser-humano, significa atuar na esfera do virtual, variando de modo plural seus pontos de vista.

É essa possibilidade de expressões variadas de um mesmo tema, essa “multiplicidade perspectiva” que *faltava* ao comportamento animal. É ela que introduz uma conduta cognitiva e uma conduta livre. Tornando possíveis todas as substituições de pontos de vista, ela libera os ‘estímulos’ das relações atuais nas quais meu ponto de vista particular os prende, dos valores funcionais que as necessidades da espécie definidas para sempre lhes atribuíam (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.192, grifos nossos)

Antes de nos aprofundarmos nas implicações antropológicas resultantes do perspectivismo, observemos de perto o que significa esta “falta” no comportamento animal. Os fatores que limitam um comportamento amovível de aceder a uma conduta simbólica tornam-se significativamente visíveis em dois casos experimentais: em tarefas que envolvem o desvio de objetos, e em tarefas que envolvam relações estáticas. Em um experimento realizado por Köhler, um dispositivo, similar a uma gaveta, foi instalado do lado de fora da jaula dos chimpanzés e uma banana foi colocada ali pelo pesquisador. Todos os seus lados estão fechados, exceto um, o que está oposto à jaula. Tendo como instrumento um bastão, a tarefa do chimpanzé consiste em tentar trazer o objeto para si, fazendo com que este realize um desvio. Fazer o objeto realizar um desvio, com um bastão, por exemplo, revela-se uma tarefa muito mais complexa do que realizar um desvio com o próprio corpo. O cerne da “insuficiência” simbólica de seu comportamento consiste nisto: “o animal não pode se colocar no lugar do objeto e ver a

si próprio como o objetivo. Não pode variar os pontos de vista, como não poderia reconhecer uma mesma coisa de diferentes perspectivas” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.185). A aptidão para se colocar no lugar do objeto, ou no lugar de um outro, exige que o espaço vivido, compreendido aqui como a espacialidade concreta e atual, seja substituído pelo desenrolar da ação em um espaço virtual- campo de ações possíveis, e que não estão diretamente relacionadas aos aspectos formais da situação. Igualmente, verifica-se que a física dos chimpanzés está inteiramente restrita a um ponto de vista auto-centrado. Os chimpanzés são capazes de equilibrar-se em cima de uma pilha de caixas, visto que todo o eixo gravitacional da construção passa a ser regido pelo corpo do animal, mas são incapazes de construir estruturas fisicamente estáveis.

Esta carência do comportamento animal consiste na incapacidade de tratar o objeto como uma coisa, ou seja, como uma “unidade concreta capaz de entrar, sem se perder, numa multiplicidade de relações” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.185). A alteração do valor funcional do objeto na percepção animal - uma caixa para sentar/ uma caixa para subir-, não é vivida como a alteração de uma perspectiva, que manteria preservada a invariância do objeto. A mudança súbita do contexto altera o valor funcional do objeto, derivando-se disto comportamentos que parecem tratar o mesmo objeto como se fossem dois objetos distintos. Por este motivo, Merleau-Ponty afirma que o animal não se utiliza de um instrumento no sentido integral da palavra. De fato, o instrumento é uma coisa- ele comporta uma multiplicidade de usos, sob uma estrutura invariável. O galho de árvore utilizado como bastão, comenta Merleau-Ponty, é suprimido, no comportamento do chimpanzé, como galho-de-árvore. O valor funcional do objeto, que está diretamente ligado à composição total do campo de ação, atua como um verdadeiro “buraco-negro” das outras perspectivas possíveis, isto é, a função atual passa a suprimir as funções precedentes. No comportamento humano, ao contrário, “o galho de árvore transformado em bastão continuará justamente um galho-de-árvore-transformado-em-bastão, uma mesma ‘coisa’ em duas funções diferentes, visível ‘para ele’ sob uma pluralidade de aspectos” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.273)

No regime das formas simbólicas instauram-se relações que ultrapassam os valores funcionais dos objetos, e que se dirigem à “estrutura-coisa”. A multiplicidade perspectiva é o emblema de uma percepção propriamente humana. Mais especificamente, a multiplicidade perspectiva torna possível a constituição de um mundo inter-humano, visto que a capacidade de variar os pontos de vista permite a criação de novos meios e a reformulação das estruturas dadas, sejam elas sociais ou

naturais. Com efeito, para Merleau-Ponty, a especificidade da ordem humana não consiste em sua capacidade de criar. Trata-se, antes, da capacidade de reinventar, reformular e ultrapassar as estruturas vigentes.<sup>56</sup> Um exemplo simples e patente acerca disto está no fato de que o homem é o único ser que cria instrumentos cuja finalidade é criar outros instrumentos. Para o animal, o objeto é circunscrito pelo círculo de normas vitais e, deste modo, apresenta-se como objeto de interesse apenas em relação à função que assume em um determinado contexto; inversamente, a percepção humana insere-se em um mundo de objetos de uso (*Gebrauchs-objekte*), cujos valores funcionais não se reduzem às possibilidades dadas pelos *a priori* monótonos do instinto. Antes, estes objetos de uso são a expressão de uma cultura partilhada. Em vista disto, o fenômeno humano instaura uma terceira dialética: a dialética do trabalho. Se nos sistemas físicos, a boa forma é obtida mediante a relação entre as condições topográficas internas e as forças externas e, se em um ser-vivo as condições do equilíbrio são alcançadas mediante as tensões vitais criadas em relação ao ambiente, no que diz respeito à ordem humana, o estabelecimento de um meio próprio não segue as mesmas normas presentes nas dialéticas anteriores.

Nessa medida, não é anedótica a preferência de Merleau-Ponty pelo uso do termo trabalho, no lugar do conceito habitual de ação, utilizado pela psicologia da época. Por “trabalho”, o filósofo compreende “o conjunto das atividades através das quais o homem transforma a natureza física e viva” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.253). Assim, se por um lado a ação relaciona-se com a consciência, por outro, como veremos em Bergson, por exemplo, ela não torna inteligível como essa relação vem a se tornar “humanizada”. O ser-humano é o único vivente capaz de ultrapassar as conjunturas naturais e sociais para estabelecer outros modos de vida. O imperativo de uma interação restrita aos aspectos presentes na situação, caso da ordem vital, é sucedido, na ordem humana, pela aptidão em variar e ultrapassar as demandas do instinto. É por isto, por exemplo, que os atos revolucionários, o ato da palavra e o suicídio encontram-se presentes apenas no nível humano. De acordo com Merleau-Ponty (2006a): “Todos esses atos da dialética humana revelam a mesma essência, a capacidade de se orientar com relação ao possível, ao mediato, e não com relação a um

---

<sup>56</sup>“O que define o homem não é a capacidade humana de criar. O que define o homem não é a capacidade de criar uma segunda natureza- econômica, social, cultural- para além da natureza biológica, é sobretudo a capacidade de superar as estruturas criadas para criar outras” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.272).

meio limitado- o que chamamos, acima, com Goldstein, a atitude categorial”<sup>57</sup>(p.274). O autor afirma, ainda, que “O sentido do trabalho humano é pois o reconhecimento, para além do meio atual, de um mundo de coisas visível para cada Eu sob uma pluralidade de aspectos, o tomar posse de um espaço e de um tempo indefinidos” (2006a, p.273). A opção terminológica pelo conceito de trabalho visa resguardar o “sentido original” e o “conteúdo concreto” da ação humana (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.253). Segundo Bimbenet (2004), o termo “concreto”, mencionado diversas vezes no texto de Merleau-Ponty, desempenha a função de indicar o tipo de investigação que permeia o campo de compreensão da experiência humana. Este “conteúdo concreto” ao qual Merleau-Ponty se refere diz respeito a uma certa “verdade da experiência” (BIMBENET, 2004, p.154) que fora deslegitimada pela tradição filosófica e científica. Uma investigação que leve em conta o caráter concreto da experiência deve tentar elucidar o sentido de ser de uma consciência que está entrelaçada ao seu passado vital.

Vale notar que o projeto de naturalização da consciência humana, na filosofia de Merleau-Ponty, não tem o intuito de reconstituir os traços da animalidade em nós. “A decisão de descrever o homem como uma nova espécie animal é, na verdade, a ocasião para aprofundar a originalidade do fenômeno humano e, não para traí-la”<sup>58</sup> (BIMBENET, 2004, p.153, tradução nossa). Tendo em vista que, de modo geral, o programa merleau-pontyano consiste em um retorno à experiência primordial, ao campo pré-reflexivo que funda as categorias objetivantes da experiência, compreende-se que, no texto do filósofo, a gênese psicológica e a gênese transcendental estão em estreita conexão<sup>59</sup>. Ocorre então que a chave para o entendimento desta dimensão fundante da experiência, nível originário em que a consciência é pré-representativa, encontra-se na experiência perceptiva primeira: o mundo da criança. Este retorno à experiência nascente na percepção infantil representa uma fonte importante de reflexão, porque o mundo da criança, diferente da vida adulta, nos revela uma consciência ainda não objetivada. A descrição da percepção infantil nos oferece a oportunidade de levar adiante uma verdadeira reformulação da noção de consciência.

---

<sup>57</sup>Conforme sinaliza Verissimo (2011), a função simbólica, ou atitude categorial, aparece de duas formas na obra: primeiramente, ela localiza-se nas discussões acerca das neuropatologias, sendo considerada a estrutura de comportamento que é afetada nos casos de lesão cortical. Em segundo lugar, ela demarca a especificidade das condutas humanas em relação à ordem vital.

<sup>58</sup> “La decision de decrir l’homme comme ‘une nouvelle espece animale’ est en réalité l’occasion d’apponfondir l’originalité du phenomene humain, et non de la trahir”

<sup>59</sup> “O fato é que, na obra de Merleau-Ponty, essa anterioridade lógica aparece, freqüentemente, sob o estatuto empírico de uma anterioridade cronológica” (VERISSIMO, 2011, p.142)

A começar pelo “polo noemático”, referente ao mundo percebido, observa-se que a criança não percebe objetos na acepção comum da palavra. Sua atenção direciona-se, primeiramente, a intenções humanas.<sup>60</sup> Desde o princípio, portanto, a percepção destaca o corpo humano como figura, a partir de suas intenções, seus gestos, o tom de voz. Esta comunicação primordial entre a criança e seus congêneres nos revela que o corpo humano é um texto decifrável por outros corpos humanos, ele é, conforme a expressão de Bimbenet (2004), dotado de uma “expressividade natural” (p.156). A gramática da corporalidade humana não deve, no entanto, ser analisada como um dado alheio ao mundo como horizonte. Nesse sentido, se o corpo humano destaca-se na percepção da criança é porque, justamente, há uma relação prática do corpo com o mundo. Enquanto a percepção animal é estruturada segundo valores determinados pelas normas internas, características a cada espécie, a criança humana não apreende o objeto nem como algo determinado funcionalmente e, nem como uma coleção de qualidades puras. Se entendermos que a percepção de uma intenção consiste apenas na organização de um mosaico de sensações devidamente amparadas por aspectos específicos do objeto percebido -suas linhas, formas e cores - resta-nos perguntar como é possível reconhecer alguém sem saber, explícita ou implicitamente, a cor de seus olhos, as linhas que compõem sua boca, a forma de sua sobrancelha. As teorias sensualistas desconsideram, precisamente, essa “expressividade natural” singular ao corpo humano. “O significado humano, escreve Merleau-Ponty, é dado antes dos pretensos signos sensíveis. Um rosto é um centro de expressão humana, o invólucro transparente das atitudes e dos desejos do outros, o lugar do aparecimento, o ponto de apoio quase imaterial de uma multiplicidade de intenções” (2006a, p.260). O interesse do infante se amplia e se dirige ao mundo dos objetos humanizados, segunda categoria identificada por Merleau-Ponty como estruturante da percepção infantil. Ainda aqui, diz Bimbenet (2004), não se trata de uma relação com objetos meramente funcionais, e sim, com o sentido humano que desposa estes objetos segundo suas intenções práticas. Há, ainda, uma terceira categoria atuante na estruturação da percepção infantil: a linguagem. A linguagem propicia a criação de um espaço inter-humano, pois a palavra não simboliza apenas uma significação lógica, uma referência concreta, antes, ela insere a criança em um contexto social e afetivo. Pelo ato da palavra o infante alcança o mundo dos objetos, sejam eles

---

<sup>60</sup> Esta constatação é fundamental e repercute sobremaneira nos atuais estudos em cognição social, conforme será mostrado no tópico sobre a atenção conjunta.

naturais ou culturais. Nessa medida, a palavra torna-se o objeto de uso que possibilita a comunicação com outros seres e é o objeto que direciona o sujeito a outros objetos.

A inserção da criança em um mundo humano estrutura-se, portanto, nestes três eixos: a percepção do corpo do outro, o engajamento em um mundo de objetos de usos, e a frequência no universo da linguagem. Nestas três dimensões, o desenvolvimento da criança revela uma existência voltada para outrem.<sup>61</sup>

A percepção iniciante nos conduz a pensar na emergência das significações humanas que são, em direito, inseparáveis do conteúdo sensível no qual elas se encarnam: isto que a criança apreende antes da percepção de um material sonoro e da inteligência de um sentido puro é uma entonação, um estilo, que precede a distinção da expressão e do exprimido<sup>62</sup>. (BIMBENET, 2004, 163, tradução nossa)

O universo infantil é a constatação originária de que a consciência não se apresenta como um conjunto de mecanismos associativos das sensações e, tampouco se define como um “núcleo cognitivo” intelectualmente ordenador da realidade (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.269). Nesse sentido, sob a égide da percepção infantil, Merleau-Ponty opera uma reformulação profunda da noção de consciência.

Em sua época, os debates acerca da consciência foram fortemente influenciados pelo neokantismo de autores como Brunschvig e Lachièze-Rey. A psicologia de então, munida do intelectualismo, concebia a consciência como um sistema apriorístico de juízos. O juízo consiste naquilo “que existe de irreduzível na experiência e sem o que nosso pensamento seria desenraizado do ser” (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.255). Esta “função do real”, superfície de contato que permite à consciência atualizar-se, viabilizaria a percepção apreender outras existências individuais. Além do intelectualismo presente nesta psicologia, fora preciso, da parte de Merleau-Ponty, recusar a aproximação entre ação e consciência tal como idealizada por Bergson. De acordo com Merleau-Ponty, em Bergson, a ação humana representa uma expressão mais refinada dos meios utilizados pelo vivente para alcançar seus fins, de modo que “no trabalho humano, na construção inteligente dos instrumentos, ele vê apenas outra maneira de atingir os fins que o instinto persegue por seu lado” (MERLEAU-PONTY,

---

<sup>61</sup>Adiante veremos como a questão da intersubjetividade assume um papel central na delimitação da diferença entre os comportamentos animais e humanos.

<sup>62</sup> “La perception commençante nous donne à penser l’émergence de significations humaines qui sont en droit inséparables du contenu sensible dans lequel elles s’incarnent: ce que l’enfant saisit avant la perception d’un matériau sonore et l’intellection d’un sens pur, c’est une intonation, un style, qui précède la distinction de l’expression et de l’exprimé”

2006a, 253). Dessa maneira, toda ação humana pode ser concebida, em última análise, como um refinamento da ação vital. Daí, a crítica de Merleau-Ponty:

Os atos propriamente humanos- o ato da palavra, do trabalho, o ato de se vestir, por exemplo- não têm significado próprio. São entendidos por referência às intenções da vida: a roupa é uma pelagem artificial, o instrumento substitui um órgão, a linguagem é um meio de adaptação ao 'sólido não organizado' (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.253-254)

Além de Bergson, vale referendar outro filósofo que apresenta uma interessante teoria acerca do problema homem/animal. Se em Bergson notamos uma inclinação rumo à vida, em Max Scheler, o acento é posto do lado do polo espiritual, marcador da diferença entre os comportamentos animais e humanos. Enquanto para Bergson o instinto e o impulso são as forças motrizes da vida, para Scheler, a noção de espírito delimita uma zona fronteira permanente em relação à ordem vital. É por meio deste conceito que o autor especifica a singularidade do vivente humano. Segundo Scheler (2008), é preciso rejeitar duas visões correntes acerca da questão antropológica. Primeiramente, deve-se refutar a teoria que considera que a diferença do ser-humano em relação aos outros viventes reside em caracteres como a inteligência e a liberdade de escolha. Para Scheler, estas distinções não produzem o efeito esperado, visto que não se estabelecem como diferenças essenciais. O segundo modo de pensamento, pautado pelos pressupostos evolucionistas, baseia-se na ideia de uma unidade entre o homem e o animal, um laço evolutivo que não permite ao homem distinguir-se do animal em natureza, mas apenas em grau. Scheler, por sua vez, descreve quatro princípios fundamentais que sinalizam a singularidade do vivente humano, sublinhando que o eixo central de sua reflexão é a questão do espírito. Vejamos, de modo breve, em que consistem tais argumentos:

1) O espírito é desprendimento: o humano é, necessariamente, abertura. O animal, ao contrário, está fadado a perceber biologicamente, por intermédio dos instintos e interesses vitais constituídos como demandas psicofisiológicas.

2) O espírito é objetividade: por ser abertura, o espírito relaciona-se com os objetos em seu ser-assim.

3) O espírito é concentração: apesar do animal possuir esquema corporal, ele está mergulhado extaticamente em seu meio, o que significa que ele não percebe objetos e, portanto, não se percebe percebendo. Surge disto que a capacidade de concentração,

inerente ao espírito, indica o surgimento de autoconsciência. A autoconsciência é o resultado do ato de concentração do espírito.

4) Por último, o ser-humano consegue perceber-se enquanto objeto. Daí, sua própria condição psicofisiológica tornar-se objeto de reflexão e apreensão do espírito. O animal ouve e vê, mas tais capacidades não são preenchidas por autoconsciência. A escuta, por exemplo, não adquire no homem apenas o sentido de captação sonora. Ela é fundamental enquanto objeto de compreensão do ser-humano para além de suas determinações biológicas. Nessa direção, o homem é capaz de criar uma psicologia, ou de exercer, através da escuta, um trabalho subjetivo que ultrapassa a utilização simplesmente fisiológica do aparelho auditivo.

São notáveis as semelhanças entre a teoria scheleriana do espírito e a noção de multiplicidade perspectiva em Merleau-Ponty. Em ambas as concepções, a superação de uma vida restrita às normas vitais se dá por intermédio de uma orientação rumo à idealidade. A seguinte passagem de Scheler remete-nos, quase literalmente, ao texto de Merleau-Ponty.

Um macaco a que se oferece uma banana meio-descascada foge dela, ao passo que a come quando está inteiramente pelada; e quando está intacta, ele próprio a descasca e, em seguida, come: para o animal, a coisa “banana” não se “alterou”, “transmutou-se” noutra. Falta aqui, evidentemente, ao animal um centro que lhe permita referir a uma só e mesma coisa objectiva concreta, a um núcleo idêntico de realidade, as funções psicofísicas da visão, da audição e da olfacção, e as realidades visíveis, audíveis, gustativas, olfactivas e palpáveis que nelas se apresentam (SCHELER, 2008, p.14)

Segundo Toadvine (2011), o projeto merleau-pontyano de reformulação das relações entre consciência e natureza situa-se a meio caminho entre as propostas de Bergson e Scheler. O programa d’*A estrutura do comportamento* consiste em integrar as dialéticas do espírito e da natureza, com o intuito de fundamentar uma “ontologia imanente da vida e da mente” (TOADVINE, 2011, p.86). Encontramos este fundamento unificante no conceito de forma. Reavaliando o fenômeno humano a partir da noção de forma, ou estrutura, o problema da exterioridade entre o agir e a consciência é substituído pelo aparecimento de uma comunhão, pela qual o humano não se desvincula da natureza, mas emerge, a partir dela, com uma estrutura original de comportamento. A nosso ver, esta atitude marca a ruptura entre as abordagens de Scheler e de Merleau-Ponty.

A preocupação em definir a ordem humana como estruturalmente diversa da ordem vital, conduz Merleau-Ponty, nos capítulos finais da obra, a conceituar as relações entre consciência e natureza a partir das novidades abertas pela atitude categorial, ou comportamento simbólico. Conforme comenta Buchanan (2008, p. 128), há uma alteração a ser notada: a preocupação com uma interpretação ontológica do organismo cede lugar a uma descrição dos modos de constituição do sentido para a consciência perceptiva. O que a percepção nos mostra, em relação aos vivos, é que “os comportamentos têm um sentido e dependem do significado vital das situações”<sup>63</sup> (MERLEAU-PONTY, 2006a, p.251). Contudo, a descrição da vida animal como uma “melodia”, cujo sentido é dado pela composição harmônica do todo, cede lugar a uma descrição preocupada com a percepção deste sentido. Tal mudança investigativa retira o foco de análise do organismo vivo para ressaltar que todo sentido está diretamente vinculado a uma consciência. Esta mudança de prioridade nos indica uma inclinação de Merleau-Ponty em direção à análise transcendental. Segundo esta, os diferentes universos de *Gestalten*, físicas e vitais, tornam-se correlatos da consciência perceptiva. A consciência passa a ser o “domínio que estrutura a manifestação de qualquer evento” (FERRAZ, 2012, p. 278). A seguinte citação torna visível a adesão à postura transcendental por parte de Merleau-Ponty:

Posto que as relações do sistema físico e das forças que agem sobre ele, as do ser vivo e de seu meio não são relações exteriores e cegas de realidades justapostas, mas relações dialéticas em que o efeito de cada ação parcial é determinado por seu significado para o conjunto, a ordem humana da consciência não aparece como uma terceira ordem justaposta às outras duas, mas como sua condição de possibilidade e seu fundamento (2006a, p.312).

Se, por um lado, Merleau-Ponty preconiza a categoria de significado como eixo para a descrição dos fenômenos vivos, visando, sobretudo, enaltecer a irreduzibilidade da experiência a fatores exteriores a ela mesma, tem-se que, em um movimento aparentemente contraditório, ao invés de levar adiante e desenvolver uma teoria acerca da estrutura de sentido imanente aos comportamentos vivos, Merleau-Ponty acaba por condicionar o sentido dos comportamentos aos poderes de organização perceptiva da consciência. Logo após referenciar Uexküll, afirmando que “todo

---

<sup>63</sup>É válido reiterar que este sentido não é redutível às determinações fisiológicas do comportamento. O comportamento não é uma soma de processos exteriores entre-si, que “acontece” no sistema nervoso. A ordem vital manifesta-se como “dialéticas encarnadas que se irradiam num meio que lhes é imanente” (2006a, p.251).

organismo é uma melodia que canta a si mesma”, Merleau-Ponty pondera: “Isso não quer dizer que ele conheça essa melodia e se esforce para realizá-la; significa apenas que é um conjunto significativo para uma consciência que o conhece, não uma coisa que repousa em si” (2006a, p.248).

Toda a dificuldade enfrentada por Merleau-Ponty reside nesse problema: como pode haver espaço para a compreensão de uma natureza *inumana*, que carrega consigo seu próprio sentido, no interior de uma filosofia que parte do princípio de que a ação e o olhar humanos ordenam expressivamente os dados perceptivos. (RAMOS, 2012, p. 116)

Trata-se, portanto, de apontar a incompatibilidade entre uma visão que descreva o sentido intrínseco à vida animal e uma perspectiva tributária das filosofias reflexivas, as quais pressupõem a consciência como polo organizador deste sentido. Entretanto, permanece um questionamento: a filiação de Merleau-Ponty a essa concepção de consciência transcendental é integral e inquestionável? De acordo com o autor: “A ideia de uma filosofia transcendental, ou seja, a da consciência como constituindo o universo diante dela e apreendendo os próprios objetos numa experiência externa indubitável, nos parece uma aquisição definitiva *como primeira fase de reflexão*” (2006a, p.332, grifos nossos). Eis uma primeira resposta à pergunta: a postura transcendental de Merleau-Ponty não segue a mesma direção do transcendentalismo neokantiano, por exemplo. As similaridades com o neokantismo ocorrem mais na forma de homonímia do que de identificação. De acordo com Ferraz (2012), é no segundo momento da reflexão de Merleau-Ponty que tais diferenças afloram. O trajeto argumentativo escolhido pelo filósofo rumo à atitude transcendental distancia-se dos princípios caros ao neokantismo à medida que a noção de *Gestalt* aborda a consciência como estrutura perceptiva e não como entidade intelectual. Esta variação é fundamental. A análise pautada pela ideia de forma preserva o sentido do fenômeno e o estabelece como intrínseco ao seu aparecimento material. Assim, a relação do organismo com seu mundo é prescrita por determinados valores funcionais. Por sua vez, o sentido do objeto em uma perspectiva neokantiana não é co-nascente à materialidade pelo qual este se mostra; pelo contrário, ele surge a partir das estruturas formais *a priori* da consciência.

Neste contexto de distinção entre a perspectiva neokantiana e a nova proposta transcendental de Merleau-Ponty, a noção de função simbólica, ou atitude categorial, demanda alguns esclarecimentos. Conforme assinala Bimbenet (2014), a tradição

herdada por Merleau-Ponty, com ênfase em Goldstein e Cassirer, mantém uma espécie de intelectualismo no tratamento do problema. Em Goldstein, o léxico da atitude categorial é o da oposição. Os experimentos realizados no campo das afasias evidenciam a presença de duas estruturas comportamentais. De um lado, observam-se atitudes “abstratas”, que indicam a capacidade de descentramento do próprio ponto de vista, o que significa estar apto a inserir-se em relações virtuais. O diálogo, o suicídio e o ato de apontar são exemplos de atitudes abstratas. É esta estrutura do comportamento que é modificada em casos de lesão cerebral. A lesão, como já vimos, causa uma reestruturação global do comportamento em direção a atitudes concretas - condutas restritas às situações atuais do organismo. Cassirer, por sua vez, concebe a função simbólica como uma faculdade de unificação do diverso sensível. Trata-se de uma ordenação do sensível amparada nas faculdades da razão. A via inaugurada por Merleau-Ponty permite desintelectualizar a questão da atitude simbólica, ao partir do fundo vital que anima a vida humana. O organismo não é uma máquina de perceber,

[...] o animal é este ser que não percebe estímulos isolados, mas sempre totalidades ou formas, e isto na medida em que ele é uma estrutura de comportamento, uma totalidade funcional fiel a si mesmo [...] as totalidades que percebe são a expressão da totalidade que ele é: ele somente pode perceber aquilo que ele antecipou a partir de si mesmo, investiu de suas próprias significações vitais (BIMBENET, 2014, p. 157)

Analisada sob a ótica da vida animal, a percepção humana revela-se, originariamente, como multiplicidade.<sup>64</sup> A categorização representa uma aquisição posterior. Mesmo no caso do animal, a suposição de um caos sensível que seria organizado pelo aparelho sensório-motor parece insuficiente. Para o animal não existe um caos de sensações que seria organizado, ou categorizado, “não existe para o animal diverso sensível neutro, não qualificado por seus interesses vitais ou de seu ponto de vista prático atual” (BIMBENET, 2014, p.158).

Sobressai-se do discurso merleau-pontyano uma noção de função simbólica que permite preservar a inerência da consciência a um passado vital, sem que seja necessário recorrer a uma definição cognitiva da função simbólica. Deste modo, ao evitar as alternativas propostas pelo intelectualismo, Merleau-Ponty tematiza a função simbólica

---

<sup>64</sup> “Na verdade, o ponto de vista animal nos ensina que a visada humana ou realista ‘da’ coisa significa a multiplicação do sentir muito mais que sua unificação” (BIMBENET, 2014, p.172).

como uma capacidade corporal, e não intelectual, de “variá, ao infinito, o aparecer de uma mesma coisa” (BIMBENET, 2014, p.157).

## **2ª Parte: A Atualidade d’A estrutura do comportamento**

Até o presente momento, nosso trabalho consistiu em elucidar a possibilidade de se pensar o comportamento animal em termos de intencionalidade vital na obra *A estrutura do comportamento*. A partir daqui, nos centraremos em explicitar a proficuidade e o desenvolvimento recente destas ideias, tanto no âmbito da filosofia como no terreno das ciências cognitivas. Na verdade, especificar a atualidade da obra, de modo a esclarecer o seu alcance frente a temas contemporâneos constitui um importante passo de aprofundamento e reconhecimento da originalidade do pensamento de Merleau-Ponty. De modo geral, a crítica filosófica relega *A estrutura do comportamento* a um lugar secundário na obra de Merleau-Ponty, se comparada a textos posteriores, como a *Fenomenologia da percepção* e o *Visível e o invisível*. Thompson (2007, p.66) nota isto e refere-se ao livro *A estrutura do comportamento* como um texto “subestimado” (*underestimated*). Smith (2007) observa que apesar de pouca atenção ser concedida para *A estrutura do comportamento*, deve-se reconhecer este livro como o antepassado necessário de importantes discussões levadas a cabo em obras posteriores.

A nosso ver, a variedade e a profundidade dos temas tratados fazem d’*A estrutura do comportamento* uma obra de riqueza inesgotável. Trataremos, nos tópicos seguintes, de enfatizar certos autores que recorreram a esta obra não apenas no intuito de destacar sua função histórica em relação aos outros livros do filósofo, mas, sobretudo, por reconhecer a importância dos temas ali contidos, cuja amplitude e densidade conceitual evidenciam seu potencial próprio.

Evidencia-se, por exemplo, uma retomada da filosofia merleau-pontyana no campo das ciências cognitivas. Uma das obras fundamentais deste movimento de retorno à Merleau-Ponty é o livro “*The embodied mind*”, publicado originalmente em 1991, por Francisco Varela e colaboradores. Evan Thompson, que participa do livro mencionado acima, possui um capítulo da sua obra intitulada “*Mind in life: biology, phenomenology and the sciences of mind*”, especialmente dedicado a *A estrutura do comportamento*.

No que concerne à esfera exegética da filosofia de Merleau-Ponty, a obra de Etienne Bimbenet “*Nature et humanite: Le problème anthropologique dans l’oeuvre de Merleau-Ponty*” mapeia detalhadamente as discussões contidas em *A estrutura do comportamento* a fim de situá-las em torno do eixo antropológico. Em um trabalho posterior, intitulado “*L’animal que je ne suis plus*” (“*O animal que não sou mais*”), Bimbenet (2014) propõe uma análise da diferença antropológica segundo uma perspectiva fenomenológica inspirada, principalmente, em Merleau-Ponty. É patente a influência d’*A estrutura do comportamento* na construção dessa fenomenologia da animalidade. Iniciemos nossas discussões pela fenomenologia de Bimbenet, encerrando nosso trabalho com uma exposição geral da influência de Merleau-Ponty no âmbito das ciências cognitivas.

## **2. A fenomenologia de Etienne Bimbenet**

A questão da diferença entre os comportamentos animais e humanos oscila entre dois polos principais: a verdade do fato evolutivo e o caráter de exceção humana imputado pelo humanismo. Assumir um destes princípios requer, evidentemente, a negação do outro. Há, nesse sentido, uma ambigüidade imanente ao tema da diferença antropológica. Como conciliar a evolução, o ponto de vista da nossa animalidade, com a ideia de que o fenômeno humano é essencialmente distinto da ordem vital?

De um lado, o naturalismo do fato evolutivo nos aparece como um argumento irrefutável, dada sua constatação empírica. A ciência do último século apresentou evidências que testemunham a favor da hipótese de uma continuidade inter-espécies. O discurso científico pressupõe, desde o nível genético até o aparecimento dos comportamentos sociais, uma diferença de grau e não de natureza entre a vida humana e a animal. De fato, a biologia molecular corrobora a tese da continuidade ao afirmar que os processos de transmissão de material genético são os mesmos, desde os organismos unicelulares até o ser humano. Nota-se que o discurso da continuidade também está presente no que diz respeito à análise das funções cognitivas. As ciências cognitivas afirmam que os fenômenos de recepção, armazenamento e processamento de informação são mais complexos nos seres-humanos do que nos animais, por conta de processos de refinamento cognitivo. Em última análise, os processos são os mesmos. Nessa medida, a própria sociabilidade humana tem seu fundamento primeiro em comportamentos mais primitivos, como os de cooperação, aliança e imitação. Por outro

lado, o humanismo acredita que do fato evolutivo origina-se uma existência de direito. Os seres-humanos reconhecem a seus congêneres uma empatia que é diferente da empatia para com os animais. A vida humana torna-se sacralizada, absoluta e, portanto, mais imponente. Ainda que se reconheça a necessidade de uma ética para com os animais, os valores atribuídos ao vivente animal não se equiparam àqueles estabelecidos para os seres-humanos.

É necessário encarar estas duas verdades: a absolutidade de nossa proveniência natural e, ao mesmo tempo, nossa distância irreduzível em relação ao animal.

Neste cenário, a obra de Etienne Bimbenet, “*O animal que não sou mais*”, emerge de maneira disruptiva frente ao naturalismo e ao humanismo. A tese sustentada pelo autor, assim como em grande parte da tradição fenomenológica, é a de que “o homem não é mais um animal” (BIMBENET, 2014, p.26). Esta tese afronta diretamente as narrativas naturalistas e humanistas, justamente na medida em que ela se estabelece na intersecção entre a verdade do fato evolutivo, evidência de nossa “proveniência natural”, e a constatação vivida de uma diferença superlativa entre os comportamentos humanos e animais. “Claro, o homem foi um animal, entretanto ele não o é mais. Ele está privado de sua origem animal, no sentido em que Heidegger dava a este termo: vivendo com ela, e, entretanto, sem ela” (BIMBENET, 2014, p.27). Lembremos do importante ensinamento de Merleau-Ponty: por meio do conceito de forma, o problema da diferença é liberado do substancialismo que justapunha matéria corporal e razão. Ora, como vimos ao longo de todo trabalho, ao se reconhecer a dimensão intencional que vivifica a percepção animal deve se renunciar a uma definição maquinal dos viventes não-humanos. Se os animais não são máquinas regidas pelas mesmas leis de outros sistemas físicos, o ser-humano tampouco é o resultado de um suporte corporal, “o lado animal”, acrescido de uma substância pensante, que viria a ser o caractere propriamente humano. Com efeito, o problema da diferença antropológica somente se liberta dos dualismos metafísicos (corpo/alma, sensível/inteligível) se entendermos que esta diferença é estrutural, e está vinculada à dimensão funcional da experiência perceptiva, ou seja, ao comportamento.

Se é possível constatar que *A estrutura do comportamento* ainda não é, propriamente, uma obra fenomenológica, *O animal que não sou mais*, por sua vez, pauta-se, explicitamente, na fenomenologia como método de análise da diferença<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup>A influência de Merleau-Ponty é decisiva e evidente no texto de Bimbenet (2014), sobretudo, porque o dispositivo conceitual utilizado para se balizar a comparação entre os comportamentos humanos e animais

Nota-se que a interpretação fenomenológica da animalidade não exclui a validade das hipóteses científicas, porém, a fenomenologia “visa um outro tipo de verdade” (BIMBENET, 2014, p.31). O que isto significa? De modo geral, assume-se, na fenomenologia, o ponto de vista em primeira pessoa, referente ao sujeito da experiência. Não é do interesse da fenomenologia explicar empiricamente os fenômenos, por mais que tais explicações sejam utilizadas para validar certas posições fenomenológicas.

[...] o ponto de vista que ela [a fenomenologia] adota não é aquele das ciências da natureza; ele não é o ponto de vista exterior da observação empírica e da análise causal. A fenomenologia aborda os mesmos fenômenos, mas a partir do si mesmo, não descrevendo o que qualquer um poderia constatar e discutir, mas sobretudo que somente eu posso fazer a experiência (BIMBENET, 2014, p.31)

O que implica, nesse sentido, uma fenomenologia da animalidade?

O animal modula seu ambiente conforme suas capacidades orgânicas e suas normas vitais, de modo que o meio não se limita ao conjunto de estimulações físicas que circundam o organismo. Apesar do ambiente geográfico (*Umgebung*) representar a totalidade do entorno, ele não representa o meio comportamental do animal. O vivente possui a peculiar característica de selecionar, entre todos os estímulos presentes, aqueles que de alguma forma “contam” para si. Assim, a vida animal interpela apenas aquilo que já fora antecipado por suas normas próprias. “Viver, para um animal, é viver no meio de seu meio, no centro de um círculo polarizado pelas suas necessidades” (BIMBENET, 2014, p.103).<sup>66</sup> A centralização do ambiente constitui, nessa medida, a essência mesma do viver animal.

Se existe efetivamente uma característica que pertença irreduzivelmente ao vivente e que o defina de maneira própria é a de ser si mesmo o sujeito de sua vida. Um vivente é um centro de perspectiva, um ser a quem acontecem coisas e que se sente preocupado pelo que lhe acontece. Um vivente está, por definição, no centro de sua vida (BIMBENET, 2014, p.33).

---

é, precisamente, o conceito de perspectivismo. O interesse da fenomenologia por essa questão é compreender o que significa, eideticamente, perceber o mundo como animal e como ser-humano. Em outras palavras, a fenomenologia de Bimbenet ocupa-se em delimitar as características das intencionalidades animal e humana.

<sup>66</sup>Esta seletividade atuante no interior da percepção animal proporciona, segundo Bimbenet (2014), uma eficácia comportamental. Quanto maior for o grau de determinação da ação segundo fatores específicos – térmicos, dinâmicos, olfativos- menor será a riqueza dos comportamentos. “O animal é um ser seguro; ele somente percebe sobre o que ele pode agir, seu ambiente é conjunto de coisas que interessam sua ação” (BIMBENET, 2014, p. 104).

Exploremos a fenomenologia da animalidade proposta por Bimbenet com base em dois pressupostos: “somente existe subjetividade animal, o animal é o único verdadeiro sujeito” (BIMBENET, 2014, p.103), e “o ponto de vista do animal é um ponto de vista absoluto, o único e verdadeiro perspectivismo” (BIMBENET, 2014,p.107). O emprego do termo ”subjetividade” tem o propósito de destacar que a vida animal não é nada além desta atuação constante e seletiva, que faz emergir um meio próprio a partir de significações vitais precisas. Neste ponto, a essência prática da intencionalidade torna-se clara, pois não se trata, indica Bimbenet, de intelectualizar a interação organismo/ambiente. Além disso, se a noção de subjetividade pode remeter ao aspecto cognoscente do viver animal, segundo um outro viés, pode-se objetar que o uso do termo “sujeito” demarca uma zona fronteira, porém intocável, entre aquilo que é interior e exterior, implicando uma forma de isolamento, pela qual o animal estaria fadado a um ciclo de autoafetação fechado em-si.

A noção de subjetividade proposta por Bimbenet não circula por nenhuma das definições anteriores. Entendida segundo o prisma da intencionalidade, a subjetividade animal aparece como um movimento que se efetiva “na e através de sua relação intencional a um meio, ela não é nada mais nem nada menos, em todo rigor, que esta própria relação, uma totalização ativa do ambiente que coincide com a totalização de si mesmo” (BIMBENET, 2014, p. 105). Em consonância com Goldstein, Bimbenet sublinha que a atividade dos organismos é inteiramente pautada pela busca em atualizar sua essência, ou seja, manter ativos e ótimos os fatores que possibilitam uma ação eficaz. A atividade não se realiza apenas de acordo com as regras internas de manutenção da existência corporal, mas, principalmente, toda ação expressa um movimento global do organismo para conservar sua essência. Esta “autoafirmação de uma essência” (BIMBENET, 2014, p.106), diferente das condutas de sobrevivência, não busca isolar-se das perturbações externas, pelo contrário, almeja um posicionamento ativo perante elas. Por isto Bimbenet se refere a esta atualização da essência como “autoafirmação de si”.

Esta antecipação, com respeito ao seu entorno, disso que convém ao organismo, esta prefiguração do ambiente em função de suas necessidades, esta decisão essencial de unicamente perceber o próprio a si mesmo, definem então exatamente a subjetividade animal- o ‘si’ da autoafirmação de si (BIMBENET, 2014, p.106).

A interpretação da percepção animal em um registro intencional atesta que o ambiente comportamental não é idêntico ao ambiente físico. Por mais que o último contenha o primeiro, compondo-se como fundo sob o qual é possível um meio específico aparecer, observa-se que, na linha de uma fenomenologia da animalidade, o campo do aparecimento não é o conjunto das excitações físicas que atingem o organismo, e sim, é um campo fenomenal radicalmente subjetivado por este. Contra essa objetivação do aparecer, disseminada pela reflexologia e pelo vitalismo, por exemplo, Bimbenet resgata a análise estrutural posta em movimento por Merleau-Ponty em sua primeira obra. Conforme explicitamos, sobretudo no capítulo anterior, a noção de ordem descreve as diferentes modalidades dos fenômenos – físicos, vitais, e simbólicos- preservando a originalidade inerente a cada estrutura. Com isto em mente, o empreendimento fenomenológico almeja descrever a vida como uma perspectiva original sobre o mundo.<sup>67</sup>

Se por um lado a noção de subjetividade abre a via de uma descrição da experiência vivente a partir de si, por outro, é necessário, ainda, que esta subjetividade seja definida sob a insígnia do perspectivismo. Presente n’*A estrutura do comportamento* pelo viés da multiplicidade perspectiva humana, o tema do perspectivismo é fundamental para Bimbenet. Ele permite à fenomenologia inscrever-se no debate como um ponto de vista original e inovador. Por isso, todo problema da diferença é analisado, por Bimbenet, a partir da noção de perspectiva. Nesse sentido, a vida animal também é uma perspectiva – absoluta e única. Isto significa que o animal somente é o seu próprio ponto de vista. Por isso, a subjetivação do meio, por parte do animal, é radical, pois ela ocorre sob o comando dos *a priori* funcionais do organismo.

[o animal] percebe perspectivamente, se entendermos com esta expressão um perspectivismo radical ou radicalmente unívoco. A percepção animal está destinada a uma perspectiva funcional que constitui sua origem focal; aquilo que ela apreende no exterior obedece a uma norma interna que prescreve seu sentido antecipadamente. (BIMBENET, 2014, p.157-158)

Em contrapartida, o objetivismo científico frustra o perspectivismo animal ao ancorar-se no pressuposto de um mundo previamente determinado. Sob este princípio, a idealização ativa do mundo, por parte do animal, perde seu sentido. “Idealizar significa aqui: relativizar tudo aquilo que é, nada perceber fora disso que eu mesmo aí coloquei”

<sup>67</sup> “A fenomenologia salienta a ‘visada’ do mundo, o ato subjetivo através do qual o mundo nos aparece” (BIMBENET, 2014, p.113).

(BIMBENET, 2014, p.106). Tal idealização só pode nos dizer de uma vida intencional se buscarmos descrevê-la como uma perspectiva, ou um ponto de vista sobre o mundo. Ademais, a explicação do conhecimento animal como um modo de exploração de um mundo objetivo, previamente suposto, incorre em uma espécie de antropomorfismo, validado pela ideia de que os recursos cognitivos do organismo desvelam o mundo tal como ele é, em sua objetividade. Inversamente, a noção de perspectivismo visa descrever o “conhecimento” animal como um ato de ordem prática, e não cognitiva. Conforme explica Bimbenet, “a inteligência animal se realiza na própria percepção muito mais como uma certa sagacidade do olhar do que como um exercício de reflexão” (2014, p.132).

A etologia cognitiva ocupa-se, especialmente, em fornecer um modelo da percepção animal calcado na cognição humana. O princípio básico assumido por esta disciplina é o de que as diferenças que separam a cognição animal da cognição humana são diferenças de grau, e não de natureza. Pressupõe-se, deste modo, uma linha contínua, sem rupturas, que iria dos animais aos seres humanos, de modo que, nestes últimos, haveria um refinamento complexo das funções cognitivas. Certos autores, tais como Proust (2000), defendem a ideia de que determinadas espécies animais possuem capacidades representativas. As representações são indicadores que podem ser tanto naturais quanto convencionais. Um indicador está necessariamente atrelado a uma cadeia causal de acontecimentos. O fogo produz fumaça e a fumaça indica fogo (PROUST, 1995, p. 276). Isto equivale a afirmar que a capacidade do animal de receber, processar e estocar informação assemelha-se à nossa. Nesta lógica, através da capacidade de representar, ou seja, acessar determinados conteúdos mentais, o animal ajusta sua ação dentro dos parâmetros da informação representada e da informação atualmente recebida, ou de forma mais geral, dos conteúdos internos em face dos conteúdos externos. Esta aptidão, própria dos “vivos cognitivos” (PROUST, 2000), em projetar no exterior informações internas é o que os etologistas chamam de intencionalidade. Levando em consideração esta definição de intencionalidade em termos representacionais, devemos nos questionar acerca dos limites e das ambigüidades contidas na proposta de se pensar uma “intencionalidade vital.”

Ao tratarmos da intencionalidade vital como a aptidão fundamental aos vivos de constituir um mundo próprio, selecionado de acordo com as demandas próprias do organismo, não estaríamos fadados a um gênero de representacionalismo, tal como disseminado pela etologia cognitiva? Essas normas, ou significações vitais, às quais nos

referimos ao longo de todo este trabalho, não seriam, em última instância, representações mentais articuladas em *outputs* motores? De que maneira tratar a intencionalidade vivente permanecendo fiel à realidade biológica do organismo?

Uma das vias utilizadas por Bimbenet (2014) para escapar ao representacionalismo e permanecer fiel à realidade biológica refere-se ao paradigma da *Gestalt*, o qual possibilita delimitar o problema do sentido a partir de uma perspectiva biológica e não cognitiva, sem recorrer ao conceito de representação e, sem desviar do propósito fenomenológico de descrever o caráter intencional da relação sujeito/mundo. Duas propriedades da forma assumem um papel fundamental na descrição da ação vital. Primeiramente, segundo a Psicologia da *Gestalt*, todo dado perceptivo se configura como relação figura-fundo. Aplicando este princípio ao âmbito da atividade vivente, tem-se que determinados estímulos destacam-se como figuras - objetos em primeiro plano- de acordo com as normas vitais do organismo, enquanto outros estímulos “preenchem” o fundo do campo sensorial, sem, no entanto, serem notados enquanto sinais. O dado percebido é selecionado como prioridade de acordo com as demandas vitais do animal. “A extração de uma figura a partir do fundo, em primeiro lugar, expressa diretamente o trabalho de seleção da tendência” (BIMBENET, 2014, p.135). Por exemplo, um animal que está com fome irá, momentaneamente, “recalcar” outros comportamentos que não estejam vinculados a essa tarefa específica. No animal, a perspectiva é “radicalizada” em torno de um valor funcional singular e, nessa medida, este “perspectivismo radical” pode ser definido como uma centralização subjetiva que polariza a universalidade do mundo transformando-o em uma particularidade pura. Os processos de figura-fundo representam um gênero de “recalcamento” originário, que funda a dialética vital do organismo com seu meio. A percepção animal se configura como uma dimensão essencialmente vital, isto é, ligada a problemas de ordem prática estabelecidos na intersecção entre as normas internas do organismo e as propostas do ambiente. A intencionalidade vital, em detrimento da intencionalidade representativa, deve ser entendida aqui como um gênero de concernimento prático e ativo que o animal possui de seu ambiente. Analogamente, encontramos este nível eminentemente prático de orientação em vários âmbitos da atividade humana, como nos esportes, por exemplo. O jogador de futebol orienta-se espacialmente através de certas direções do campo – o gol, a lateral- que não são lhe dadas como representações mentais, mas como linhas de força que norteiam suas ações. Segundo Merleau-Ponty:

O campo não lhe é dado, mas está presente para ele como o termo imanente de suas intenções práticas; ele e o jogador são um só corpo e o jogador sente, por exemplo, a direção do gol tão imediatamente quanto a vertical e a horizontal de seu próprio corpo. Não bastaria dizer que a consciência habita esse meio. Ela nada mais é, nesse momento, que a dialética do meio e da ação. (2006a, p.263)

A segunda propriedade da forma refere-se ao seu caráter de generalidade e transponibilidade. No capítulo anterior vimos que, para Merleau-Ponty, a aprendizagem não é equivalente à repetição mecânica do que fora aprendido, pelo contrário, é a capacidade de adaptar diferentes soluções, ou ações, a situações comuns. Esta “transponibilidade” das formas aprendidas é vista, por exemplo, quando escrevemos em um quadro-negro. Por mais que os grupos musculares requeridos sejam diferentes de quando escrevemos em um papel, mantemos uma forma geral da nossa caligrafia. No caso do animal, sublinha Bimbenet (2014), a aprendizagem está vinculada à satisfação de uma necessidade específica. Nesse sentido, o reconhecimento de formas gerais, ou típicas, está relacionado com os *a priori* funcionais do organismo.

Sob outro ângulo, a psicologia cognitiva entende que esta “generalização” presente na percepção animal refere-se a uma espécie de “inteligência do ambiente”. Para essa vertente, o ápice da aprendizagem animal consiste na capacidade do organismo em categorizar, ou generalizar os dados percebidos. A categorização, ou a classificação, diz respeito à aptidão em subsumir as informações extraídas em categorias, ou conceitos, que proporcionam um mapa ambiental para o organismo. No entanto, segundo Bimbenet (2014), a generalização do conhecimento representa o primeiro passo da interação do organismo em seu meio, e não seu auge. A categoria não é posterior à percepção, pois todo percepto notado pelo animal já é assentado em uma significação funcional: comer, caçar, reproduzir-se. A seletividade, ou a abstração do dado, acompanha a generalização. Por isso, a generalização não consiste em uma fase final, em um ganho cognitivo, mas a categorização animal está em estreita correlação com os valores funcionais atribuídos aos seus objetos de interesse. Isto significa que “a categoria ou o conceito se confunde simplesmente com os objetos que a instanciam” (BIMBENET, 2014, p.132). A possibilidade de perceber “formas típicas”, ou gerais, é anterior à individualização dos dados percebidos. Nessa medida, o ambiente é organizado, desde o princípio, em função de normas específicas. “

É preciso interpretar de outra maneira esta generalidade: não como um tema abrindo a conduta a diferentes variações, mas, sobretudo, como o recalçamento ativo destas variações, a subsunção forçada do diverso na unidade imperiosa de uma estrutura de comportamento (BIMBENET, 2014, 136).

Embasando-se nestas duas características da forma- a composição figura-fundo e a generalização do dado- Bimbenet direciona-se a uma descrição da percepção animal como um fenômeno biológico. A ênfase recai nos processos de seleção e abstração dos dados sensíveis, explicados a partir de uma ação orientada por normas vitais. Nota-se, contudo, que a dimensão biológica não deve ser confundida com uma teoria fisiológica da percepção. Com o intuito de evitar o fisicalismo da Psicologia da *Gestalt*, uma alternativa é recorrer à Goldstein, o qual concebe a constituição da “boa forma” como uma atividade integrada do organismo, ou ainda, como a “tendência ao comportamento privilegiado” (GOLDSTEIN, 1983, p.410).

Compreendida como a busca por uma otimização comportamental, a perspectiva do animal obedece a este jogo de abstração e generalidade- o animal “recalca” tudo aquilo que não corresponde às determinações da necessidade e, ao mesmo tempo, o dado é percebido como generalidade, isto é, como indicador dos aspectos procurados pela norma vital. Uma tal redefinição da ação vital, realizada sob a ótica do perspectivismo, acarreta uma reformulação da própria ideia de intencionalidade. Trata-se de uma “intencionalidade pura” (BIMBENET, 2014, p.168), à medida que o visado delimita-se como aquilo que fora investido de significação vital.

O ponto de vista do animal é aquilo que torna visível: ao mesmo tempo, torna algo paupável, isto é, institui ativamente um ambiente, e vê, isto é, recebe passivamente as informações que lhe concernem. O pacto que um organismo assina com o seu entorno para dele fazer um ambiente funciona em mão dupla: o animal é inteiramente criador, ele somente perceberá aquilo que ele ‘quiser’ realmente perceber em função de suas necessidades; mas, ao mesmo tempo, este ambiente é encontrado pelo animal como existindo independentemente dele [...] Um vivente percebe as coisas que são, ao mesmo tempo (e todo problema está aí) para ele, sob a forma de capacidades práticas das quais ele decidiu o sentido e o valor e, fora dele, como recursos efetivos pertencentes ao mundo físico (BIMBENET, 2014, p.146)

Para que se compreenda a perspectiva como o núcleo da vida intencional, é preciso ultrapassar uma visão restritiva do perspectivismo. Em outras palavras, não se trata de entender a perspectiva apenas como o local individual ocupado por um

organismo – seu *situs*. Se assim fosse, a perspectiva, ao invés de ser a abertura ao mundo, seria justamente aquilo que limitaria o animal dentro de certas determinações restritivas. Por isso “falar de um perspectivismo animal não é simplesmente dizer que um animal é designado a um *situs* (perceptivo e funcional)” (BIMBENET, 2014, p.146). Se o animal polariza o mundo de maneira radical é porque este vínculo intencional é primordial, nasce com a história da vida e forma com ela um verdadeiro pacto.

Bimbenet sugere que a própria noção de perspectivismo seja delimitada a partir da subjetividade animal.

É preciso ser um vivente para ver uma coisa sob um certo aspecto, na medida em que ser um vivente consiste precisamente em fazer aparecer aquilo que é a partir de um ponto de vista funcional e desde um certo interesse vital; a vida tal como nós a definimos confunde-se com o que, talvez mais claramente agora, assume a expressão de um perspectivismo (BIMBENET, 2014, p.139)

### *2.1. Heidegger e o animal privado-de-mundo*

Dentre os autores da tradição fenomenológica identificam-se algumas variações significativas no tratamento das diferenças entre seres-humanos e animais. Enquanto Bimbenet e Merleau-Ponty partilham da problematização e da necessidade de frisar o lastro vital da consciência, outros autores, como Heidegger, estão mais interessados em abordar a nossa compreensão da animalidade, expressa como uma “ ‘pré-compreensão’ [da animalidade] que precede sua retomada em uma ciência ou visão do mundo” (BIMBENET, 2014, p.93).

Para Heidegger, a compreensão de nossa relação com a natureza permite três avaliações: “a pedra é sem mundo; a animalidade é pobre de mundo; o homem é configurador de mundo”(HEIDEGGER, 2011, p. 94). A pressuposição de que “o animal é pobre de mundo” deve ser considerada como uma enunciação essencial acerca da animalidade. Assim, tal pressuposto não deve ser entendido em seu sentido zoológico, mas apreendido como tese metafísica. O que significa, portanto, estabelecer que o animal é pobre de mundo? Qual o sentido do termo “pobreza”, para Heidegger? Frisamos que não se trata do uso comum dado ao termo. Aqui, a pobreza não designa, simplesmente, uma gradação pejorativa, como se o animal “fosse” menos. De fato, a pobreza indica que o animal possui menos, mas, trata-se antes de uma acessibilidade restrita aos entes, do que propriamente de uma privação biológica. Em outras palavras,

os termos “pobre-de-mundo” e “configurador-de-mundo” qualificam determinados graus de acesso ao mundo. O mundo, por sua vez, é definido por Heidegger como o conjunto de entes acessíveis, cuja acessibilidade apresenta uma abrangência e profundidade variáveis. Heidegger confere um estatuto ontológico aos seres vivos. Não está em questão, portanto, a caracterização da vida mental, dos estados conscientes, desejos, crenças e pensamentos. Ao invés de partir dos aspectos da vida mental, Heidegger preocupa-se com as relações que os seres vivos estabelecem com seu meio a partir de seu comportamento

O mundo das abelhas é limitado a uma determinada região e fixo em sua abrangência. No que concerne ao mundo dos sapos, ao mundo dos pintassilgos existe uma correspondência. Porém, o mundo de todo e qualquer animal não é apenas restrito em sua abrangência, mas também no modo de penetração no que é acessível ao animal. As abelhas trabalhadoras conhecem as flores que visitam, sua cor e aroma, mas não conhecem os estames destas flores *enquanto* estames (HEIDEGGER, 2011, p.249)

O filósofo alemão não pretende escalonar a natureza nos moldes preferidos pelas ciências naturais. Isto porque, ao abordar a questão de nossa relação com a animalidade, o autor não tem a intenção de ofertar uma solução em termos de uma metodologia empírica; trata-se, isto sim, de delimitar o tema a partir de uma “pré-compreensão vivida”, expressão primeira de nossa relação com o animal (HEIDEGGER, 2011, p.94). Posto desta forma, em primeira instância, o problema de nossa relação com o animal aparece primordialmente revestido de ambigüidade. Ao mesmo tempo em que o animal nos é dado como um ente familiar, que nos acompanha, nos cerca e participa de nossas vidas, é preciso reconhecer que a absolutidade do mundo humano, a transformação de toda particularidade em universal, a crença na partilha “do” mundo, como o único para todos, esconde a singularidade da vida animal. Assim, vivemos espontaneamente o mundo como um “aí” universal para todos os viventes. Entretanto, mediante um recuo reflexivo percebemos que:

o animal nunca percebe mais que aquilo que convém às suas necessidades, que “o” mundo não é nunca mais que o “seu” mundo, isso que Heidegger chama, na sequência de Uexküll, seu ‘ambiente de comportamento’ (*Umwelt*: o mundo que literalmente ‘cerca’, ‘rodeia’ o vivente, o mundo aberto pelo ‘círculo’ de suas pulsões específicas, configurado ou relativizado pelas características constitutivas de sua espécie) (BIMBENET, 2014,p.95)

Encontramo-nos, então, em face de uma contradição, mais do que de uma ambigüidade. Na ingenuidade espontânea do viver consideramos o animal como um companheiro, que compartilha e vive em um mundo comum, mas a reflexão nos revela, por outro lado, que uma distância significativa separa nossos mundos. Com efeito, a noção de privação apresenta-se mais como essa experiência contraditória da animalidade, do que como uma definição meramente restritiva do viver animal.<sup>68</sup>

Para além de uma descrição da privação como acontecimento ontológico, de acordo com Bimbenet, é preciso inverter os termos da analítica Heideggeriana a fim de compreender a aparição como um acontecimento antropológico. Enquanto Heidegger posicionava o ser humano como ponto de partida, Bimbenet, assim como Merleau-Ponty, define o humano como o ponto de chegada. Isto significa analisar a humanidade sob o pano de fundo vital do animal.

## *2.2 A lógica do múltiplo e a questão da intersubjetividade*

A perspectiva do animal é radical, isto é, ela está inteiramente mergulhada na unidade da norma. A lógica que a preside é a da unificação do sentido. Por isto, ao remetermo-nos à percepção animal utilizamos, no decorrer do trabalho, verbos como “polarizar”, “moldar”, “investir”. O animal-sujeito de Bimbenet é o ser de uma perspectiva eminentemente funcional, tributária das significações vitais do organismo e, limitada ao seu próprio ponto de vista. Ao avaliar o tema da diferença antropológica sob o viés do perspectivismo nos deparamos, novamente, com o conceito de multiplicidade perspectiva. A referência a Merleau-Ponty ocupa, nesse sentido, um lugar central na obra de Bimbenet. Este último dá seguimento ao programa merleau-pontyano de compreender as relações entre a consciência e a natureza partindo “de baixo”.

Por meio de uma guinada arqueológica, o perspectivismo torna-se uma questão ontológica, que nos revela a origem vital da percepção humana. O sentir animal nos coloca frente a uma intencionalidade inteiramente polarizada por normas específicas. No entanto, se partimos da percepção animal é para, justamente, sublinhar que a percepção humana se configura segundo uma “lógica do múltiplo” (BIMBENET,

---

<sup>68</sup>Bimbenet (2014) se refere à privação do seguinte modo: “o mundo dado espontaneamente ao animal em um mesmo movimento lhe é interdito; o animal é literalmente o interdito, aquele que ia falar e tomar uma parte em nossas vidas, mas que eternamente se cala e permanece em seu limiar (BIMBENET, 2014, p.97).

2014). Mesmo nos comportamentos dos símios antropóides, nossos parentes mais próximos, a relação com o objeto é mediada de acordo com esquemas funcionais delimitados. O objeto é investido pelo animal de uma significação funcional clara. Daí a dificuldade do animal em perceber que o mesmo objeto possui funções distintas. A seu modo, a visão humana é essencialmente plural, isto é, ela traz em si a possibilidade de perceber a mesma coisa sob diferentes aspectos. Não somente isso, pois o infinito leque de variações perspectivas permite nosso momentâneo desprendimento em direção a outrem. A percepção da criança nos oferece indícios de uma visada que é, necessariamente, intersubjetiva. “A criança que sabe indicar com o dedo [...] na verdade já conquistou o essencial de uma ‘razão humana’, esse espaço plural onde os diferentes aspectos das coisas corrigem-se uns aos outros” (BIMBENET, 2014, p.162). Quando dissemos que a noção de perspectiva não deve apenas indicar o espaço individual propriamente dito, é porque a percepção humana se constitui como a instauração de um campo intersubjetivo. O diálogo, por exemplo, representa bem este movimento de alternância perspectiva. Isto não implica que sejamos um ponto de vista desencarnado, passível de flutuar sobre o mundo e dele possuir um olhar de sobrevôo. Nessa medida, já dissemos, é notável que a questão da função simbólica seja explorada por Merleau-Ponty a partir da ênfase em nossa capacidade corporal, e não intelectual, de relação com o mundo. O conceito de multiplicidade perspectiva não representa o desenlace total do sujeito em relação ao seu ponto de vista, pelo contrário, ele frustra o olhar de sobrevôo ao encarnar a percepção como uma experiência intersubjetiva primordial. É por isso que Bimbenet (2014) afirma que “o vivente humano pode *mais ou menos* desprender-se de si mesmo ou *mais ou menos* se descentrar na direção de seus congêneres” (p.15). O perspectivismo humano nos impele a avaliar o problema da diferença antropológica no terreno da intersubjetividade.

### 2.2.1. A atenção conjunta

A multiplicidade perspectiva, operante no seio da percepção humana, nos remete, via direta, ao problema da constituição de um mundo comum. Em oposição à subjetivação radical do animal – a particularização de seu ambiente- o perspectivismo humano nos oferece a chave de nossa crença na absolutidade do mundo, na medida em que a visada humana constitui-se, primordialmente, como intencionalidade compartilhada (BIMBENET, 2014). “Nós somos espontaneamente realistas porque o ser é, para nós, uma contribuição de todos” (BIMBENET, 2014, p.244).

Todo um campo teórico-experimental, que circunscreve desde a psicologia do desenvolvimento até as neurociências, encontra na percepção infantil as raízes para a compreensão de nossa intersubjetividade. Um dos objetivos desses estudos em “cognição social” consiste em delimitar um fenômeno, já observado em crianças com menos de um ano, denominado “atenção conjunta”. De modo geral, esta expressão diz respeito ao aspecto triádico das relações humanas, caracterizado pelo compartilhamento da atenção com outrem em torno de um mesmo núcleo comum. Até os seis meses de idade, a criança alterna sua atenção entre os corpos humanos e os objetos sem, contudo, formar uma relação triádica. O outrem humano e os objetos físicos não convergem, nesse sentido, para um mesmo cenário de ação. Nesse período, a criança não “conta” com o adulto como um ser capaz, por exemplo, de alcançar um objeto que se encontra distante dela. A percepção do objeto e a percepção do outro formam dois momentos distintos. A partir dos seis meses de idade, a percepção do objeto é integrada em seu contexto social. Conforme explica Bimbenet, a questão central da atenção conjunta não se resume apenas ao fato de *ver* a mesma coisa que outrem e, sim, de *saber* que o outro também percebe o mesmo objeto. Ao indicarmos algo para alguém, ou ao tecermos comentários verbais sobre alguma coisa, situamo-nos em um contexto social onde o outro está incluso como agente intencional. “Agentes intencionais são seres animados que tem objetivos e que fazem escolhas ativas entre os meios comportamentais disponíveis para atingir aqueles objetivos” (TOMASELLO, 2003, p. 94, *apud* VERISSIMO, 2014, p. 567)<sup>69</sup>.

Bimbenet (2014) confere um lugar de destaque às publicações do psicólogo Michel Tomasello, dada suas contribuições à compreensão do fenômeno segundo um ponto de vista social-cognitivo. Para este autor, a atenção conjunta se define como uma “identificação precoce ao outro” (BIMBENET, 2014, p.247), que é refinada posteriormente através da aquisição do raciocínio instrumental, por volta dos nove meses de idade. Assim delimitada, a atenção conjunta aparece na criança humana como uma capacidade prática, que se manifesta, também, como a partilha dos atos de perceber a mesma coisa.

No nível da antropogênese, o reconhecimento do outro humano constitui a base para o surgimento dos fenômenos sociais. Em termos evolutivos, o período de seis milhões de anos que nos separam dos grandes símios não é suficiente para explicar a

---

<sup>69</sup>TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

amplitude das mudanças cognitivas e sociais, referentes à técnica humana. A passagem da fabricação de ferramentas à técnica industrial moderna representa um período relativamente curto na história da vida. Segundo Bimbenet (2014), em conformidade com Tomasello, somente um fator explica a velocidade e profundidade destas mudanças: a transmissão cultural. Mesmo que tal nível de comunicação seja encontrado nos animais, ele se manifesta como performances individuais que não são transmitidas para a continuidade da espécie. No caso dos seres-humanos, a transmissão cultural é acumulativa. O reconhecimento do outro como agente intencional é o fundamento necessário para a transmissão de comportamentos sociais, como os de cooperação e imitação. “Uma diferença biológica mínima, pois única- no caso, a capacidade de identificação ao congênere-, basta para produzir os máximos efeitos do lado não mais biológico, mas da sociogênese e da acumulação cultural” (BIMBENET, 2014, p.249). Nessa medida, a temporalidade que rege a evolução humana não se constitui apenas no terreno da evolução natural; trata-se de uma temporalidade histórica e cultural.

A exclusividade da atenção conjunta nos seres-humanos e, logo, sua importância como critério hominizante, é questionável se analisarmos os comportamentos sociais dos grandes símios. Desde uma estruturação sensório-motora semelhante a nossa, esses animais exibem uma gama variada de condutas sociais. A etologia e a primatologia do último século mostram que os primatas não-humanos apresentam complexas estruturas relacionais, presentes desde a percepção do mundo físico, como a capacidade de categorizar objetos, até o surgimento de condutas “políticas”. Os grandes símios formam alianças, resolvem problemas juntos, desenvolvem uma lógica de sociabilidade fundada na cooperação ou na dominação. Nesse quadro, tanto no que concerne à inteligência prática, quanto no que tange às capacidades sociais, o mundo dos grandes símios não parece tão distante do nosso. Em tom discordante, para Bimbenet (2014) é preciso situar a atenção conjunta na intersecção entre estas duas ordens, a percepção de objetos físicos e a percepção social. Esta proposta, calcada em uma análise estrutural, considera que enquanto estes tipos de inteligência não forem reciprocamente a expressão um do outro, a atenção conjunta permanecerá um fenômeno idêntico ao longo da escala evolutiva.

Enquanto as duas séries da inteligência material e da inteligência social permanecerem paralelas, enquanto o domínio físico não for visado a partir do domínio social e que inversamente o grupo não seja vivido como um conjunto de espíritos voltados na direção do mesmo

mundo, em suma, enquanto se permanece no interior de relações diádicas, tão complexas sejam elas, não nos aproximamos do acontecimento hominizante (BIMBENET, 2014,p. 252).

Nesse sentido, ainda que sejam observados comportamentos de imitação ou de cooperação, a acumulação cultural demonstra-se um fenômeno raro. Segundo Bimbenet (2014), a postura da etologia frente a tais acontecimentos é generalizar as performances individuais transformando-as em características inerentes a toda espécie. Assim, o surgimento de um “comportamento surpreendente” assume dimensões estatísticas que não são comprovadas em todos os membros da espécie. Lembremo-nos dos experimentos de Pavlov. Vimos que as reações dos animais a estímulos artificiais não representam seus comportamentos em habitat natural. Os cães forçados a reagir a excitações individuais respondiam defensivamente ou, ainda, eram acometidos de verdadeiras “neuroses”. A partir destes dados experimentais, Pavlov buscava fornecer as leis gerais do funcionamento nervoso. No entanto, as condutas observadas em laboratório não nos fornecem os traços essenciais da realidade biológica do organismo, justamente, porque são condutas artificiais. Analogamente, animais que foram criados em ambientes humanos apresentam comportamentos que não são típicos de sua espécie. A questão, de acordo com Bimbenet, é que a generalização de tais constatações não representa uma herança filogenética, herdada da evolução da espécie. Ocorre que, para além do “comportamento em si”, é preciso considerar qual função e, em qual contexto, presencia-se o aparecimento de determinado comportamento. “Um *pointing* [ato de apontar] pode ser simplesmente ‘imperativo’, como é o caso nos chimpanzés ou nos gorilas, sem ser ‘declarativo’, como constatamos na criança a partir de doze meses” (BIMBENET, 2014, p. 254).

Os comportamentos sociais primitivos, as condutas de imitação e cooperação, exigem que o observador desprenda-se de seu ponto de vista dirigindo-se ao comportamento de outrem. Não é tanto a finalidade da tarefa realizada que está em questão, mas, na imitação, por exemplo, trata-se de captar a “lógica própria” das condutas de outrem. No caso dos chimpanzés, entretanto, os comportamentos de seus companheiros lhe são dados muito mais como ocasiões que estimulam a percepção de determinado objeto, do que como “comportamentos a serem imitados”. Isto significa que a conduta alheia lhe serve apenas no sentido de reforçar determinado conjunto de estímulos. A atenção ao congênere não está no centro da aprendizagem, o que a torna uma aprendizagem “falsamente social” (BIMBENET, 2014, p.257). “O macaco observa

um outro comendo cocos: o espetáculo dos cocos ao pé das árvores é em si um convite a brincar com os cocos, a manipulá-los, a eventualmente parti-los.” (BIMBENET, 2014,p.257). Conseqüentemente, “uma descoberta eficaz pode permanecer letra morta, em função da ausência de uma atenção mais vigorosa com respeito ao congêneres” (BIMBENET, 2014, p.260).

A imitação realizada pela criança, por outro lado, não está estritamente ligada à finalidade da situação. Diferentemente dos símios antropóides, na criança já se observa a imitação de comportamentos sem finalidade própria, que são essencialmente abstratos. Os aspectos afetivos do reconhecimento de outrem se sobressaem em relação a uma percepção funcionalmente restrita aos resultados da tarefa. A identificação com o outro se inscreve em um campo afetivo no qual é possível a existência de “apego sem razão” (BIMBENET, 2014, p.261). Eis, portanto o que a análise da imitação nos revela:

Uma descrição precisa da imitação nos grandes símios chega então a dois comportamentos que são muito mais paralelos que convergentes. Uma coisa é visar cada um por si a mesma finalidade, fazendo coincidir por acaso diferentes momentos da ação, uma outra coisa bem diferente é se apropriar, através da observação direta, da perspectiva do congêneres e da intenção prática que é sua (BIMBENET, 2014, p.261).

O seguinte relato pode nos esclarecer o posicionamento assumido por Bimbenet (2014) referente ao sentido dos comportamentos sociais. Em 1953 fora documentado na ilha de Koshima, no Japão, a existência de uma prática entre os macacos que consistia em lavar batatas doces para lhes retirar a areia e, após esta primeira lavagem, era realizada uma outra lavagem na água do mar, com a finalidade de salgar o alimento. A hipótese da época destacava que tal mecanismo social fora disseminado por meio da imitação e do ensino. Nos anos 70, a interpretação deste fenômeno sofrera uma drástica alteração. Os pesquisadores notaram que a difusão de um novo comportamento pelo grupo demorava cerca de dois anos. Além disso, o número de animais capazes de realizar a tarefa não era um fator influente na transmissão da atividade para o resto do grupo. Deste modo, é possível explicar o aparecimento desta prática em um nível individual. O gênero de aprendizagem está mais na ordem de uma “facilitação social” do que, propriamente, da imitação ou do ensino. “São então as insuficiências da partilha social da inovação, muito mais que aquelas referidas ao seu caráter propriamente inovador, que mantém a cultura animal no estado de ‘pré-cultura” (BIMBENET, 2014, p.265).

Em síntese, sob o crivo da atenção conjunta, a intencionalidade animal revela plenamente sua dimensão “radicalizante”, imersa em seu próprio ponto de vista. Não são apenas os comportamentos de imitação que encontram essa limitação. Todas as condutas que ocorrem no terreno da atenção conjunta esbarram nesta dificuldade, própria da percepção animal, em se colocar no lugar do outro. Nas tarefas que exigem cooperação, esta dificuldade de perceber o outro como agente intencional torna-se evidente. Por mais que o animal conceba seu companheiro como um “objeto animado”, toda tarefa orbita em torno de seus próprios interesses. A aptidão para “lidar” com outrem, utilizar de sua força para ajudar a carregar uma caixa, por exemplo, não é suficiente para se caracterizar como um fenômeno de atenção conjunta, pois este demanda o desprendimento do próprio ponto de vista em direção ao outro. Nesse sentido, pode-se afirmar que, na interação com seus congêneres, está em jogo mais uma “utilização pragmática do outro” (BIMBENET, 2014, p.265) do que um reconhecimento genuíno de sua perspectiva. O gesto de apontar algo, aprendido pelo chimpanzé após quatrocentas tentativas, designa uma ação imperativa, onde a função do outro não é, tanto, a de partilha, mas a de servir como instrumento para seus interesses. O aspecto declarativo do gesto de apontar indica outra atitude em relação a outrem. Quando apontamos, compartilhamos do mesmo mundo, declaramos o objeto a um agente intencional.

### **3. Merleau-Ponty e as ciências cognitivas: um breve itinerário**

O tópico final deste trabalho visa indicar a amplitude das discussões possíveis a partir da filosofia inicial de Merleau-Ponty. Nosso intuito é mostrar como algumas reflexões realizadas pelo filósofo são retomadas no contexto das ciências cognitivas. A fim de elucidar esta inserção do pensamento merleau-pontyano no âmbito das discussões contemporâneas, realizamos, primeiramente, uma descrição breve e geral dos principais paradigmas que se ocupam do fenômeno da cognição. Neste primeiro momento, são apresentados os aspectos gerais do programa “tradicional” de estudos da cognição, embasado nas noções de representação e computação simbólica. Em seguida, ao localizarmos a importância da fenomenologia como viés crítico a estas definições de cognição, expomos as linhas gerais da chamada abordagem enativa. Vários autores desta abordagem têm como referência a filosofia de Merleau-Ponty. As reflexões de Merleau-Ponty em torno da corporalidade e da ação ressoam diretamente no conceito de

enação. Tratamos deste conceito explicitando cinco princípios fundamentais elencados por Thompson (2005).

O surgimento das ciências cognitivas, na década de 40, inaugura um novo campo de estudos sobre os processos mentais, influenciado, sobremaneira, pelo pensamento cibernético (CASTAÑON, 2006a). Esta primeira vertente das ciências cognitivas, conhecida como cognitivismo, desloca alguns temas e princípios da cibernética para o campo de estudos da cognição, com o intuito de adaptar a metodologia computacionalista para a explicação dos fenômenos cognitivos. O projeto do cognitivismo consiste, portanto, em compreender e definir a atividade cognitiva embasando-se em metáforas computacionais, que explicariam a dinâmica de manipulação das informações externas. De modo geral, o cérebro fora igualado ao *hardware* de um computador, o ponto físico no qual as informações são processadas. A mente, por sua vez, fora equiparada ao *software*, ou seja, aos programas executados pelo suporte físico, o *hardware*.

Nesta abordagem, o processamento da informação dar-se-ia segundo mecanismos, ou regras internas, que cumpririam a função de traduzir o aspecto físico do mundo percebido em uma linguagem passível de ser entendida pela mente. A atividade cognitiva torna-se sinônimo de “computação simbólica” – manipulação de símbolos através de regras subpessoais, ou regras lógicas. Estas representações mentais, escritas e traduzidas para o “mentalês” desempenham o papel de mapas cognitivos para ação. A herança cibernética também se manifesta na medida em que a computação simbólica define os processos cognitivos com o auxílio da matemática e do pensamento mecanicista. A computação simbólica refere-se à dinâmica de processamento de símbolos, através de regras lógicas. Para que haja computação é necessário que os sistemas em questão possuam capacidades intencionais, que estão intrinsecamente ligadas à faculdade de representar o mundo externo. Estas representações são simbólicas, na medida em que a interpretação se limita à análise sintática, não levando em consideração os valores semânticos daquilo que é representado. O conteúdo das representações não influencia nas regras de processamento lógico de um computador (CASTAÑON, 2006a, p.196). Nestes termos, a mente seria definida como um programa computacional, cuja leitura de um determinado *input*, estímulo externo, ocorre via processos sintáticos, que fornecem um *output* adequado.

A exposição das lacunas no programa cognitivista fora amplamente desenvolvida por Searle (1992) e Dreyfus (1993). Para Searle (1992), a metáfora

computacional ignora o fato de que há uma dimensão semântica da atividade cognitiva que inexiste em computadores. A analogia do processamento de informação desconsidera que a mente humana lida com aspectos semânticos inerentes ao ato de perceber, os quais não emergem para a consciência humana na forma de “data”, ou de informação física, mas como sentido. Searle tornou emblemático o problema da lacuna cognitivista frente aos processos semânticos ao formular um exercício de pensamento intitulado problema do Quarto Chinês. Imaginemos que um programador inglês fora trancado em um quarto de hotel chinês. Ele não fala o idioma e, muito menos entende os ideogramas chineses. À parte disto, em seu quarto encontram-se diversos livros de regras de decifração de ideogramas chineses. Todo dia, passam-lhe por debaixo da porta fragmentos de ideogramas, perguntas sobre algum texto, que deverão ser decodificadas em respostas coerentes sobre o texto. O programador aplica tais regras lógicas de decifração de ideogramas e, ao final do processo, fornece respostas coerentes. Qual a conclusão deste exercício? De acordo com Searle (1992), apesar de ter sido bem sucedido em sua tarefa, o programador não sabia exatamente o que estava fazendo, nem com o que estava lidando. Esta operação, similar ao processamento realizado por um computador, mostra que o programador não entendeu o conteúdo semântico daqueles símbolos. A conclusão de Searle é que há uma diferença fundamental entre os modos de processamento de informação de um computador e de um ser humano, a saber, a mente humana relaciona-se com valores semânticos, ou ainda, com o sentido da informação, diferentemente de um processamento lógico.

Outra crítica importante ao paradigma computacionalista advém de um fenomenólogo – Hubert Dreyfus (1993). Para o autor, supor a equivalência dos esquemas de processamento de informação entre os seres-humanos e as máquinas significa afirmar que nós não discriminamos as informações recebidas, visto que estas são apresentadas como símbolos a serem manipulados (CASTAÑON, 2006b). Assim, qualquer *input* teria o poder de “colocar em movimento” nosso maquinário cognitivo. Toda e qualquer informação seria manipulada e processada mediante a utilização das mesmas regras lógicas.

Para Merleau-Ponty, o processamento e a discriminação das informações não ocorrem de modo pontual e restrito à sintática do dado percebido. Ao contrário, a percepção apreende situações ou padrões de estímulos que se relacionam com as demandas do próprio organismo. Nesta configuração, a relação do organismo com os estímulos exteriores se expressa em termos não dedutíveis da atuação físico-química

dos excitantes. “Nós somos conscientes das informações aferentes apenas na medida em que nós ativamente “prestamos atenção” a elas, e este processo de direcionamento da atenção é *motivado* pelas necessidades do organismo” (ELLIS, 2006, p. 46, tradução nossa, grifos do autor).<sup>70</sup>

Entretanto, subsiste no cognitivismo “a crença de que o ambiente só é relevante quando afeta causalmente o corpo através de seu sistema nervoso, porque este evento se transformará em algum tipo de entrada de informação para a mente” (CASTAÑON, 2006a, p.199). Para Varela, Thompson e Rosch (1991), a adoção da noção de representação pela via da suposição de processos subpessoais de decodificação da informação aparenta ser problemática. Isto porque, ao representar a cognição como um fenômeno que pode ocorrer independentemente da presença de experiência consciente, o cognitivismo esquiva-se de definir o que seria a experiência subjetiva, sustentando, de modo contrário, a possibilidade de que um sistema crie representações não-conscientes. Em relação a este ponto, a abordagem enativa da cognição, que será explicitada adiante, nota uma ruptura da consciência com a intencionalidade, considerada aqui como propriedade de referência, tanto aos objetos internos, como externos. Além disto, se a experiência consciente não é imprescindível para a cognição, é possível perguntarmos como a teoria cognitivista resolve o problema da experiência subjetiva, ou o problema do *self*. Circunscrita a processos subpessoais, a cognição não necessita de consciência e, portanto, não precisaríamos do conceito de *self* para abordarmos a cognição. Ora, eis uma importante questão: Se o *self* não é condição para a cognição, por que temos a experiência de um *self*? (VARELA ET AL, 1991)

Este é o chamado problema mente-mente do cognitivismo: se a intencionalidade e a consciência estão separadas, como a cognição pode se dirigir ao mundo? Como a mente computacional, que designa os processos de computação simbólica, pode relacionar-se com a mente fenomenológica, que seria, justamente, a experiência subjetiva?

De acordo com Ellis (2006), a fenomenologia e, em especial a filosofia de Merleau-Ponty, não encontrara adeptos nas fases iniciais do programa cognitivista, sobretudo porque a filosofia da mente e a psicologia recorreram a explicações

---

<sup>70</sup>“We are conscious of incoming afferent data only to the extent that we actively ‘pay attention’ to them, and this process of directing attention is *motivated* by the needs of the organism.”

mecanicistas acerca dos fenômenos mentais. Esta escolha é diametralmente oposta ao quadro teórico da filosofia de Merleau-Ponty. De modo geral, o recurso às noções de representação e à ideia de que a cognição é resultado de processos subpessoais, regras lógicas e conexões cerebrais implica conceber uma relação de independência entre consciência e intencionalidade. Em contrapartida, a fenomenologia considera que a consciência é, necessariamente, intencional. Assim, a intencionalidade não é uma propriedade do inconsciente cognitivo, mas um aspecto fundamental da experiência subjetiva. Segundo Merleau-Ponty, as manifestações intencionais podem ser tanto intelectivas, “intencionalidade em ato”, quanto motoras, “intencionalidade operante”. (2006b). Este segundo tipo de intencionalidade é fundante em relação ao primeiro. A intencionalidade operante refere-se ao campo sensório-motor, anterior à experiência reflexiva. Esta camada irrefletida da experiência, longe de ser subpessoal, inaugura a possibilidade de a reflexão direcionar-se às coisas e, neste sentido, a motricidade constitui-se como a experiência primeira, como o nascimento da relação do sujeito com o mundo. Conforme escreve Merleau-Ponty: “Originariamente a consciência é não um ‘eu penso que’, mas um “eu posso”” (2006b, p.192).

Um dos principais impasses das ciências cognitivas se resume à incapacidade das atuais pesquisas em fornecer respostas satisfatórias que expliquem a relação entre o cérebro e a experiência subjetiva. Conhecido como *hard-problem* da filosofia da mente (Chalmers, 1996), esta questão é fundamental para que a fenomenologia seja resgatada como paradigma da experiência subjetiva. Assim, a busca por aprofundamentos teóricos concernentes aos dados fenomenais da experiência decorre da dificuldade das ciências cognitivas em estabelecer explicações entre aquilo que acontece no cérebro e a experiência subjetiva destes acontecimentos (o famoso “gap explanatório”)<sup>71</sup>. Gallagher (2012, p.575) sinaliza que os experimentos neurocientíficos não forneciam explicações suficientes dos motivos pelos quais determinados padrões neurais se manifestam como atos subjetivos, ou como comportamentos. Neste contexto marcado pela lacuna entre os avanços no conhecimento do cérebro e a indiferença das ciências cognitivas frente aos problemas impostos pela experiência subjetiva, dois fatores podem ser elencados como importantes para a retomada da fenomenologia como paradigma de compreensão dos

---

<sup>71</sup>Para entender o “gap explanatório” ver: PETITOT, J.; VARELA, F.; PACHOUD, B.; ROY, J-M (eds): **Naturalizing Phenomenology: Issues in contemporary Phenomenology and Cognitive Sciences**, Stanford, CA: Stanford University Press, 1999. A respeito da impossibilidade de se apreender os fenômenos subjetivos como efeitos físicos ocorridos no cérebro, ver: JACKSON, F. *Epiphenomenal Qualia*. **Philosophical Quarterly**, 32, 127-136, 1982.

dados fenomenais: 1) Primeiramente, o enfraquecimento da lógica computacionalista cede espaço a novas formas de se compreender a dinâmica cerebral. No conexionismo, por exemplo, as interações entre as redes neurais, ou entre estruturas biológicas de “low-level”, produzem propriedades de “high-level”, como a consciência. Esta primeira explicação dos fenômenos subjetivos como propriedades emergentes de estruturas inferiores despertou o interesse pelo estudo da consciência, que fora seguido pelo debate crescente sobre as metodologias em primeira pessoa; 2) O segundo ponto diz respeito ao aumento no número de experimentos neurocientíficos, o que exigiu, dos cientistas, a busca por novos métodos de descrição dos estados mentais (GALLAGHER, 2012).

No que concerne à presença do pensamento de Merleau-Ponty no atual desenvolvimento das ciências cognitivas, observa-se uma crescente retomada das obras do filósofo. A primeira vista, este movimento tem como prerrogativa fornecer modelos de explicação da cognição que não se valham da noção de representação. A ênfase deste programa recai na compreensão da cognição como um fenômeno essencialmente sensório-motor. Há, neste pressuposto, a ideia de que as relações de um organismo com seu meio são relações dotadas de um sentido aberto pelas possibilidades de ação de cada sujeito.

Temos o caso da abordagem enativa da consciência. Os escritos de Varela, Thompson e Rorsch (1991), Thompson (1991, 2005, 2007) e Gallagher (2008) referenciam diretamente Merleau-Ponty<sup>72</sup>. Para estes autores, a atividade sensório-motora desempenha um papel fundamental no processo cognitivo. Em uma dinâmica oposta àquela preconizada pelo conceito de representação, as abordagens “incorporadas” explicam a percepção como ação orientada e, não como um fenômeno passivo, restrito à recepção de *inputs*. Esta alteração no lugar ocupado pela experiência perceptiva abre precedentes para uma reformulação do papel da atividade sensório-motora na experiência cotidiana. Longe de ser definida segundo parâmetros mecânicos, a relação de interpenetração entre corpo e mundo fundamenta e cria domínios cognitivos.

Já vimos que o campo tradicional de estudos cognitivos parte da premissa de que a operação de resolução de problemas, ramo fundamental do processo cognitivo, é

---

<sup>72</sup> No caso do livro “*The Embodied Mind*” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993), Merleau-Ponty é a base filosófica da qual partem os autores, como podemos notar na seguinte citação: “Gostaríamos de considerar nossa jornada neste livro como uma continuação moderna do programa de pesquisa fundado uma geração antes pelo filósofo francês, Maurice Merleau-Ponty”(VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1991, p. xv)

eminentemente uma atividade cognoscente. Neste viés, a interação cotidiana do sujeito com o seu meio é possível graças ao acesso que este sujeito tem a informações diversas, que o permitiriam operar conforme suas representações do ambiente. Se assim fosse, um robô conseguiria desenvolver determinadas habilidades ou tarefas da mesma forma que um ser humano. A principal objeção a este tipo de argumento representacionista consiste em mostrar que não é toda e qualquer tarefa que exige a manifestação de um saber a ser representado (VARELA ET AL, 1991). Um robô consegue magistralmente dominar o campo de ações e regras implícitas em um jogo de xadrez. Ele aprende a combinar diversos elementos dentro do espaço limitado do tabuleiro, ele entende a lógica da alternância das jogadas, ele consegue realizar os movimentos sem infringir as regras do jogo. Por outro lado, a tarefa de dirigir um carro, por exemplo, exigiria a capacidade de representar e processar um número infinito de variáveis, o que tornaria impossível a orientação da ação pela prescrição deste manual cognitivo interno. A partir desta impossibilidade do saber explícito, ou representacional, em dar conta do repertório cognitivo dos organismos, é preciso assumir que a capacidade de estabelecer acoplamentos sensório-motores com o meio não é fruto de processos representacionais internos. Como é possível explicar as ações sem recorrer a mapeamentos internos, ou a processamentos lógicos?<sup>73</sup>

A resposta a esta pergunta constitui o centro do projeto enativista. Eis uma breve definição dos objetivos desta linha de pensamento: “A alegação central do que eu chamo de abordagem enativa é a de que nossa habilidade de perceber não apenas depende, mas é constituída por nossa posse de um tipo de conhecimento sensório-motor”<sup>74</sup> (NOE, 2004, p. 2, tradução nossa). Sem o intuito de aprofundarmo-nos demasiadamente, finalizamos a exposição da influência de Merleau-Ponty nas ciências cognitivas destacando os cinco princípios elencados por Thompson (2005) para se definir o conceito de enação.

1) Por enação entende-se o movimento pelo qual os seres vivos estabelecem domínios cognitivos através de sua atividade sensório-motora. O representacionismo compreende que o sujeito conhece objetivamente o mundo pelas representações que

---

<sup>73</sup>Em sua primeira obra Merleau-Ponty já enfatizava que “o sujeito não vive num mundo de estados de consciência ou de representações a partir do qual acreditaria poder, por uma espécie de milagre, agir sobre coisas exteriores ou conhecê-las” (MERLEAU-PONTY, 2006a p.293). Na mesma direção, dificilmente se consegue explicar como o estoque de informações, ou representações, que o organismo tem de seu ambiente transformam-se em performances (BIMBENET, 2014).

<sup>74</sup>“The central claim of what I call *the enactive approach* is that our ability to perceive not only depends on, but is constituted by, our possession of this sort of sensorimotor knowledge” (grifos do autor)

dele extrai. Como vimos, um robô dificilmente conseguiria dirigir um carro, ou jogar futebol como um ser humano. De maneira distinta, a criação de hábitos para o ser humano, assim como para o animal, exige o estabelecimento de uma relação de correspondência entre seus esquemas sensório-motores e as possibilidades derivadas do ambiente. Uma cadeira nos possibilita o ato de sentar, assim como, para um recém-nascido, determinados objetos possibilitam o ato de sugar. Este “acoplamento sensório-motor” indica que há um tipo de saber, não-representacional, que emerge das situações práticas nas quais o organismo está envolvido. Neste quesito, nos lembremos das capacidades de readaptação funcional dos organismos lesados, as quais estão estreitamente vinculadas à totalidade do organismo e aos problemas impostos pelo meio.

2) Se a cognição não se expressa apenas como um fenômeno subpessoal, ou interno, será necessário integrar esta nova visão de atividade com o modo de funcionamento do sistema nervoso. Diferentemente de uma perspectiva computacionalista, pelo conceito de enação a dinâmica nervosa é representada como autônoma e global. Este ponto apresenta diversas similaridades com a noção de forma utilizada por Merleau-Ponty (THOMPSON, 2007, p. 66). Assim, para um enativista, o sistema nervoso não lida com pacotes de informação e, tampouco, com um sistema de computação simbólica, regido por regras lógicas. A estratégia da reorganização funcional, tal como exemplificada por Merleau-Ponty, representa o sentido biológico da atividade, cujo link com o sistema nervoso se dá na forma de feedbacks e de modulações neurais derivadas da atividade sensório-motora.

3) A cognição é um fenômeno incorporado: “estruturas e processos cognitivos emergem de padrões sensório-motores recorrentes da percepção e da ação”<sup>75</sup> (THOMPSON, 2005, p.1, tradução nossa.). A construção de padrões neurais não se restringe ao âmbito interno da atividade cognitiva. Em *Mind in Life: biology, phenomenology and the sciences of mind*, Thompson dedica um capítulo a discutir as ideias trazidas por Merleau-Ponty em sua primeira obra. Uma das linhas de convergência entre o discurso merleau-pontyano e a teoria da enação refere-se, justamente, aos problemas decorrentes da dicotomia estabelecida entre os domínios interiores e exteriores da experiência. Segundo Thompson, a análise realizada por Merleau-Ponty por meio do conceito de forma proporciona uma reformulação da noção

---

<sup>75</sup>“Cognitive structures and processes emerge from recurrent sensorimotor patterns of perception and action”.

de interioridade. Diferente de um sistema físico, é no âmbito vital que uma interioridade aparece. Assim a “interioridade consiste tanto na auto-produção de um dentro, isto é, um indivíduo autopoietico e, na relação interna e normativa sustentando o indivíduo e seu ambiente” <sup>76</sup>(THOMPSON, 2007, p.79, tradução nossa). Para a abordagem enativa, há uma especificação mútua entre sujeito e mundo. Varela et al (1991) exemplificam esta ideia recorrendo à percepção das cores. As cores não são entidades externas, independentes do sujeito que as percebe e, tampouco, são construções internas liberadas do contexto cultural compartilhado. A auto-produção de uma interioridade e o conjunto das normas vitais do organismo não estão apartadas da dimensão sensório-motora que une o animal ao seu meio próprio. Para um viés idealista, denominado por Varela et al (1991) de “posição do ovo”, trata-se de privilegiar os mecanismos inconscientes de processamento do real. Assim, a cognição limita-se a projetar no mundo as representações criadas pelo maquinário cognoscente. Sob outro ângulo, para um ponto de vista realista, a “posição da galinha”, a cognição é definida como a recuperação de informações do mundo físico. Ambas as definições pressupõem realidades pré-determinadas. No âmbito idealista, a cognição é considerada como projeção de representações internas, constituídas em uma realidade interna *a priori*. No lado do realismo, a realidade exterior constitui-se à parte do sujeito cognoscente, de modo que as funções cognitivas devem “trazer”, ou recuperar, aquilo que está fora.

Ambos esses extremos têm a representação como noção central: no primeiro caso, ela é utilizada para recuperar o que é externo; no segundo, para projetar o que é interno. Nossa intenção é desviar inteiramente dessa geografia lógica do interno versus externo, abordando a cognição não como recuperação ou projeção, mas como ação incorporada (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1991, p. 177, tradução nossa).<sup>77</sup>

Este também fora o imbróglgio metafísico evitado por Merleau-Ponty. É, nessa medida, que a noção de comportamento cumpre a função de acentuar a intencionalidade motora que anima o sentir. De acordo com Ellis: “Ao invés do estímulo causar a

---

<sup>76</sup>“interiority comprises both the self-production of an inside, that is, an autopoietic individual, and the internal and normative relation holding between this individual and its environment”

<sup>77</sup> These two extremes both take representation as their central notion: in the first case representation is used to recover what is outer; in the second case it is used to project what is inner. Our intention is to bypass entirely this logical geography of inner versus outer by studying cognition not as recovery or projection but as embodied action.

resposta é a resposta que deve ocorrer primeiro e, então, atuar nos sinais aferentes para produzir um estímulo”<sup>78</sup> (2006, p.41, tradução nossa).

4) A quarta ideia trazida por Thompson põe em questão os modos tradicionais de se pensar a cognição como uma propriedade enclausurada no cérebro, caracterizando-a como um fenômeno interior. Todas as afirmações precedentes colaboram para a hipótese de que a cognição é um fenômeno relacionado com a atividade do organismo e, que seu confinamento a uma realidade pré-estabelecida não condiz com a adequação sensorio-motora estabelecida entre o organismo e seu ambiente. As capacidades de ação emergem do “*coupling*” (acoplamento) que os organismos formam com seu meio circundante. Isto quer dizer que a adaptação e ação, ao mesmo tempo em que são informadas por padrões neurais, contribuem também, como dissemos acima, na modulação da atividade nervosa.

5) O quinto ponto sintetiza todos os outros, referindo-se à necessidade de uma comunhão do olhar científico com o olhar fenomenológico. A ideia é a de que o estudo da mente requer, necessariamente, que se considere a experiência de um ponto de vista fenomenológico, atento ao campo da primeira pessoa. A filosofia de Merleau-Ponty enaltece este aspecto pré-reflexivo de nossa relação com o mundo. A dimensão antepredicativa à qual se refere o filósofo é referenciada como uma espécie de co-nascimento entre corpo e mundo, “uma comunicação com o mundo mais velha que o pensamento” (MERLEAU-PONTY, 2006b, p.342).

### **Considerações Finais**

Em *A estrutura do comportamento* deparamo-nos com um aspecto da filosofia de Merleau-Ponty que o acompanha em toda sua obra, a saber, o tratamento fiel e crítico dado à filosofia e às ciências, o qual, sem desmerecer seus avanços, interroga seus projetos a partir de um diálogo rigoroso e profundo. A articulação precisa de diversas áreas do conhecimento torna esta obra, apesar de sua riqueza, uma leitura árida. De modo geral, conforme Peñaranda (2008) observa, a procedência habitual dos acadêmicos merleau-pontyanos consiste em pesquisar os temas mais familiares e evidentes do pensamento do filósofo. Em grande medida, permanecem “de fora” dos

---

<sup>78</sup>“Rather than a stimulus *causing* a response, it is the response which must occur *first*, and then *act* on the incoming afferent signals to *produce* a stimulus”

debates filosóficos a vasta incursão realizada por Merleau-Ponty no terreno da psiquiatria, da psicopatologia, da psicologia da criança, da psicologia animal, dentre outros.

Em nosso trabalho, o princípio assumido é outro. Acreditamos que o tratamento dado por Merleau-Ponty à questão da animalidade, especificamente no contexto de sua primeira obra, é fundamental para que entendamos como o filósofo desenvolve seu projeto de reformulação das relações entre consciência e natureza. Além disso, a defrontação da percepção humana com suas origens vitais redimensiona a forma como podemos pensar a cognição, a ação, a intersubjetividade e a cultura. Ao dar visibilidade para o problema do comportamento animal consideramos que o nosso trabalho cumpre tanto a função de realçar a originalidade da primeira obra de Merleau-Ponty, quanto de destacar a riqueza do tema da animalidade como perspectiva de investigação da percepção humana.

A nosso ver, uma das inovações conceituais d'*A estrutura do comportamento* consiste em reconhecer o caráter intencional do comportamento, desde a ordem vital, sem, no entanto, comprometer-se com o discurso da continuidade intra-espécies. Em outras palavras, a comparação entre os comportamentos animais e humanos revela uma diferença essencial, entendida como diferença estrutural por Merleau-Ponty. O homem não é um animal racional. E do mesmo modo, podemos dizer que o animal não é um amontoado de matéria reagindo ao ambiente de maneira mecânica. Neste quesito, situa-se nosso problema de pesquisa. Por intencionalidade vital designamos esta constituição ativa do meio a partir de si mesmo, movimento singular aos viventes. A vida nos revela que os ambientes de comportamento são, desde o início, organizados conforme as normas internas do organismo. O que caracteriza esta intencionalidade vivente é justamente seu caráter funcional e radical. Isto é, a percepção animal visa apenas àquilo que fora delimitado por suas necessidades vitais. Apesar do termo intencionalidade não ser utilizado por Merleau-Ponty nesta obra, tentamos mostrar, ao longo do trabalho, que o autor nos fornece importantes elementos para se descrever a vida como um movimento que só tem sentido a partir de si mesmo.

Começamos, assim, por confrontar alguns postulados fundamentais das teorias científicas do comportamento, buscando evidenciar as críticas de Merleau-Ponty ao programa naturalista de estudos do comportamento. Tratamos de delinear as teses principais da psicologia científica de Pavlov, como as ideias de reflexo simples e reflexo condicionado, com o objetivo de compreender o papel ocupado pelo organismo nesta

definição mecanicista de comportamento. Desde as discussões acerca de fisiologia cerebral, notamos a preocupação de Merleau-Ponty em ressaltar o organismo como sujeito do comportamento. O exame crítico do mecanicismo comportamental traz a lume o caráter intencional dos comportamentos viventes. Assim, o comportamento expressa uma relação dialética com seu meio que não é redutível aos componentes físico-químicos do estímulo. Nosso primeiro capítulo fora construído na confrontação entre estas duas idéias: a hipótese do automatismo comportamental e a descrição do comportamento como uma estrutura global dotada de sentido.

No capítulo seguinte, o foco da discussão recaiu sobre os comportamentos superiores. Esta transição temática - da fisiologia para a ação propriamente dita- exige cautela. Por isso, dedicamos a primeira parte do segundo capítulo a aprofundar as questões abertas anteriormente, tendo em vista discutir a fisiologia dos comportamentos superiores, capazes de aprendizagem. Na segunda parte deste capítulo, nossa tarefa consistiu em elucidar a ideia de intencionalidade, a partir da noção de forma. O conjunto de problemas abordados, a partir daí, está inteiramente relacionado à questão da elaboração do meio pelo organismo.

Por fim, no último capítulo, avançamos para além dos limites da ordem vital a fim de tratar do fenômeno humano. Mostramos que, para Merleau-Ponty, é preciso reconhecer uma diferença estrutural entre os comportamentos animais e humanos. A tese comungada pelo filósofo é a de que a percepção humana, diferente da perspectiva animal, é múltipla e, portanto, indica a abertura do sujeito a um campo de relações possíveis e virtuais. Sob o signo deste perspectivismo, apresentamos as linhas gerais da filosofia de Etienne Bimbenet, que desenha o problema da diferença antropológica influenciado pelas reflexões contidas n'*A estrutura do comportamento*. No último tópico, aproximamos Merleau-Ponty de algumas discussões contemporâneas em ciências cognitivas, que ressaltam o papel da ação na criação de domínios cognitivos.

Os tópicos finais do trabalho nos indicam alguns caminhos possíveis de diálogo com temas atuais, a partir da filosofia primeira de Merleau-Ponty. Uma compreensão do comportamento animal pela via da intencionalidade nos coloca em face de uma série de problemas contemporâneos que, em grande medida, ainda são analisados segundo os paradigmas da representação. Nesse sentido, a obra de Merleau-Ponty apresenta um importante redimensionamento do papel ocupado pela corporalidade, comprometendo-se com a ideia de que o conhecimento emerge das interações do sujeito com o mundo. Por isso, toda a reflexão, segundo o filósofo, deve abarcar essa dimensão originária da

experiência, este pré-reflexivo caracterizado como um saber pré-representacional que aflora das capacidades espontâneas e corpóreas dos sujeitos de estabelecerem relações significativas com o mundo.

### Referências

BARBARAS, R. Merleau-Ponty et la psychologie de la Forme. **Les Études philosophiques**, v. 59, p. 151–163, 2001.

BIMBENET, E. **Nature et Humanité: Le problème Anthropologie dans l'oeuvre de Merleau-Ponty**. Paris: Vrin, 2004.

BIMBENET, E. Como seria ver como um humano? **doispontos**, v. 9, n. 1, p. 251–265, 2012.

BIMBENET, E. **O animal que não sou mais**. Tradução Maurício José D'Escragnolle Cardoso. Curitiba: UFPR, 2014.

BONOMI, A. **Fenomenologia e Estruturalismo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BUCHANAN, B. **Onto-Ethologies: The animal environments of Uexküll, Heidegger, Merleau-Ponty and Deleuze**. Albany: Suny Press, 2008.

BUYTENDIJK, F. J. . **Traité de psychologie animale**. Tradução A. Frank-Dusquene. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

CARBONE, M. **The Thinking of the Sensible: Merleau-Ponty's A-Philosophy**. Evanston: Northwestern University Press, 2004.

CASTAÑON, G. **O Cognitivism e o desafio da Psicologia Científica**. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2006a.

CASTAÑON, G. A crise do Computacionalismo: por uma nova metáfora computacional. **Ciências & Cognição**, p. 27–41, 2006b.

CAZABON, G. Deux approches antithétiques du problème du comportement. **Revue Philosophique de Louvain.**, Troisième. v. 96, p. 546–581, 1969.

CHALMERS, D. **The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

CHAUCHARD, P. **Des animaux a l'homme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

DREYFUS, H. **What computers still can't do: A critique of artificial reason**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1993.

ELLIS, R. Phenomenology-Friendly Neuroscience: The Return To Merleau-Ponty As Psychologist. **Human Studies**, v. 29, p. 33–55, 2006.

FERRAZ, M. **Fenomenologia e Ontologia em Merleau-Ponty**. Campinas: Papyrus, 2009.

FERRAZ, M. A reelaboração do transcendental em Merleau-Ponty. **doispontos**, v. 1, p. 267–291, 2012.

FURLAN, R. A noção de consciência n'A estrutura do comportamento (Merleau-Ponty). **Psicologia Usp**, v. 12, 2001.

GALLAGHER, S. Cognitive Science. In: LUFT, S.; OVEERGARD, S. (Eds.). . **The Routledge Companion to Phenomenology**. London: Taylor & Francis Group, 2012.

GALLAGHER, S.; ZAHAVI, D. **Phenomenological Mind, an introduction to philosophy of mind and cognitive science**. New York: Taylor & Francis Group, 2008.

GERAETS, T. **Vers une nouvelle philosophie transcendantale: La genèse de la philosophie de Maurice Merleau-Ponty jusqu'à la Phénoménologie de la Perception**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1971.

GOLDSTEIN, K. **La Structure de l'organisme**. Tradução E. Buckhartdt; J. Kuntz. Paris: Gallimard, 1983.

GUILLAUME, P. **Psicologia da Forma**. Tradução Irineu De Moura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

HEIDEGGER, M. **Conceitos fundamentais da metafísica: mundo-finitude-solidão**. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

JAPIASSU, H. **Introdução à Epistemologia da Psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KATZ, D. **Gestalt Psychology: Its Nature and Significance**. Tradução Robert Tyson. London: Methuen & CO, 1951.

KOFFKA, K. **Princípios de Psicologia da Gestalt**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1935.

KÖHLER, W. **The Mentality of Apes**. Nova York: Hartcourt Brace, 1957.

KÖHLER, W. **Psicologia da Gestalt**. Tradução David Jardim. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968.

KÖHLER, W. A inteligência dos antropóides. In: ENGELMANN, A. (Ed.). . **Wolfgang Köhler**. São Paulo: Ática, 1978. p. 39–56.

LANDES, D. **The Merleau-Ponty Dictionary**. Londres/Nova York: Bloomsbury, 2013.

MERLEAU-PONTY, M. Em toda e em nenhuma parte. In: CIVITA, V. (Ed.). . **Merleau-Ponty. Textos Selecionados**. Coleção Os Pensadores. Tradução Marilena Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MERLEAU-PONTY, M. **Parcours II**. Lagrasse: Verdier, 2000.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. Tradução Márcia Valéria Aguiar. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro De Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

MOINAT, F. **Le Vivant e sa naturalisation: Le problème du naturalisme en biologie chez Husserl et le jeune Merleau-Ponty**. New York: Springer, 2012.

NOE, A. **Action in perception**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004.

PAVLOV, I. O Reflexo Condicionado. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970a. p. 103–124.

PAVLOV, I. Resposta de um fisiólogo aos psicólogos. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970b. p. 199–232.

PAVLOV, I. Fisiologia da atividade nervosa superior. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970c. p. 125–138.

PAVLOV, I. O cérebro e as ciências naturais. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970d. p. 65–77.

PAVLOV, I. O trabalho dos grandes hemisférios cerebrais. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970e. p. 33–47.

PAVLOV, I. A Fisiologia e a Psicopatologia no estudo da atividade nervosa superior dos animais. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970f. p. 183–198.

PAVLOV, I. Técnica de exploração objetiva dos grandes hemisférios cerebrais. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970g. p. 49–64.

PAVLOV, I. Tipos gerais de atividade nervosa superior dos animais e do homem. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970h. p. 159–182.

PAVLOV, I. Relações entre a excitação e a inibição; Delimitação entre a excitação e a inibição; Neuroses experimentais em cães. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970i. p. 89–101.

PAVLOV, I. Resultados de experimentos sobre a extirpação de diversas regiões corticais pelo método dos reflexos condicionados. In: **Pavlov: Obras Escolhidas**. Tradução Ugolino Uflaker; Elena Andreoli. São Paulo: Hemus, 1970j. p. 139–153.

PEÑARANDA, M. L. P. El neuropsiquiatra Kurt Goldstein en la génesis del pensamiento fenomenológico de Merleau-Ponty” In: **Investigaciones fenomenológicas: Merleau-Ponty desde la fenomenologia en su primer centenario (1908-2008)**. 2008.

PROUST, J. Intentionality and Evolution. **Behavioural Processes**, v. 35, p. 275–286, 1995.

PROUST, J. L’animal intentionnel. **Terrain**, v. 34, p. 23–36, 2000.

RAMOS, S. Vida e vivente na filosofia contemporânea francesa. **Kínesis**, v. IV, n. 7, p. 107–117, 2012.

SCHELER, M. Diferença essencial entre o homem e o animal. In: **A situação do Homem no Cosmos**. Tradução Arthur Mourão. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

SEARLE, J. **The Rediscovery of the mind**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1992.

SMITH, B. Merleau-Ponty and the generation of animals. **PhaenEx**, v. 2, n. 2, p. 170–215, 2007.

THOMPSON, E. Sensorimotor subjectivity and the enactive approach to experience. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, v. 4, p. 407–427, 2005.

THOMPSON, E. **Mind in Life: Biology, Phenomenology and the Sciences of Mind**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2007.

TOADVINE, T. "Parentesco Extraño": Merleau-Ponty sobre relación humano-animal. **Devenires**, v. XII, p. 83–104, 2011.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience**. New York: MIT Press, 1991.

VERISSIMO, D. **A Primazia do Corpo Próprio: Posição e Crítica da função simbólica nos primeiros trabalhos de Merleau-Ponty**. São Paulo: Unesp, 2012.

VERISSIMO, D. Fenomenologia da intersubjetividade e estudos em cognição social: reflexões acerca da atenção conjunta. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 3, p. 562–581, 2014.

WATSON, J. Psychology as the Behaviorist Views it. **Psychological Review**, v. 20, p. 158–177, 1913.

WATSON, J. **Behaviorism**. Londres: Kegan Paul, Trench Trubner and C<sup>o</sup>, 1930.